



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Maria Carolina Beirão Soares

As possibilidades de articulação entre Inovação e Empreendedorismo e as economias nos Territórios de Baixa Densidade

- O caso das Lameiras -

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e empreendedorismo,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do
grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutora Sílvia Ferreira

Coimbra, 2014

A Maria da Graça Soeiro Espirito Santo

AGRADECIMENTOS

Começamos por deixar um agradecimento especial aos colegas do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo pelo suporte incondicional, amizade e cumplicidade.

Um reconhecimento especial à orientadora da Dissertação, Prof. Doutora Sílvia Ferreira, por todo o empenho demonstrado durante a sua realização. Não seria possível levar a cabo este trabalho se não fosse pela prontidão e pelo seu olhar crítico e também pela partilha dos seus conhecimentos científicos e reflexões.

Destacamos a colaboração da Dra. Cláudia no processo de revisão textual e de todos aqueles que, de várias formas, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao Dr. Eber Quiñonez, Dra. Flor Reyes, Dra. Maria José Loureiro, Susana Antunes, Dra. Maria João Vieira, Dra. Daniela Leite, Dr. Filipe Martins, Tatiana Jorge e Dr. André Soares.

Gostaríamos de tecer um bem-haja a todos os habitantes de Lameiras que nos receberam aquando a realização das entrevistas.

Por último, um breve obrigado ao Sr. Presidente da Junta de Lameiras, que sempre se mostrou entusiasmado e prestativo na realização da Dissertação.

RESUMO

Um dos principais problemas para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade (TBD) reside na ideia de que, nestas regiões não existem dinâmicas, recursos e outras formas económicas, que possam servir de base a propostas inovadoras e empreendedoras.

Deste modo, o objetivo deste estudo passa por compreender, quais são as alternativas para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade e qual será o papel do empreendedorismo e da inovação social como estratégias, tendo por base as dinâmicas económicas e as relações sociais típicas da Economia Solidária. Serão abordados diferentes conceitos como: economia solidária; desenvolvimento local; inovação e empreendedorismo.

Estes conceitos serão discutidos e, contextualizados num estudo de caso na aldeia de Lameiras. O trabalho de pesquisa foi suportado pelas diferentes técnicas de recolha de dados: pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Palavras-Chave: Territórios de Baixa Densidade, Desenvolvimento Local, Inovação e Empreendedorismo, Dádiva, Reciprocidade, Economia Popular, Economia Social, Economia Solidária.

ABSTRAT

A major problem for the development of areas of low density (ALD) lies in the idea that these regions are not dynamic, they have no resources and other economic forms, which may be the basis for innovative and entrepreneurial proposals.

Thus, the aim of this study involves understanding, what are the alternatives for the development of low density territories, and what is the role of entrepreneurship and social innovation as strategies, based on the economic dynamics and social relations, typical of the solidarity Economy.

Different concepts will be addressed: solidarity economy; local development; innovation and entrepreneurship.

These concepts will be discussed and contextualized in a the case study in the village of Lameiras. The research was supported by the different techniques of data collection: desk research, participant observation and semi-structured interviews.

Keywords: low density territories, local development, innovation and entrepreneurship, gift, reciprocity, popular economy, social economy, solidary economy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANIMAR- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

ASAS- Aldeias Sustentáveis Ativas

CLDS- Contratos Locais de Desenvolvimento Social

DL- Desenvolvimento Local

DPP- Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais

ECLP- Entidade Coordenadora Local de Parcerias

ES- Economia Solidária

INE- Instituto Nacional de Estatística

IRHU- Instituto de Requalificação Habitacional Urbano

MIVE- Mercado de Iniciativas de Valor Empresarial

OREPP- Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas

PCHI- Programa de Conforto Habitacional para pessoas Idosas

PDS- Planos de Desenvolvimento Social

PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento

PIN- Potencial Interesse Nacional

IPSS- Instituição particular de Solidariedade Social

PS- Planos Sociais

TBD- Territórios de Baixa Densidade

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Concelho de Pinhel.....	36
Ilustração 2- Calvário Húngaro	48
Ilustração 3- Casa das colunatas e forno comunitário	49
Ilustração 4- Esquema da época de vindimas	62

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ESTADO DE ARTE.....	3
1.1- As transformações dos territórios rurais e a emergência dos Territórios de Baixa Densidade.....	3
1.2 - Desenvolvimento Local	6
1.3 - Inovação Social e Empreendedorismo	9
<i>1.3.1 - Inovação Social</i>	<i>9</i>
<i>1.3.2 - Empreendedorismo.....</i>	<i>11</i>
1.4 – A Economia Social e Solidária e a pluralidade das relações económicas	14
<i>1.4.1- Da Economia Social à Economia Solidária.....</i>	<i>14</i>
<i>1.4.2 - Economia Plural.....</i>	<i>18</i>
<i>1.4.3 - Dois casos de boas práticas de Economia Solidária</i>	<i>20</i>
CAPÍTULO II – MODELO DE ANÁLISE.....	23
2.1- Definição do problema de pesquisa	23
2.2 - Metodologia, natureza e procedimentos técnicos.....	28
CAPÍTULO III –A ALDEIA LAMEIRAS ENQUANTO TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE	35
3.1- Caracterização Geográfica.....	35
3.2 - Dinâmicas Sociodemográficas.....	37
3.3 - Atividades Económicas	40
3.4 - Emprego.....	43
3.5 - Os serviços Públicos e Sociais	43
3.6 - Dinâmicas Associativas.....	47
3.7 - Património Cultural.....	47
Conclusão	50
CAPÍTULO IV - CARACTERIZAÇÃO DA PLURALIDADE DE FORMAS DE ECONOMIA NAS LAMEIRAS.....	53
4.1 - Articulações da economia doméstica.....	54
4.2 - A redistribuição nas Lameiras.....	57

4.3 - Articulações de Mercado	59
4.4 - Articulações da dádiva e da reciprocidade	59
4.5 – Articulação da dádiva e reciprocidade e Economia Social	64
Conclusão.....	67
CAPÍTULO V – CONDIÇÕES PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NAS LAMEIRAS	71
5.1- Políticas Públicas e Estratégias Locais	72
5.1.2 - Políticas Públicas	72
5.1.2 - O papel do Poder Local.....	76
5.1.3 - Atores Privados, Inovação Social e Empreendedorismo.....	77
5. 2 - População: Resistência ao empreendedorismo e inovação social.....	79
Conclusão.....	82
CAPÍTULO VI – PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÀRIA NAS LAMEIRAS	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

Num momento em que se anunciam mudanças de orientação política e programática nos instrumentos de condução da política pública territorial para o futuro, pretende refletir-se sobre alternativas que contribuam para o desenvolvimento dos territórios, no interior do país.

A realidade destes territórios, como é o caso específico do interior na região Norte-Centro de Portugal Continental, nem sempre é estanque, sendo que a sua configuração é alterada segundo diversas situações que ocorrem ao longo dos tempos. O declínio nos territórios de baixa densidade assenta num conjunto de défices de natureza populacional, urbana, económica, social e relacional, que impedem esses territórios de assegurarem o seu crescimento e de travar a desertificação e envelhecimento da população.

As políticas públicas têm procurado intervir, através da construção de medidas e iniciativas. Contudo, a dinamização destes territórios deve passar pelo aumento da iniciativa local e reaproveitamento dos recursos e dinâmicas das comunidades.

Posto isto, a dissertação estrutura-se em seis capítulos. O primeiro capítulo explana o enquadramento teórico da temática presente neste estudo, onde se abordam os conceitos de, Territórios de Baixa Densidade, Desenvolvimento Local, Inovação Social, Empreendedorismo, Economia Informal, de Mercado, Estatal e Solidária e outros conceitos associados.

O segundo capítulo apresenta os passos teórico-metodológicos do estudo, analisa empiricamente o objeto de estudo em concordância com a caracterização da aldeia de Lameiras através dos dados empíricos e teóricos, obtidos pela aplicação das diferentes técnicas de recolha de dados, sendo elas a observação, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

No terceiro capítulo é caracterizado o território estudado. Serão tidos em conta várias dimensões: demográficas; geográficas; socioeconómicas; associativismo; património cultural e arquitetónico. Através destes indicadores será possível verificar se este território faz parte dos denominados Territórios de Baixa Densidade.

No quarto capítulo, tendo em conta o objetivo geral desta investigação serão caracterizadas as várias formas de economia presentes na Aldeia, bem como a forma de como se articulam entre si.

Um quinto capítulo, versa sobre a Inovação e Empreendedorismo. Neste capítulo serão abordadas as potencialidades da Aldeia, políticas, atores públicos e privados que são preponderantes na Aldeia, e será discutido, de que modo, as diversas formas da Economia Solidária podem ser uma alavanca ao aproveitamento dessas mesmas potencialidades, tendo por base iniciativas de inovação e empreendedorismo.

Por último, o sexto capítulo versará sobre algumas propostas para o desenvolvimento da economia solidária nas Lameiras, tendo por base o enquadramento teórico e o material empírico. Aqui será feita uma articulação entre a economia popular e a economia solidária e a partir daqui explorar as potencialidades ou constrangimentos deste território. Será feita também uma análise sobre a relação entre a economia solidária e o desenvolvimento sustentável. E será tido em conta o papel dos jovens na inovação e empreendedorismo.

CAPÍTULO I - ESTADO DE ARTE

1.1- As transformações dos territórios rurais e a emergência dos Territórios de Baixa Densidade

A definição do espaço rural pode ocorrer a partir de várias perspectivas disciplinares, desde uma ótica mais estatística a uma ótica sociológica.

Segundo Ferrão (2000 *apud* Pais e Gomes, 2008) para definirmos espaço rural, temos de apontar o que o difere do espaço urbano. Deste modo, podemos dizer que o rural tem como principal atividade económica a exploração agrícola, cuja função é a produção de alimentos. Existe também, um equilíbrio entre a exploração agrícola e produção de produtos biológicos, com os recursos endógenos. O tipo de família predominante é a camponesa.

Pinto (1995:74, *apud*. Pedroso, 1998) caracteriza o espaço rural pela:

Dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço local de grande parte dos agentes sociais que nele habitam; importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais; persistência do grupo doméstico enquanto unidade de produção, consumo e residência (Pedroso,1998:7);

Tal caracterização dá-nos conta de três realidades: o reconhecimento da importância dos recursos naturais; o enraizamento local dos agentes sociais e a importância dada à produção e consumo domésticos, nomeadamente através da produção agrícola.

A transformação destes espaços deu-se, desde os primórdios da revolução industrial. A estrutura económica e demográfica, nomeadamente no interior do território nacional sofreu alterações, potenciadas pelo êxodo rural, pelos fluxos migratórios (quer para as grandes metrópoles, quer para outros países). Isto resultou no abandono das práticas agrícolas e industriais, bem como na perda de laços de solidariedade e práticas de cooperação, entre outros (Batista, 2001). Esses desequilíbrios acentuaram as diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano, estando assim o espaço rural, subordinado à dinâmica do espaço urbano/industrial (Batista, 2001).

Segundo Baptista (2001), a definição de espaços rurais, não retém o indicador de densidade (indicador quantitativo), social ou económico. Assim, ocorre a separação entre o espaço rural e o rural de baixa densidade (como designamos neste trabalho Territórios de Baixa Densidade) (Baptista, 2001 *apud* Pais e Gomes, 2008).

Deste modo, segundo o Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (2008), Os Territórios de baixa densidade estão associados:

“[...] não apenas em termos demográficos, mas também em termos: Da escassez de atividades com características de base económica, e por conseguinte, com fraca capacidade de atração de rendimentos exógenos; Urbanos, pela insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos, mesmo os mais importantes; Institucionais, pelo reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade; Relacionais, pela reduzida eficácia na construção de parcerias; Das formas de ocupação dos recursos humanos, devido ao reduzido leque de oportunidades de emprego oferecidas; e Da exiguidade dos mercados locais, o que limita as condições de valorização de mercado das respetivas produções.” (*idem, ibidem:3*)

Podemos perceber através desta citação, que os TBD possuem características que, para além da baixa densidade populacional, também possuem uma baixa densidade de empresas, de infraestruturas do conhecimento e outras, que permitem gerar competitividade e desenvolvimento, principalmente para os jovens, que tendem a procurar alternativas em meios urbanos. A saída precoce destes jovens para as grandes cidades é quase sempre definitiva, uma vez alcançados os seus objetivos, o regresso às origens é muito reduzido. Isto irá gerar um processo de causalidade circular, isto é, os jovens saem dos territórios na busca de melhores condições, deixando os mesmos mais desertificados, que por sua vez não conseguem gerar competitividade e desenvolvimento, pois não detém recursos necessários (Batista 2001).

O modelo agrícola tem vindo a sofrer diversas mutações, como as quebras de produção e de rendimentos. Deste modo, para colmatar estes problemas, surgiram alternativas pouco adequadas ao modelo agrícola vigente, como por exemplo, o aumento da escala de cultivo, não tendo em conta o modelo ou

conceito de cooperativismo e a concorrência e lógica de Mercado (Batista,2001). Assim, hoje, assistimos a um setor pobre, que não é reconhecido, está degradado e cada vez mais virado para a lógica de subsistência, o que ao nível meso e macro irá ter reflexos, nomeadamente nas políticas e apoios sociais (*idem, ibidem*).

Segundo Reis a economia Portuguesa “[...] regista uma mudança de ciclos em que as possibilidades de conjugação entre práticas locais e a lógica de conjunto do funcionamento económico se alteram substancialmente.” (*idem, ibidem*:36). As práticas que outrora ligavam o social ao económico (iniciativas mais locais e informais, que recorrem aos recursos endógenos e exógenos do território), têm vindo a sofrer mutações, aumentando assim o risco de exclusão social, maior dependência do Estado e menor grau de esperança no que diz respeito às possibilidades de um desenvolvimento futuro.

Idem (ibidem) refere ainda que a agricultura é uma prática fundada nas relações baseadas na reciprocidade, entreaajuda e cooperação. Contudo, devido ao afastamento das relações existentes nas sociedades agrícolas esta sofre diversas metamorfoses. Valores como, a sociabilidade, o interconhecimento, confiança e partilha de serviços e bens, são pauperizados. Ao mesmo tempo, o sistema capitalista tem vindo a minar estas relações, já que valoriza o individualismo societário e o consumismo como formas de obtenção de bem-estar e felicidade.

Por outro lado, uma das razões pelas quais as práticas agrícolas têm subsistido, deve-se à resistência velada às práticas do sistema capitalista, pois a agricultura ainda se vai baseando nos costumes e experiências passadas. Podemos dizer que ao longo dos séculos a economia capitalista oferece entraves a tudo aquilo que lhe pode fazer frente ou a “[...] tudo o que... lhe é estranho.[...]”, como refere Hespanha (2011). Deste modo, começam a surgir novas formas de economia, de âmbito mais popular e informal, que se adaptam às demandas do mercado (*idem, ibidem*:54).

1.2 - Desenvolvimento Local

Segundo a *Declaração sobre o direito ao desenvolvimento*, o conceito de Desenvolvimento passa por um:

“[...] processo global, económico, social, cultural e político que tende para a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base na sua participação ativa, livre e significativa no próprio desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios que dele deriva.” (Gómes, *et al.* 2007:8).

Contudo, tendo por base este conceito e outros indicadores pré-definidos¹, nas últimas décadas, têm-se verificado inúmeras desigualdades no que diz respeito à satisfação das necessidades básicas e do bem-estar (aos níveis político, económico, ecológico, social, entre outros).

Segundo Gómes, *et al.*, (2007), o desenvolvimento advém de práticas pedagógicas, passando por atos educativos continuados, pois será através destes que pode existir partilha de conhecimentos entre os indivíduos e comunidades, visto que as comunidades são uma “ [...] unidade básica de convivência [...]” (*idem, Ibidem:97*) podem praticar, transformar, criticar e fomentar novas práticas de desenvolvimento.

O conceito de Desenvolvimento esteve durante muito tempo, associado à esfera económica e todas as construções teóricas eram baseadas no pensamento “[...]de mercado livre e de harmonia social e de força capitalista para a acumulação de riqueza [...]”e de que “[...]o crescimento económico permite a melhoria de qualidade de vida individual e suporta o contínuo progresso das sociedades.” (*idem, ibidem:97*). Ou seja, o desenvolvimento dependia do esforço individual para o alcance do bem-estar. Podemos verificar que, à luz do sistema capitalista estas construções ainda são válidas. A partir da década de cinquenta, começa a falar-se no crescimento económico e social, pois foi-se tomando consciência de que o crescimento económico não dependia meramente do crescimento económico capitalista dos países mais desenvolvidos, mas também do crescimento dos países menos desenvolvidos, pois só assim seria possível uma

¹ Nomeadamente índice de pobreza e de analfabetismo, entre outros.

maior competitividade, trocas comerciais, investimento internos e externos e distribuição de produtos.

Devido às disparidades de crescimento e desenvolvimento das sociedades, surgem várias teorias sobre a formação de capital humano, onde questões ligadas à agricultura, educação e saúde estão em destaque. Deste modo, na década de setenta o desenvolvimento vai mais além do crescimento económico, passando a olhar para os fenómenos de pobreza, desemprego e redistribuição de riqueza (Amaro, 2009).

Nos finais dos anos 70 assistia-se a uma mutação, com o surgimento de um paradigma de Desenvolvimento Local assente no funcionalismo, ou seja, as medidas de desenvolvimento eram criadas do centro (urbano) para a periferia (rural). Segundo *Idem (ibidem)*, o desenvolvimento está concentrado nas grandes metrópoles, deixando, desta forma, as zonas periféricas mais desprotegidas.

Atualmente, o conceito de desenvolvimento é novamente questionado, tornando-se assim “[...] numa ideia vaga que pretende exprimir os melhores desejos para a Humanidade mas sem especificá-los ou torná-los operativos.” (Gomes, *et al* 2007:29). Esta frase leva-nos a pensar que devemos referir-nos ao desenvolvimento sob uma ótica mais territorial, por outras palavras tem de se ter em conta a realidade concreta,

“ [...] o que é positivo para a América Latina pode ser negativo em África, e o que é aceite na Europa pode originar muitos estragos na Índia. Continuando com este argumento, é imperativo falar de “desenvolvimentos”, aplicados e desenvolvidos nos diversos contextos.” (idem, *ibidem*:30).

Nas últimas décadas tem-se falado em desenvolvimento humano e sustentável, dando ênfase ao impacto que o crescimento económico tem tido no ambiente e pensar em novas formas de satisfação das necessidades básicas de uma forma sustentável. Esta mudança de pensamento veio provocar alterações na forma como olhamos para o desenvolvimento humano, ou seja, devemos olhar para as pessoas, sendo importante o seu desenvolvimento interpessoal; deve haver respeito pelos seus direitos e oportunidades, bem como a participação ativa e informada da vida em sociedade.

Colom (2000, *apud*, Gomes, *et al* 2007) refere que o desenvolvimento deve considerar a dimensão local. A estratégia de Desenvolvimento Local deve

passar por três objetivos: a escolha do tipo de atividade económica, tendo em conta os tipos de comércio e mercados para o escoamento de produtos; o aproveitamento de todos os recursos naturais que o local oferece (de uma forma sustentável) e o uso dos recursos endógenos deve ser planeado quer por agentes externos, quer pela comunidade.

Para Reis (1995), existem quatro condições para o DL: “A existência de limiares de densidade”; [...] A instituição de sistemas de inter-relações locais [...]; [...] O desenvolvimento de culturas, técnicas e institucionais locais [...] e [...] a capacidade de negociação externa” (*idem, ibidem:44*). Estas condições pressupõem que os TBD sofrem mutações no sentido de uma concentração junto às sedes de concelho, o que levará à formação de novas dinâmicas e reorganização na economia local.

Orduna (2000:12) defende o Desenvolvimento Local como modalidade económica mas também social e humana, porque é desenvolvido por uma comunidade num território concreto e a comunidade participa ativamente na resolução dos seus problemas, aproveitando de forma sustentável os recursos humanos e materiais endógenos.

A sustentabilidade aparece-nos como um indicador que nos permite assegurar o bem-estar das gerações futuras. A exploração do conceito levou à consideração do papel do Poder Local e das políticas do Estado, pois é necessário que nos processos de planeamento do território, se tenha em conta a sustentabilidade económica e ambiental (Gouveia, 2009).

É neste sentido que Amaro (2009), define Desenvolvimento Local como sendo uma consequência de iniciativas desenroladas pela comunidade em prol da satisfação de necessidades, económicas, tecnológicas, ambientais. Este tipo de atividade incide em aspetos específicos como o combate ao desemprego, à exclusão social, entre outros. São iniciativas individuais e coletivas que visam o *empowerment*, ou seja, a capacidade da comunidade em rentabilizar e utilizar os seus recursos endógenos e exógenos face aos constrangimentos do Estado e do Mercado, que levam à mudança e ao aumento do bem-estar (Amaro, 2009 *apud* Hespanha, 2011).

1.3 - Inovação Social e Empreendedorismo

1.3.1 - Inovação Social

Num sentido lato, podemos dizer que, a Inovação Social se refere ao desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços que permitam a inclusão social, geração de trabalho e de rendimentos e, sobretudo, promovam a qualidade de vida de indivíduos ou grupos. O conceito de Inovação Social é muito antigo, mas foi nos anos 80, que se debruçou sobre os domínios do desenvolvimento socioeconómico.

Atualmente, a inovação social tornou-se uma necessidade, face às transformações da estrutura social. Como nos diz Bassand, o capitalismo criou desigualdades e áreas de risco, que no entanto podem ser potencialmente inovadoras (*idem*, 1986:37 *apud* André e Abreu, 2006:127). São nessas áreas de incerteza que se criam os contextos para que vários tipos de organizações utilizem os seus recursos de forma a aproveitar oportunidades e enfrentar desafios.

A Inovação Social é entendida como um processo de transformação, de rutura com as normas, regras ou valores vigentes. Pressupõe uma nova forma de pensar ou fazer, cujo objetivo final será a inclusão, capacitação, cooperação e mudança social. Pode ser vista como uma alternativa, ou até mesmo uma rutura face aos processos tradicionais (André e Abreu, 2006:125). Por isto mesmo, existe uma necessidade de pensar nas políticas públicas do Poder Local com a comunidade e nas formas de articulação dos vários tipos de Inovação².

A mudança social almejada na inovação social tem mais probabilidade de ocorrer quando a intervenção social não visa apenas a resolução de um problema de determinado grupo, mas sim quando é pensada com o grupo, de forma a que, surja de dentro para fora e não o contrário. Segundo Monteiro (2012), este esforço só existe se houver trabalho em rede entre as organizações e colaboração com outras entidades e parceiros. Ou seja, a preocupação da inovação social vai para

² Esta articulação cria um potencial gerador de novas oportunidades. A título de exemplo: através das redes locais (autarquias) podem ser criados fóruns de discussão de novas formas de intervenção social, em conjunto com a comunidade. Nestes debates podem ser discutidos como a Economia Solidária aliada à Inovação Social e Tecnológica, que levam a assuntos tão diversos e da maior importância como Microcrédito, moeda social, trabalho comunitário, microempreendedorismo, entre outros.

além de fazer emergir e crescer uma ideia, mas implica fomentar as redes por forma a disseminá-la.

Ao nível de resultados, dever-se-á medir através da escala (número de pessoas, área geográfica); o alcance que obteve, não só na resolução do problema mas nas várias dimensões sociais que o integram e qual o impacto que teve nos indivíduos para que favoreça a sua reprodução (Nilsson, 2003: 3).

O desenvolvimento de uma iniciativa de inovação social é um longo processo evolutivo com avanços e retrocessos, mediante as dinâmicas e capacidade de resposta dos sistemas sociais, face a evolução dos problemas sociais.

Segundo Mulgan (2007), o desenvolvimento de um processo de inovação social assenta em pilares estruturantes do sistema socioeconómico: o primeiro denomina-se pela procura efetiva, que se desvela no reconhecimento da necessidade; depois virá a ideia para responder a essa necessidade; as estratégias, que correspondem aos financiamentos, os agentes envolvidos e as metodologias de aplicação que favorecem a absorção da Inovação Social.

A Inovação Social parte de um pensamento criativo que requer, método, organização e planeamento. Deste modo, Murray e Mulgam (2010) conceberam o Ciclo de Inovação Social, onde podemos identificar seis etapas desde o surgimento da ideia até à mudança:

No 1º estágio, **Problema**, a inovação social pode emergir da identificação de um problema e sendo o maior desafio chegar às suas causas, serão utilizados métodos, análise de sistemas, que em última análise poderá levar ao culminar de uma ideia.

No 2º estágio, **Propostas e ideias**, surgem as propostas de solução através de várias fontes (comunidade, indivíduos, estudos, instituições).

Existem muitos métodos para o desenvolvimento de ideias, nomeadamente competições, como o caso da Ashoka, métodos comerciais (Ideas bank), uso de redes ou também a contratação de pensadores que estimulam o pensamento criativo.

O 3º estágio, **Teste e protótipo**, caracteriza-se pelo teste à ideia gerada, que pode ser elaborado de diversas formas, nomeadamente através de: diagnósticos, experiências ou estudos piloto. O que importa é demonstrar que de fato a ideia funciona.

Por sua vez o 4º estágio, **Sustentação**, consiste em garantir a sustentabilidade da ideia testada, nas suas diversas componentes organizacionais, institucionais, sociais e económicas. Será neste estágio que haverá mais investimento.

O 5º estágio, **Escalabilidade**, corresponde à difusão do projeto ou trabalho e existem vários métodos para o fazer, nomeadamente, através do crescimento de uma organização, franchising, entre outros. Torna-se importante demonstrar que a solução se adapta a diferentes tipos de economia e contextos.

Por último no 6º estágio, **Mudança Sistémica**, é criada uma nova ordem, gerada pelo processo de transformação estrutural organizada, de modo contínuo e planeado. Esta mudança envolve alteração nos conceitos, mentalidades e comportamentos em larga escala.

Podemos assim perceber através de Moulaert, que existem dois tipos de iniciativas inerentes à inovação social. A primeira, baseia-se em formas inovadoras de satisfazer as necessidades de um indivíduo ou grupo, ou seja, os mecanismos da crise e suas recuperações podem acelerar a inovação social, cujos principais responsáveis são as associações e poder local (*idem*, Nussbaumer, 2008). A segunda perspetiva do autor, passa pela inovação social baseada nas relações sociais entre a comunidade e o poder local. Para o autor, a junção destas duas forças potencia o desenvolvimento local, pois é visto como uma alternativa à lógica capitalista e almeja formas alternativas como a solidariedade e reciprocidade entre a comunidade.

1.3.2 - Empreendedorismo

Entende-se por Empreendedorismo, o processo que consiste em criar algo diferente e com valor. O fim não é a satisfação económica, mas sim o alcance de um objetivo (Cardoso, 2010).

Palma et al. (2007, *apud* Santos 2012) referem, que o empreendedor é visto como sendo um fundador, dono de um pequeno negócio e o seu principal objetivo é crescer e obter valor social. Ser empreendedor é também criar ambientes mentais criativos, transformando sonhos em realidade.

Palma et al. (2007, *apud* Santos, 2012) acentuam com base em Venkataraman (1997, *apud* Santos, 2012) que o Empreendedorismo procura

compreender as oportunidades de mercado para a criação de novos negócios. Assim, este termo está ligado à criação de novos negócios, geralmente micro e pequenas empresas.

O Livro Verde do Empreendedorismo da Comissão Europeia (2003, *apud idem*, 2012) aponta cinco razões para considerar o empreendedorismo importante: aumenta a criação de empregos; promove o crescimento económico; melhora a competitividade; aproveita o potencial dos indivíduos e explora os interesses (Hirsch, 2004).

Através do Concelho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação, criado em 16 de novembro de 2011, é incrementado um Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação. Os objetivos deste programa são: o alargamento dos conhecimentos da população, nomeadamente nas camadas mais Jovens (qualificada e/ou desempregada) e mais excluídas; a dinamização de empresas portuguesas por forma a aumentar a sua competitividade e a promoção do empreendedorismo junto das camadas e empresas referidas, potenciando assim a aposta em fundos e financiamentos a empreendimentos inovadores.

Cardoso (2010), chama a atenção de que, o empreendedorismo é condicionado por fatores estruturantes tais como: apoio financeiro; políticas e programas públicos; educação; abertura dos mercados e normas sociais e culturais. Não obstante, por detrás de qualquer empreendimento, estão seres humanos diferenciados, conhecidos por empreendedores, que para Schumpeter são todos aqueles que destroem a ordem económica existente através da introdução de novos produtos e serviços, reaproveitamento os recursos e desperdícios, através da criação de novas formas de organização.

Existem vários tipos de empreendedorismo, como por exemplo, o empreendedorismo institucional, o empreendedorismo empresarial e o empreendedorismo social.

O primeiro pode ser definido como sendo um processo de identificação, desenvolvimento, captura e implementação de novas oportunidades de negócios, dentro de uma organização ou empresa existente. Remete para a renovação e inovação dentro da organização. (Schmidt *et al*, (s/d)).

O empreendedorismo empresarial implica uma forma inovadora, de se dedicar às atividades de uma empresa, principalmente na criação de riqueza, transformação de conhecimentos e de bens em novos produtos (*idem, ibidem*).

O empreendedorismo social que, de acordo com Dees (2001), tem como finalidade a promoção do desenvolvimento socioeconómico através de um processo criativo e produtivo. Consiste num compromisso político, que pode ocasionar grandes transformações e mudanças sociais. Através da utilização de poucos recursos financeiros, com base na ação solidária de membros de uma comunidade, essas mudanças sociais podem ocorrer sob a forma de adaptação. Os empreendedores sociais desempenham o papel de agentes da mudança no sector social, vão diretamente às causas dos problemas, reduzindo as necessidades. Procuram criar mudanças sistémicas e sustentáveis a médio e longo prazo. Ou seja, os empreendedores sociais reconhecem novas oportunidades, criam valor social, que por sua vez será mantido através de um processo contínuo de inovação, uso de recursos disponíveis e transparência nos resultados obtidos.

Segundo Levésque (2005), existem três tipos de Empreendedorismo social: *o capitalista*, onde existe uma combinação entre empresas com impactos sociais e organizacionais com métodos empresariais; *o social*, que tem como objetivo o impacto social através de respostas inovadoras em resposta a determinado problema e, por fim, *o coletivo*, orientado para o valor social dos seus membros, ou seja, perante uma necessidade não satisfeita, passam a existir formas de organização coletiva para a resolução dessa mesma necessidade.

Alvord (s/d) identifica três tipos de Empreendedorismo Social:

(I) Combinação entre empresas com impactos sociais e organizações sociais com métodos empresariais. Diz respeito à adaptação de competências e técnicas de empresas e organizações lucrativas, por parte das organizações de cariz social. O objetivo será a sustentabilidade a médio e longo prazo.

(II) Inovação para o impacto social através de iniciativas inovadoras que visam a resolução de problemas sociais. Neste tipo de empreendedorismo, não é dada atenção ao lucro mas sim ao valor social.

(III) Catalisador de transformação, que visa introduzir pequenas mudanças que podem servir de alavanca para a mudança social.

Alavanca essa que pode ser, económica, por exemplo através da aposta no microcrédito; de transformação, via iniciativas empreendedoras que visam a mudança cultural. Por outras palavras, as alterações de papéis, expectativas, despertar de consciências, podem ser fundamentais para a implementação de iniciativas de cariz mais inovador e por último, a transformação ou mudança social, que pode ocorrer através do impacto das políticas, nomeadamente através do reconhecimento político de determinada área de intervenção e através das entidades de maior relevo que podem intervir na resolução de determinado problema.

Podemos estabelecer uma ligação entre empreendedorismo e inovação social através da escola da escola de inovação social cujos autores são Dees (1998), Mulgan (2007) e Bornstein (2007). Os autores referem que, a criação de valor é gerada através de formas inovadoras, que permitam encontrar respostas em contextos de, escassez de recursos e também em novas combinações que revolucionam os padrões de produção. Promove a capacitação das comunidades, o impacto social das mudanças e a sustentabilidade das iniciativas.

O Empreendedor focaliza os recursos existentes, na criação de novas formas para resolver os problemas sociais tendo em conta a mudança sistémica de larga escala.

1.4 – A Economia Social e Solidária e a pluralidade das relações económicas

1.4.1- Da Economia Social à Economia Solidária

Vários autores postulam que a economia social emergiu em períodos de crises socioeconómicas, e que, ao longo desses períodos o Estado e sociedade civil têm vindo a encontrar soluções que viabilizam a resolução dos problemas que daí resultam.

Laville (2009) refere que historicamente a economia social emerge da precarização do trabalho e as iniciativas de cooperativismo surgem como forma de colmatar situações de pobreza e falência de empresas. Em meados do século XX o Estado começou a ter um papel relevante na assistência social, bem como a exercer controle nos vários movimentos associativos (*idem, ibidem*). Deste modo,

a economia social viu-se obrigada a renovar e a alterar a sua identidade e desta forma, o desenvolvimento e ação local, bem como a assistência social passam a ter mais relevância ao nível micro, por outras palavras a comunidade começa a construir alternativas pela via associativa aos seus problemas, nomeadamente o desemprego e a escassez de serviços.

Problemas crescentes como a pobreza e a exclusão social na sociedade, fazem emergir cada vez mais, instituições da Economia Social, preenchendo assim a necessidade de uma maior eficácia na intervenção pública e uma maior eficiência na provisão de bem-estar.

Por outro lado, as restrições financeiras que, de forma crescente, o Estado tem encontrado para desempenhar as suas funções sociais, minam a sua intervenção.

A economia social permite-nos ir ao encontro dos problemas com que a economia capitalista se depara, nomeadamente, o desemprego, as desigualdades sociais e a ineficácia do mercado em satisfazer vários segmentos da população. A estas dificuldades soma-se a globalização económica e fenómenos demográficos, como, os constrangimentos provocados pelo envelhecimento, baixa natalidade e fluxos migratórios em larga escala.

Gaiger (2009) refere que a economia solidária é um capítulo da economia social, onde esta última, desde a revolução industrial e revoltas do operariado, se viu em mãos com o associativismo como resposta. Entre outros movimentos, as cooperativas e as mutualidades, têm como objetivo principal, gerar ação e mudança através do aproveitamento de recursos provenientes do Mercado e Estado advindo das práticas de ajuda mútua e de cooperação.

Atualmente a economia solidária encontra-se vinculada ao desemprego, à saturação do mercado e também ao meio rural. Agora já não reivindica contra a exploração laboral, mas sim a favor do fortalecimento dos laços de solidariedade (Cruz, Santos, 2011). Daí a sua designação de economia social e solidária.

Podemos dizer que, a sociedade contemporânea se sente cada vez mais insatisfeita com as políticas e práticas do sistema capitalista. Daí que, a mesma tenha vindo a procurar alternativas, que deem mais importância à solidariedade e como Laville (2009) refere, ao “imaterial” e às relações, baseadas em aspetos éticos, religiosos, políticos e económicos. A ES surge num contexto concreto, quando o sistema capitalista não tem resposta para determinado problema. Não

obstante, esta não é um instrumento, mas sim uma alternativa e incentiva o pensamento prospetivo. Para que esta ganhe raízes na sociedade civil, há que haver uma consciencialização, para a sua institucionalização nas organizações e no Estado, cujas atividades atuem sob os seus princípios. Segundo refere Namorado, (2009:71) “A economia solidária tem pela frente a necessidade de conceber, difundir e propor critérios de avaliação de desempenho nas suas organizações que incorporem a sua complexidade” de forma, a que, passe a ser encarada como uma alternativa viável e que traga produção e coesão social.

Segundo Cruz e Santos (2011), existem quatro conceções de Economia Solidária, tendo por base formas de associativismo que diferem quanto: à emancipação dos sujeitos, à oportunidade de escolha do tipo de trabalho via mercados convencionais ou cooperativos e às suas perspetivas futuras. A primeira diz respeito à inclusão social, a segunda está relacionada com o Desenvolvimento Local, a terceira faz alusão ao socialismo utópico e, por último, a “Economia Solidária como síntese dialética de assistência social contra efeitos do neoliberalismo” (*idem, ibidem:68*).

A Inclusão Social está relacionada com a ação da ES, ou seja, para esta perspetiva o associativismo económico não tem em conta a ação social, que olha o trabalhador meramente como um “objeto”. Nesta perspetiva, estão presentes as políticas sociais/públicas que visam promover o desenvolvimento local, bem como, o combate de relações de capitalismo que são geradores de exclusão social.

A segunda perspetiva refere a ES como alternativa ao desenvolvimento local, ou seja, a capacidade de ‘empoderar’ um território para as demandas do mercado. Visa também, garantir a sustentabilidade da população através do associativismo e ações coletivas da comunidade.

Na terceira perspetiva, a economia solidária não possui um carácter progressista e emancipatório, ou seja, embora o associativismo vise igualar as relações sociais, o cariz híbrido desta economia, submete-a também à lógica de acumulação. Para os autores, o associativismo não passa de uma fachada, onde a suposta autonomia do trabalho não é mais do que uma subordinação às leis do mercado.

Por último, a quarta perspetiva, pretende explicar que a ES é mais do que inclusão feita através de novas estratégias de associativismo ou de renovação de

políticas. Nesta perspetiva, a par das práticas emancipatórias, nomeadamente o cooperativismo, estão a emergir outras, tais como a autogestão.

Para Laville (2009), existem dois sentidos de Solidariedade: a Solidariedade Filantrópica e Solidariedade Democrática. Segundo o mesmo autor, a primeira, faz parte de uma cidadania responsável, voluntária, cujo objetivo passa por intervir, melhorar a situação daqueles que mais necessitam. Contudo, é o próprio a assumir que esta solidariedade apresenta um constrangimento, que é a desresponsabilização dos sujeitos pelos seus problemas, bem como uma dependência (e inferioridade) pelas redes locais e de proximidade. Em contrapartida, a Solidariedade Democrática baseia-se na igualdade de direitos entre aqueles que praticam e recebem a Solidariedade. Deve existir reciprocidade e auto-organização entre os pares. Não obstante, esta construção é complexa, pois há que existir um reconhecimento maior por parte do Estado, de modo a que a participação da sociedade seja positiva e que obtenha resultados. Nesta perspetiva, as práticas de solidariedade podem ser vistas como uma forma de “democratizar a economia” (*idem, ibidem*).

A economia solidária comporta também uma visão política, dado que dinamiza iniciativas direcionadas à participação, às redes sociais e a práticas de autogestão. Estas últimas, segundo Gaiger (2009) propiciam a criação de serviços de proximidade, isto é, aliar o facto de existir escassez de determinado serviço num local, com a criação de emprego sob a forma de micro empresas. Também denominadas por empresas de inserção, estas empresas trazem uma transformação nos indivíduos, pois demonstram que conceber a própria atividade, vai gerar mais recursos, alargamento assim as redes e laços, bem como a interiorização de lógicas do empreendedorismo e cooperação como forma de resolução de problemas.

Hespanha (2009) postula que, é necessário existirem formas económicas distintas da economia vigente e sistema capitalista, bem como, práticas inovadoras que provoquem mudanças profundas no sistema, para que uma nova mentalidade surja e problemas como a escassez de recursos não renováveis, a injustiça social e o desperdício de recursos humanos e sociais sejam supridos. Desta forma, o autor supracitado postula que, a ES surge como uma outra forma de economia, entre tantas outras com base não mercantilista.

1.4.2 - Economia Plural

Hespanha (2011), dá especial enfoque aos diversos processos de economia social, apoiando-se nos contributos de Polanyi (1944), o qual faz uma abordagem das várias formas de economia ao longo dos tempos, nomeadamente a do *Mercado*, a *Popular*, do *Estado* e da *Sociedade*. Polanyi postula que, além da economia mercantil guiada pelo lucro, há uma economia baseada na redistribuição (Estado) e uma economia baseada na reciprocidade em que o doar e solidariedade são princípios económicos e formas de relações sociais.

Também Estivill (2009), inspirado na teoria de Polanyi, enumera quatro tipos de formas económicas: a *doméstica*, a *comercial*, *pública* e a *solidariedade*. A primeira diz respeito à economia doméstica, à auto-produção, para que haja uma troca de bens de consumo, nomeadamente ao nível mais micro. Neste espaço está também marcado o papel e trabalho das mulheres na manutenção e cuidado da família.

Muitas formas de micro Empreendedorismo (Portela *et al.*, 2008, *apud* Estivill, 2009) são baseadas na económica popular ou doméstica, e ressaltamos que é uma das características mais importantes da economia popular da América do Sul (Coraggio, 2007). Estas atividades económicas levadas a cabo por famílias e redes locais, permitem resolver necessidades das comunidades, criar emprego e trocar bens e serviços que permitam o bem-estar social. Deste modo, a economia social/solidária entra aqui como um mediador entre as relações do público e do privado, pois combate a deterioração de ambos e cria condições para o desenvolvimento socioeconómico do espaço público.

A ES não rejeita o interesse próprio ou o intercâmbio (troca), contudo não se limita meramente à troca, pois isso conduziria a relações mais individualistas e não teria por base a cooperação. Gaiger também refere que a Economia Solidária:

“ [...] valoriza as relações baseadas na comensalidade típicas de economia familiar e doméstica, mas percebemos os seus limites quando se trata de estruturar iniciativas fundadas em relações de cooperação mutuamente consentidas pela via democrática [...] (*idem*, 2009:97).

O princípio da reciprocidade não está intrinsecamente ligado ao interesse próprio, mas à melhoria dos rendimentos em prol do bem comum. (Polanyi, 1980 *apud* Gaiger, 2009).

Segundo Hespanha (2011) os territórios da pequena economia são caracterizados através dos seus objetivos, motivações, condições económicas, níveis de escolaridade, ramos de atividade, entre outros. No que diz respeito às formas de criação de emprego, predominam os pequenos negócios, assentes na economia popular cujos objetivos são o bem-estar económico do grupo, ou lucro coletivo (microempreendimentos populares) ou individual.

Tal como Hespanha postula,

“ As diferenças entre as modalidades da pequena economia têm de ser buscadas em indicadores apropriados, tais como o recurso ou não a trabalho exterior à família, pago ou não pago; o uso das redes de solidariedade primárias; o grau de informalidade nas relações de mercado, nas relações com as instituições e nas relações de comunidade [...] o desejo de arriscar ou a aversão ao risco; o destino dos lucros [...]” (*idem*, 2011:208-209).

Através deste excerto podemos perceber que a economia popular contribui para a melhoria da qualidade de vida, e nela está intrínseco a existência de outras formas de economia. Por exemplo, dentro de uma mesma família podem existir, outras formas de trabalho remunerado, redes de solidariedade, etc. Também percebemos através do excerto que, a economia popular depende de inúmeros fatores, que estão também diretamente ligados ao empreendedorismo, isto é, os pequenos negócios, que neste tipo de economia, estão dependentes dos indicadores: recurso ao trabalho exterior, remunerado ou não e a informalidade das relações. Contudo, o objetivo da economia popular será sempre a maximização da reprodução económica do grupo ou comunidade. A economia popular depende da continuidade do trabalho (manutenção da qualidade de vida), e não da exploração laboral (acumulação de riqueza) (Coraggio, 1991 *apud* Hespanha, 2011).

Assim, podemos refletir sobre o conceito de microempreendedorismo, ou seja, a forma “micro” de empreender, da iniciativa de um empreendedor que constrói um novo futuro. Uma das razões que levam a optar pelo microempreendedorismo, é a procura de trabalho, de autoemprego como forma de

garantir as condições de vida dignas em termos individuais e familiares (Portela, *et al*, 2008). Aqui podemos encontrar empreendedores jovens recém-licenciados, que não encontram emprego nas suas áreas de especialização, profissionais com experiência em idades avançadas que ficaram desempregados, pessoas que através do microcrédito encontram a sua concretização profissional ou aquelas que têm o desejo de concretizarem um sonho e apostam todos os seus recursos para a realização do mesmo.

No tipo de economia popular os microempreendimentos³ estão relacionados com atividades económicas em que o uso dos recursos humanos e naturais são aproveitados visando a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Não obstante, este uso dos recursos disponíveis, complementam-se com redes de entreaajuda e ação coletiva que para além de permitirem a otimização de recursos irão reforçar a coesão do grupo.

1.4.3 - Dois casos de boas práticas de Economia Solidária

Neste subcapítulo serão abordados dois casos de boas práticas, assentes nos princípios ES.

A ES é uma área altamente desenvolvida em Nord-Pas-de-Calais. A história desta região industrial, levou a muitos conflitos sociais que forjaram uma tradição de militância e de solidariedade. Deste modo, as autoridades estaduais e locais mobilizaram-se, para apoiar as mudanças económicas e sociais. O dinamismo regional e atores sociais levaram a uma organização centrada nas dificuldades da população, participando ativamente na criação de soluções. Deste modo, através da redescoberta da economia social e a abertura da ação pública (assente numa nova lógica económica e baseada na democracia participativa e

³ Hespanha explana dois tipos de microempreendedorismo, o primeiro diz respeito aos *microempreendedimentos entre o individualismo possessivo e a economia popular* em que a almejada estabilidade financeira, por vezes atrai a vontade de criar o próprio negócio, que pode ter o objetivo de reforçar a economia doméstica ou ter um alcance maior, como por exemplo a concretização de um sonho (projeto de vida).

O segundo tipo de microempreendedorismo refere-se a *microempreendedimentos entre o individualismo possessivo e a economia solidária*, baseia-se no trabalho em rede, de proximidade e partilha. Este tipo de empreendimentos baseia-se em práticas associativas e coletivas.

Por fim, Hespanha reitera que os empreendimentos de raiz popular podem conduzir a projetos de economia solidária, como por exemplo, os mercados solidários, cooperativas de artesãos e organizações de solidariedade.

representativa) e por fim, considerando as associações como uma alavanca a criação de emprego e coesão social, a comunidade supracitada sofreu uma franca expansão.

O voluntariado é referido neste território como uma das principais características das organizações da economia social, bem como o papel importante desempenhado da dinâmica associativa.

Também se apostou numa democracia participativa, através de uma reflexão coletiva sobre as necessidades e problemas sociais das comunidades e da região, como por exemplo, discussões sobre os temas, o desemprego e exclusão social. O objetivo passou assim, por reunir todos aqueles que pretendem inovar, através da formulação de novas ideias e práticas. Surgiram daqui um conjunto de iniciativas, nomeadamente uma empresa regional de inovação (FRS), que foi co-construída e gerida em conjunto pelas associações de desempregados e o conselho regional.

Neste contexto, são definidas políticas económicas regionais, centradas no emprego, baseadas no trabalho em rede, e na troca livre de experiências em reuniões abertas do poder local a todas as empresas interessadas. Assim, os serviços locais podem contribuir para a criação de emprego mas também a coesão social e de uma nova cidadania. A ação pública pode oferecer o seu contributo para o DL, através da hibridação de recursos e fortalecimento de redes dos atores sociais (Gardin, 2005, Laville, 2005:259-283).

Em Portugal, um bom exemplo de boas práticas será o projeto ASAS (Aldeias Sustentáveis Ativas), promovido pela associação ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local⁴.

O programa ASAS, é um projeto que coopera com várias instituições e organizações nacionais, sendo o seu objetivo primeiro, promover o DL dos territórios. Pretende apresentar propostas e instrumentos programáticos ao poder local e aos atores sociais, a fim de criarem apoios à revitalização das aldeias que

⁴ Constitui-se por uma associação privada sem fins lucrativos, fundada em 1993 cujo percurso tem vindo a ser feito nas áreas do Desenvolvimento Local, da Economia Social e Solidária, do associativismo e da cidadania ativa em cooperação com associações e comunidades rurais e urbanos. O objetivo desta associação prende-se na melhoria das condições de vida, promoção da igualdade de oportunidades e na transformação sustentável dos denominados Territórios de Baixa Densidade. A componente inovadora aqui presente está na atuação em rede, na democracia participativa entre o território, agentes sociais e organizações e na valorização do trabalho voluntário.

vivem o flagelo do isolamento e despovoamento. Esta estratégia irá provocar diversificação da economia e do emprego local e valorização dos recursos endógenos, assentes na lógica de participação comunitária e cooperação. Esta confluência de sinergias endógenas e exógenas vai despoletar uma prática de redes colaborativas, entre comunidade, atores sociais e poder local.

A partir do terreno, este projeto desenvolve propostas concertadas no *Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia*, que estimulem a promoção de aldeias sustentáveis.

Em termos práticos, é proposto a artesãos, agricultores, comerciantes, agentes da área marketing e organismos públicos, uma interação diferente, onde os conceitos de, cliente e fornecedor cai por terra. O objetivo é criarem entre si um produto novo que seja comerciável para o mercado exterior, onde todos possam vender e publicitar o produto final. Outra possibilidade será a de que, cada agricultor (nano-cultura) venda o produto de outros produtores, visto que é mais difícil chegar aos mercados individualmente (Cordovil, et al., 2013).

Uma das primeiras iniciativas deste género em Portugal foi feita na aldeia das Amoreiras, no concelho de Odemira, distrito de Beja. Com a atual conjuntura económica, o abandono e envelhecimento populacional, o Centro de Convergência da Aldeia das Amoreiras dinamizou em conjunto com vários parceiros e habitantes, um intenso processo de dinamização cultural e social, que gerou um sentimento coletivo de esperança no futuro da Aldeia.

Através da criação de uma nova associação na Aldeia da qual o Centro de Convergência faz parte, debateram-se temas com a população: alterações climáticas, perda de biodiversidade, pressão sobre os recursos naturais (como o solo, água, etc.), inovação, dinamização das redes sociais, criação de estratégias locais de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. Nesta aldeia os habitantes são atores ativos no seu desenvolvimento, propondo assim soluções para resolver os seus problemas (falta de emprego; difícil viabilidade económica da agricultura, entre outros) em conjunto com o poder local e outras parcerias. Uma inovação aqui presente é o fato de se utilizar a metodologia de investigação ação numa comunidade inteira (Gonçalves, 2012).

CAPÍTULO II – MODELO DE ANÁLISE

2.1- Definição do problema de pesquisa

Os territórios rurais, no interior do país, em especial os Territórios de Baixa Densidade (TBD), têm vindo a sofrer alterações, como o envelhecimento, êxodo rural, a emigração, o abandono da produção agrícola, entre outras. Estes territórios apresentam défices de natureza populacional, urbana, económica e social, o que dificulta o seu crescimento e desenvolvimento.

Uma das causas que levou ao envelhecimento e à baixa densidade populacional nestes territórios, foi o processo migratório da sua população. A partir da década de 1950, surgem os primeiros fluxos migratórios, em que grande parte da população se desloca para o norte e centro da Europa, com os principais focos em países como a França, Alemanha e Suíça. Posteriormente ocorre nova migração, mas desta vez dentro do próprio país. A população procura melhoria nas condições de vida nos grandes polos urbanos e industriais, em empregos ligados à indústria e deixando para trás os meios rurais. Num período mais recente, surgem novos fluxos migratórios, mas desta vez motivados pela busca de qualificações no ensino superior (Batista, 1993).

Estas realidades da e/migração tiveram motivações diversas. Enquanto nas duas primeiras fases foi a procura de melhores condições de vida, e a fuga às condições precárias e instáveis do meio rural, sendo que se mantinha o sonho de voltar à terra para a trabalhar e explorar, num segundo momento estas movimentações regem-se pela procura de uma melhoria na área do conhecimento e educação, que resultariam mais tarde numa vida mais folgada, estável e com estatuto (Batista, *ibidem*).

Contudo, a crise económica do país levou a que esta estabilidade encontrada nos sítios urbanos ficasse fragilizada, já que as oportunidades de emprego são cada vez mais reduzidas. Também não podemos esquecer que as condições de vida mudaram no interior do país. Nas terras do interior já existe saneamento, luz elétrica, vias de acesso em boas condições e também acesso aos serviços e respostas sociais.

Deste modo, podemos atualmente assistir a um outro tipo de migração, ou seja, a vinda de população dos centros urbanos para o interior, em que, já não procuram melhores condições de trabalho, ou melhores qualificações mas sim um refúgio (crise económica e de valores) ou oportunidade de recomeçar (desemprego). Não obstante, a população que está a migrar para o interior trás consigo uma grande bagagem (conhecimento e formação), oferecendo assim, um novo alento aos territórios do interior.

O Desenvolvimento Local passa cada vez mais por iniciativas provenientes de economias locais, que tentam assim resistir à pressão do sistema capitalista global, que mina os mercados locais, projetos, ou políticas, bem como a crescente globalização de produtos e serviços que impedem a especificidade e singularidade do território.

Por isso, tem havido uma preocupação crescente das políticas públicas no investimento em infraestruturas e projetos sociais que possam fixar a população e dinamizar os territórios locais. Tal pode passar pelo aumento do empreendedorismo e inovação social; aproveitamento dos recursos endógenos e exógenos, capazes de gerar sustentabilidade económica e a capacidade de gerar projetos que valorizem os recursos endógenos por forma a serem motores para a fixação de outros investimentos empresariais. Poderá passar também pela execução de projetos inovadores que tornem os territórios mais competitivos e cujos pontos fortes passem pelo investimento na produção de bens e serviços singulares, no capital simbólico, que por sua vez poderá levar à multiplicação de outro tipo de atividades e posterior criação de emprego (Batista, 1993).

Os Territórios de Baixa Densidade, possuem um conjunto de características e especificidades socioculturais e geográfico-naturais, que os tornam particularmente atrativos. Contudo, devido à sua desertificação, abandono dos terrenos agrícolas, uma taxa de envelhecimento alta, o seu desenvolvimento e visibilidade têm vindo a ser minados.

Existe uma pluralidade de recursos presentes nestes territórios, deste modo, tentaremos perceber até que ponto, este tipo de relações podem dar origem a formas de economia social e solidária.

A Economia Solidária assume-se como uma estratégia para o desenvolvimento destes territórios influenciando em setores de máxima importância,

como é o caso da criação de emprego e de iniciativas que possibilitam uma dinamização a nível económico, social e cultural.

Tendo em conta o contexto da investigação e o carácter transversal dos conceitos de território de baixa densidade, desenvolvimento local, inovação e empreendedorismo e economia solidária, a análise bibliográfica foi desenvolvida com base numa abordagem comparativa e interdisciplinar, invocando-se os contributos da Economia, da Sociologia, da Geografia, dos Estudos de Desenvolvimento, entre outros.

A investigação proposta justifica-se, pela preocupação com o desenvolvimento do território, nas suas múltiplas dimensões – social, económica, cultural, política, ambiental e geracional.

Em termos pessoais, a motivação surgiu pelo conhecimento do território desde a infância, ou seja, ao logo dos anos foi possível verificar várias alterações, nomeadamente o abandono por parte dos jovens, a degradação do património, a preocupação dos mais velhos na manutenção dos terrenos ou habitações deixadas ao abandono, o que levou a questionar sobre o futuro do local onde se criaram raízes.

A análise de experiências que foram vivenciadas *in loco*, suscitou algumas questões, nomeadamente sobre as dinâmicas locais e económicas.

Neste sentido, o problema levantado neste estudo, pode expressar-se na seguinte questão: **Até que ponto a inovação e empreendedorismo podem conduzir ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade de modo a minimizar as consequências do fraco desenvolvimento?**

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa pretende perceber, quais são as alternativas para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade e qual será o papel do Empreendedorismo e da Inovação Social como estratégias de desenvolvimento, que potenciem dinâmicas económicas e relações sociais da economia solidária.

Objetivos específicos

Como objetivos específicos apresentam-se: (i) Caracterizar o concelho de Pinhel ao nível geográfico, populacional, económico, cultural e social enquanto

Território de Baixa Densidade; (ii) Descrever algumas das necessidades da comunidade, nomeadamente, ao nível de serviços e apoios sociais; (iii) Identificar e caracterizar os vários tipos de economia existentes nas Lameiras (iv) Identificar os diferentes atores políticos, económicos e sociais e o seu papel no território; (v) Perceber quais são as possibilidades para a implementação de práticas de inovação e empreendedorismo social; (vi) Descrever as relações que criam laços de solidariedade, de confiança, de proximidade e de cooperação; (vii) Perceber o papel do poder local na dinamização de iniciativas de inovação e empreendedorismo social (viii) Compreender de que forma a inovação e empreendedorismo podem potenciar práticas de economia solidária

Hipóteses

Surgem assim as seguintes hipóteses de investigação:

- (i) Os territórios de baixa densidade possuem características que potenciam a articulação entre economias plurais e dinâmicas locais;
- (ii) É necessário para o desenvolvimento da inovação social e do empreendedorismo, práticas e expectativas presentes nas políticas públicas, no Poder Local, e na própria população.
- (iii) O empreendedorismo e a inovação social podem ser uma alavanca para o surgimento de iniciativas baseadas em outras práticas económicas como a Economia Solidária.

Apresenta-se de seguida a operacionalização dos conceitos Territórios de Baixa Densidade, Inovação e Empreendedorismo e Economia Solidária.

Territórios de Baixa Densidade são áreas rurais que apresentam uma baixa densidade populacional, uma elevada taxa de envelhecimento e escassez de emprego e serviços (Silva, s.d). Possuem défices a vários níveis: populacional, organizacional, acessibilidades, práticas culturais, entre outros. Aqueles que vamos incidir serão: ao nível populacional (nesta dimensão iremos perceber indicadores como o índice migratório, taxa de envelhecimento, mudanças nas várias faixas etárias, entre outros), ao nível económico, irá dar-se ênfase às principais atividades económicas e taxa de desemprego. Ao nível das acessibilidades, serão explanadas as redes ferroviárias e rodoviárias e localização

dos grandes aglomerados mais próximos. Será feito um levantamento do número de empresas existentes na aldeia, bem como das organizações do terceiro setor.

A **Inovação Social**, que pode ser entendida como uma nova resposta que gera mudança social. “Uma intervenção iniciada por atores sociais a fim de: responder a aspirações e necessidade; trazer uma solução; tirar proveito de um contexto a fim de modificar as relações sociais; transformar um quadro de ação; ou propor novos valores culturais” (Lévesque e Lajeunesse-Crevier, 2005).

Pode ser potenciada através de iniciativas operadas ao nível do ensino, da formação, do trabalho, através de políticas sociais ou, ao nível do ordenamento do território.

Para a operacionalização deste conceito foram identificados cinco dimensões de análise: a natureza, estímulos, recursos e dinâmicas, agentes e meios existentes na aldeia (André e Abreu, 2006: 127).

Relativamente à primeira dimensão, podemos perceber qual é o foco de mudança e em que domínios e adversidades é que a inovação social emerge e desenvolve.

Quanto aos estímulos, esta dimensão pretende abordar os riscos, oportunidades e ameaças, quando se apresenta uma inovação social.

Os recursos e dinâmicas permitem verificar se existem condições favoráveis, ou não, para a implementação de uma inovação (André e Abreu, 2006:128). Nesta dimensão, os autores supracitados fazem alusão à espacialidade das relações, nomeadamente: do capital relacional, isto é, relações que se baseiam em laços de proximidade, cooperação e configuram, sentimento de pertença e identificação com o território e, do capital relacional transnacional, sustentado noutras redes e laços, nomeadamente com o exterior do território (André & Abreu, 2006, p. 128).

Já as dinâmicas, focam a questão da sustentabilidade das inovações sociais. Nesta dimensão é possível compreender, de que forma, é que a inovação se pode esgotar ou fracassar.

Por fim, os agentes e meios são identificados e os tipos de relações de poder que têm um papel preponderante na mediação e divulgação da inovação. Ressaltamos as instituições (pública, privada, terceiro setor), organizações e movimentos sociais. As relações de poder são um importante aspeto a deter na discussão da

inovação social, na medida em que, nem todos os agentes de um território detêm capacidade para gerar inovação.

Entende-se por **empreendedorismo** o processo que visa criar algo com valor, sendo que a satisfação económica é resultado de um objetivo alcançado e não um fim (Cardoso, 2010). Procura conhecer oportunidades, mercados e constrangimentos para que seja possível a criação de algo novo. O seu objetivo pode passar por gerar competitividade, crescimento e reaproveitamento dos recursos, remetendo-nos assim para o conceito seguinte.

Por último, o conceito de **Economia Solidária**. Quando falamos deste conceito, referimo-nos a formas não mercantilistas de fazer face a situações que afetam diretamente grupos ou indivíduos mais vulneráveis e, onde os principais agentes de mudança são eles próprios.

A Economia Solidária consolida-se hoje, em muitos países, nomeadamente em Portugal, como um campo operativo de transformação social e de ação política dos cidadãos (Laville, 2009). Neste contexto, têm-se observado em vários espaços principalmente nas zonas rurais, experiências marcadas pela simultaneidade do trabalho associado, da propriedade coletiva dos bens de produção, da autogestão e da solidariedade (Hespanha *et al.*, 2011).

2.2 - Metodologia, natureza e procedimentos técnicos

Na pesquisa qualitativa não é só tido em conta a visão do investigador, mas também a do participante do estudo. É importante saber qual é a posição do sujeito participante perante o estudo, pressupondo o seu conhecimento como único e social. Na pesquisa qualitativa, os sujeitos não são escolhidos aleatoriamente. Martinelli (1999), fala-nos de sujeitos coletivos, ou seja, aquele que pode prestar informações sobre o grupo social onde está inserido, dando-nos assim uma análise mais rica do grupo que se quer estudar. Em pesquisas qualitativas, o investigador deve descrever trajetórias de vida, vivências e experiências, porque os sujeitos são seres únicos e sociais.

O **Investigador** assume o seu envolvimento através da sua vivência e conhecimento do local em estudo. É descendente de uma família da aldeia, a família Beirão, constituída ao longo dos séculos por membros do clero e das

forças armadas e outras personalidades da sociedade civil. Esta família sempre possuiu um grande património edificado, composto por várias habitações com brasão, terrenos agrícolas (principalmente vinhas, olivais e pomares) e acima de tudo possui um património simbólico muito forte sendo, o *status* e protagonismo familiar um dos pilares que caracterizam esta família.

Não obstante, ao longo dos anos os membros e património desta família foram desaparecendo, justificado pela e/migração, mortalidade, partilhas, heranças, etc.

Posto isto, o sujeito do estudo é descendente daqueles que migraram para Coimbra e que só regressava às suas raízes em dias festivos, épocas de colheita ou férias escolares.

Até à adolescência o sujeito deslocava-se à aldeia no Natal, Páscoa e férias letivas. Nessa altura, já era possível verificar que existiam muito poucos jovens. Aliás, era nas férias de verão que havia mais crianças na aldeia, pois vinham passar uns dias a casa dos avós. Nesses períodos de férias, era também recorrente a ida diária aos terrenos agrícolas dos avós, para efetuar a manutenção dos produtos e terrenos agrícolas. As tardes eram passadas em largos junto dos mais velhos que compartilhavam histórias, inquietações e outros temas de conversa inerentes ao convívio dos habitantes de uma comunidade. Era também durante a tarde que apareciam os vendedores ambulantes (padeiros) e aqueles que, em pequenas carrinhas compravam alguns produtos aos agricultores, nomeadamente, batatas, frutos vermelhos, entre outros.

Em suma, o dia-a-dia era passado nos terrenos agrícolas e no espaço público da aldeia. Espaços de entretenimento coletivo eram nulos.

Com o passar dos anos foi-se assistindo a outro tipo de dinâmicas, isto é, a velhice dos avós e a sua incapacidade de cuidar dos terrenos, levou a que a manutenção dos mesmos fosse delegada a outros, nomeadamente aos filhos. Este delegar remete-nos para o sentido de *status* presente no seio familiar. Ou seja, a continuidade e preservação do património é tida quase como uma obrigação, e quando isto é quebrado as críticas de outros familiares e habitantes não tardam em chegar. Foi a partir daqui (6 anos), que o sujeito esteve mais em contato com o território, pois agora o regresso à aldeia já é feito nas datas das efemérides e datas relativas às várias fases das práticas agrícolas, por exemplo: lavrar, regar, podar e

colheitas da azeitona, fruta e uva. É nestas que se percebem as dinâmicas da população.

As redes de proximidade aumentaram, para além do convívio com outros jovens (muito reduzido pois muitos estudam ou estão migrados), acresce o convívio com outros atores, nomeadamente, agricultores, familiares, associações e cooperativas que mais à frente serão caracterizadas.

Posto isto, durante estes 6 anos (aproximadamente) foram surgindo algumas dúvidas, perceções, preocupações e observações que constituíram a razão deste estudo. Por outras palavras foram estas vivências e perceções que motivaram a escolha deste território.

Este estudo pode ser classificado como um estudo de caso. Segundo Yin (2009), quando uma investigação se preocupa em responder a questões do tipo “como”, ou o seu interesse recai sobre um fenómeno contemporâneo, inserido num contexto de vida real, então estamos perante um **estudo de caso**.

O estudo de caso consegue explorar dados de uma forma heurística, sendo capaz de avaliar o fenómeno ou realidade sob vários ângulos. Também promove a rutura com o senso comum, pois utiliza técnicas e teorias assentes em bases científicas. Contudo, segundo *Idem (ibidem)* o estudo de caso não prolonga os seus resultados e conceitos no tempo, visto que os fenómenos e/ou sujeitos estão em constante mudança e mutação.

O caso escolhido é uma comunidade no interior do país, Freguesia de Lameiras (Concelho de Pinhel) que tem vindo a sofrer um processo de desertificação e desinvestimento, à semelhança de muitos outros territórios rurais do interior. A proximidade em relação ao caso permite, por um lado, uma maior facilidade no acesso à população e dinâmicas da mesma mas, por outro, o perigo da familiaridade do social. Isto veio implicar redefinições e negociações das relações com as pessoas da comunidade, por exemplo obter informação através de conversas informais sem o gravador ou material de suporte, ou até mesmo troca de favores (uma entrevista em troca de um serviço).

Relativamente aos procedimentos de recolha de dados, foram escolhidos como técnicas: a recolha documental, as entrevistas semiestruturadas e a observação, registada em diário de campo.

A **recolha documental** serviu para ajudar a responder às questões e hipóteses formuladas no início do estudo, e complementar a informação reunida

pelas outras técnicas utilizadas (Bell, 2004). Martins e Theóphilo (2009) postulam que, a pesquisa documental não só contribui para responder ao ‘porquê’ dos resultados obtidos, mas também para que se possa confrontar autores, teorias e outros estudos para que, a obtenção dos dados seja fidedigna.

A análise documental permitiu através de uma panóplia de fontes- livros, folhetos, sítios na internet, Planos de Desenvolvimento, estatutos, entre outros - aprofundar o conhecimento do território. Relativamente aos Planos de Desenvolvimento, ressalva-se a sua importância na medida em que permitiu um maior conhecimento do local.

As **entrevistas semiestruturadas** foram as escolhidas visto que, dado ao contexto, a entrevista deveria ser semelhante a uma conversa informal. Esta metodologia combinou perguntas abertas e fechadas mediante o tema. Dado que os vários conceitos abordados eram desconhecidos para a maior parte dos entrevistados, esta metodologia possibilitou fazer perguntas adicionais para esclarecer determinada questão. Este tipo de entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar pessoalmente sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas e o fluir da conversa, bem como oferece a quem relata, tempo de o fazer lembrar de fatos já passados (Bell, 2004).

A amostra escolhida foi por conveniência e amostragem criterial. Deste modo, foram entrevistados atores representantes de instituições do concelho e outros agentes ligados às várias formas de economia. Os critérios para essa escolha foram: a profissão, idade, posição dentro da aldeia (*Status*) e nas instituições do poder local. Ressalvasse que embora estes critérios já estivessem definidos antes da ida para o terreno, muitos habitantes se recusaram a serem entrevistados.

As entrevistas semiestruturadas (ver anexo A), tiveram lugar nos meses de setembro e outubro de 2013. Foram efetuadas 12 entrevistas a habitantes da localidade, estudantes que se encontram a estudar fora, Presidente da Junta de Freguesia e a diretora técnica da Câmara Municipal de Pinhel. As entrevistas feitas aos dirigentes da Junta e diretora técnica foram levadas a cabo, a fim de tentar entender qual seria a visão do poder local sobre o território em análise sob diversas dimensões.

As idades das pessoas entrevistadas variam entre os 22 e os 74 anos, sendo que dez são mulheres e cinco homens. As habilitações literárias vão desde o 4º ano (4) até Mestrado (2). Nenhuma mulher casada aceitou realizar uma entrevista a não ser que fosse na presença do marido. As entrevistas foram gravadas através do uso de um gravador, à exceção de uma, pois o entrevistado recusou o uso de material eletrónico, passando o investigador a anotar algumas partes da entrevista em suporte papel.

No Anexo B estarão explanados em grelha a descrição dos entrevistados. Optou-se por este método pois alguns entrevistados pediram anonimato.

Os dados obtidos a partir das entrevistas semi-estruturadas com a população das Lameiras e outros agentes pertinentes para o presente estudo, foram tratados através da técnica qualitativa da análise de conteúdo, por forma a “conseguir produzir inferências válidas e reproduzíveis através dos textos analisados” (Gauthier et al., 2003:351). Foi assim elaborada, uma grelha de análise de conteúdos (Anexo C), composta por: eixos de análise, categorias, dimensões e unidade de contexto. Os eixos de análise e dimensões já estariam previamente definidos, contudo foram sofrendo alterações ao longo do tempo. Segundo o autor supracitado, a técnica de análise de conteúdo permitiu sistematizar e explicitar a informação contida nos documentos e entrevistas, como também encontrar indicadores que nos possibilitassem atribuir e até mesmo reforçar alguns conceitos.

A **observação**, permite ao investigador captar um acontecimento no momento exato em que se produz. Em suma, é uma perceção geral do comportamento verbal e não-verbal (Bell, 2004). Aqui, o investigador pode dar uso ao diário de campo, que vai permitindo anotar fatos ou acontecimentos que podem responder às perguntas de partida e hipóteses. O diário de campo explana as reflexões da investigadora ou se narram eventos testemunhados, considerados relevantes para o estudo. À medida que a investigação decorreu, esta base de recolha verificou-se cada vez mais pertinente, uma vez que a presença da investigadora no campo implicou constantes negociações com a população local. Assim se contam algumas dúvidas que foram surgindo, algumas notas, para *à posteriori* serem mais aprofundadas.

Quanto aos constrangimentos encontrados no local, foram vários, o conhecimento do local foi simultaneamente uma vantagem e desvantagem. Se por

um lado o conhecimento prévio do território antecipou alguma da problemática, por outro a investigadora é sempre vista como alguém que já é da terra, que de antemão já deveria saber tudo. Enfraqueceu também a ideia de investigadora por si, que sendo sempre vista como alguém da terra, teria maior proximidade. Não existe relutância em dizer não ao investigador, isto é, como não há formalidade no pedido, os habitantes muitas das vezes desistiam e “encaminhavam” para outra pessoa.

Um outro constrangimento foram os horários dos habitantes, estes passam a manhã e parte da tarde nos terrenos agrícolas e retiram-se para as suas habitações antes do pôr-do-sol, isto porque depois do jantar não é bem aceite culturalmente as mulheres andarem na rua. Esta questão dos horários interferiu com a investigação, na medida em que, o tempo de estadia do investigador na aldeia e a duração das entrevistas fora curto.

E suma, o que o investigador não contava ao realizar o trabalho de campo, é que ao estudar a comunidade “de fora”, esta não o iria ver com bons olhos. Os habitantes sentiram-se ‘traídos’ com o fato de alguém da terra os estar a estudar, em vez de os ajudar nas suas práticas diárias (trabalho agrícola). Este constituiu-se um dos maiores problemas desta investigação, pois muitos dos entrevistados recusaram falar sobre as suas preocupações, anseios e perspetivas porque seria espectável que o investigador já as conhecesse, pois ele próprio pertence à comunidade.

Para exemplificar melhor este constrangimento o investigador para obter uma entrevista teve de ajudar um entrevistado na sua colheita de uvas e só depois é que a entrevista foi realizada.

O trabalho de campo levou ainda a uma redefinição de alguns conceitos, hipóteses e objetivos do estudo. Estas alterações levaram também, a um aprofundamento da revisão da literatura que diz respeito às articulações entre as economias populares e a economia solidária, inovação social, empreendedorismo, microempreendedorismo.

CAPÍTULO III –A ALDEIA LAMEIRAS ENQUANTO TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE

Neste terceiro capítulo, será realizada uma descrição sobre o território Lameiras, aos níveis: geográfico; demográfico; dinâmicas socioeconómicas; serviços públicos e sociais; dinâmicas associativas e património cultural. Indicadores que serão discutidos ao longo deste capítulo, na procura da verificação das Lameiras como sendo território de baixa densidade.

3.1- Caracterização Geográfica

O território português, pode facilmente ser dividido em quatro esferas, litoral-interior e norte-sul. Na primeira dicotomia, o Litoral caracteriza-se pela grande densidade demográfica e apresenta-se como polo de desenvolvimento, enquanto que, o interior está desertificado e com grande abandono populacional principalmente pelas gerações mais novas (Baptista, 1993).

Estes territórios assumem valores negativos em todos os indicadores de desenvolvimento, demográficos, geográficos, ofertas de serviços, setores de atividade económica, entre outros. Podemos assim dizer que, TBD estão mais presentes nas regiões do interior e, caracterizam-se por possuir fracas aglomerações populacionais e são frequentemente associados a estagnação e atraso (Azevedo 2010:37).

Lameiras encontra-se localizada na Beira Interior Norte, mais propriamente no distrito da Guarda, no concelho de Pinhel, como exemplifica a seguinte ilustração (Ilustração 1- Concelho de Pinhel). Entre as 27 Freguesias que compõem o concelho de Pinhel, Lameiras localiza-se numa colina, na margem esquerda do rio Côa, a cerca de 600m de altitude.

Ilustração 1- Concelho de Pinhel



Fonte: Oliveira, V. (2008). Concelho de Pinhel [imagem]<http://terrasdeportugal.wikidot.com/pinhel-freguesia> [5 de fevereiro de 2014]

As suas origens remontam ao período calcolítico (Rede Social, 2007) e em termos paisagísticos, podemos encontrar vários tipos de paisagens, nomeadamente, grandes vinhas e rebanhos com os seus pastores. A Aldeia é rodeada por terrenos agrícolas e por floresta. A extensão territorial da Freguesia de Lameiras, ocupa cerca de 16,77Km² de área, e é formada pelas localidades de Barregão, Lameiras (sede) e Vendada. Esta freguesia fica a 8 km de Pinhel e os principais acessos são a EN 221 e a EM 575. Embora existam bastantes acessos, existe apenas o transporte (público) para os estudantes que vão para Pinhel. O resto da população, tem de se deslocar em viaturas privadas, sendo que, quem não tem viatura própria tem de pedir boleia. Em termos ferroviários, a estação mais próxima é Vila Franca das Naves que fica a 19 Km aproximadamente.

3.2 - Dinâmicas Sociodemográficas

Segundo Azevedo (2010), o despovoamento, em particular nas regiões rurais, leva a questionar sobre as dinâmicas demográficas territoriais. Com efeito, as dinâmicas da população produzem consequências significativas no desenvolvimento territorial. Esta realidade tem impactos sobre o investimento, bem como na renovação e expansão da economia local ou regional que, ao não dinamizá-la provocará estagnação.

Segundo o último Censo populacional, a freguesia das Lameiras contava em 2011 com 290 habitantes, dos quais 136 do sexo masculino e 154 do sexo feminino, sendo a densidade populacional de 13,3 pessoas por Km² (INE, 2011). Em Portugal Continental a densidade populacional na mesma data era de 112,8 pessoas por Km².

Um dos aspetos com mais evidência na freguesia de Lameiras da realidade demográfica é o forte envelhecimento da população, situação que se agravou nos últimos 10 anos, sendo 593,8 o índice de envelhecimento. Em Portugal Continental o índice de envelhecimento é de 130,6 e na região da Beira Interior Norte é de 248,9 (INE, 2011). O número de jovens que residem na aldeia é 18.

A própria população refere, que a sua terra está a ficar cada vez mais despovoada, em parte pela saída dos jovens para estudar na procura de uma oportunidade, quer para as grandes cidades ou até mesmo para Pinhel onde a sua progressão profissional pode ter futuro. Como refere M., uma jovem de 24 anos, que está a frequentar mestrado:

“ [...] Sim, eu agora vejo isso, tirei um curso, venho para cá ter continuidade? Não, não tenho.” - (M., estudante, 24 anos)

De fato, M. procura uma oportunidade na sua terra, mas nesta aldeia, as oportunidades de emprego são escassas, principalmente para aqueles que possuem qualificações mais elevadas.

O território das Lameiras, assistiu ao longo das últimas décadas vários tipos de migração. A partir dos anos 50, jovens, filhos da terra, saem para as cidades ou para o estrangeiro, deixando para trás as atividades produtivas ligadas à Aldeia. Isto veio provocar um aumento no envelhecimento da população, bem como, uma

lacuna na estrutura económica e social, tornando assim, o território incapaz de quebrar este ciclo. Esta afirmação vai de encontro ao que T., de 51 anos, referiu:

“Antigamente as pessoas dedicavam-se exclusivamente à agricultura, não havia outra forma de ocupação ou rendimentos, então as pessoas casavam e ficavam cá, depois começaram a estudar e a sair, depois migraram para fora, para Lisboa, Há aqui gente vizinha da tua avó que foram empregados da carris, desses serviços e policias lá.” - (T., Funcionária Pública, 51 anos)

Tal como T., houve respostas semelhantes; os jovens continuam a estudar fora ou procuram melhores condições nas grandes cidades, Lisboa ou Coimbra, e acabam por constituir família fora da aldeia. Outro aspeto a assinalar, que T. também confirma, é que indivíduos que outrora migraram para as grandes cidades regressaram para a aldeia depois da reforma por velhice ou invalidez, encontrando na agricultura: um reforço à sua economia familiar; uma atividade de lazer ou uma responsabilidade de manutenção dos terrenos, dado que herdaram as propriedades. Exemplo disso fora J., de 74 anos, reformado por invalidez, regressa à aldeia para se dedicar à agricultura.

“(...) Eu nasci da agricultura, mas fui muitos anos industrial andei com os camiões, tiraram-me a carta e tive de voltar a agarrar-me a agricultura. Porque tenho os terrenos e não os quero ver abandonados. (...)” - (J., agricultor, 74 anos)

Assim a agricultura pode tornar-se uma alternativa ao desemprego, ou um complemento de rendimentos, ou ainda um mecanismo de compensação, quanto à permanência das pessoas na terra.

A saída dos jovens em busca de educação e oportunidades profissionais é também uma fuga a um modo de vida associado à agricultura de subsistência, caracterizada por ser uma atividade dura, precária e que requer investimento.

Contudo, também nos foi referido pelo Presidente da Junta, que, há uma expectativa, perante a atual conjuntura económica de crise do país, onde os jovens

são forçados a voltar às suas raízes, o que pode trazer mais gente à terra e também uma alteração no modo de produção agrícola.

“Os jovens infelizmente tem saído para as universidades e não lhes passa pela cabeça trabalhar nos campos. As pessoas vão ficando cada vez mais idosas mais cansadas e fazem só uma agricultura de subsistência, coisas que vão mudar porque a falta de trabalho vai fazer com que as pessoas regressem às suas origens e se dediquem à agricultura, não de subsistência mas de maior escala, com projetos.” - (Presidente da Junta de Freguesia de Lameiras, 38 anos)

Tal como o entrevistado supracitado refere, muitos jovens e adultos desempregados estão a voltar às práticas agrícolas. Contudo, esse regresso já apresenta outro significado. Antigamente, como explica J., o regresso a agricultura era justificado pelo fato de manter o património e a produção agrícola. Funcionava apenas como modo de subsistência. Atualmente, a aposta é feita na agricultura de grande escala, independentemente do local. Nas Lameiras, embora alguns agricultores já pensem em formas de cultivo inovadoras (por exemplo sistema de rega de “gota”) ainda perdura o pensamento da agricultura de subsistência e o sentimento de pertença à terra.

Por sua vez, os jovens da Aldeia que saem para estudar nas grandes cidades já não pensam assim. Saem para estudar e a relação com a agricultura é quebrada, sendo difícil a (re)adaptação. Claro que, o retorno dos jovens atualmente, não será o mesmo daqueles que partiram a umas décadas atrás. Procuram uma alternativa ao desemprego, e encontram novas formas de rentabilizar os processos agrícolas, partindo da mesma base que os seus antecessores, a terra e a agricultura, mas gerando novas oportunidades e formas pioneiras de empreendedorismo.

Ao nível dos indicadores da educação, este território também apresenta défices, nomeadamente a alta taxa de analfabetismo e o nível de escolaridade baixo. Segundo os censos de 2011, a taxa de analfabetismo era de 13,57, sendo 7,58 no sexo masculino e 18,92 nas mulheres⁵. Em relação com o Território Nacional a taxa de analfabetismo é de 5,19, sendo 3,41 do sexo masculino e 6,79

⁵ Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação

do sexo feminino, e comparativamente à região da Beira Interior Norte esta taxa é de 9,12 onde, no sexo masculino é de 6,66 e no feminino é de 12,99.

Estes dados têm de ser analisados tendo em conta a caracterização demográfica feita anteriormente, visto que acabam por ser uma consequência das tendências registadas no decréscimo e estrutura demográficas da população. Por outras palavras, o crescente envelhecimento da população e a quebra da taxa de natalidade. Estes dois acontecimentos demográficos ajudam-nos a explicar a elevada taxa de analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade, os quais estão ligados às suas anteriores gerações tendencialmente envelhecidas do concelho.

Através das observações realizadas no terreno e pelos testemunhos recolhidos ao longo dos anos, verificou-se a saída de jovens para estudarem nos centros urbanos, muitos deles fizeram parte deste estudo. A grande maioria estuda (até ao 12ºano). Dados do INE apontam até à data de 2011 catorze jovens (até aos 18 anos de idade) encontravam-se a frequentar o ensino secundário.

3.3 - Atividades Económicas

Na procura histórico-etimológica do nome Lameiras, Matias, (2010), refere que o nome Lameiras significa terreno húmido, o que advém da retenção de águas nos terrenos. E de fato, este local caracteriza-se pela abundância de água proveniente de riachos, ribeiros, o que torna a terra bastante fértil, e especialmente acolhedora para a produção da uva, centeio, batata, azeitona, maçã e outras leguminosas. Consequentemente, a produção agrícola é a atividade com maior manifestação dentro da localidade.

É também um terreno rico em Volfrâmio, utilizado no fabrico de filamentos de lâmpadas, ligas metálicas, bem como na indústria de minas. Existe ainda, em menor escala, o estanho, utilizado em artes decorativas e no artesanato bem como, o granito, esse bem mais abundante que é explorado nas diversas pedreiras dispersas pelo concelho, para extração de granito, muito utilizado na construção de habitações. Estes dois setores de atividade estão em queda atualmente. No que concerne a postos de emprego, hoje são uma minoria mas outrora, era um negócio bastante rentável:

“Temos as pedreiras... mais as terras vizinhas vivem bem por isso. Os espanhóis deixaram-nos isso de bom, o granito. Seleccionaram as terras boas para eles, mas agora vêm buscar a pedra, agora tem azar, tem de pagar a pedra a preço de ouro.”- (R., Empresário, 59 anos)

A população da aldeia encontra assim vantagens na terra pedregosa, fazendo-se valer da sua riqueza natural para ganhar vantagem no mercado espanhol. Deste modo, as explorações mineiras da região exportam o granito, o que torna este negócio parte fundamental da atividade comercial.

Já no que diz respeito ao setor agricultura, este caracteriza-se por ter culturas cíclicas, por outras palavras, as culturas forrageiras (prados), bem como, os cereais, a batata, que são consideradas como culturas de subsistência. Quanto às culturas permanentes ,não podemos deixar de evidenciar a importância do olival e, ainda em maior relevância, a uva (vinha). A cultura pecuária representa uma quota relativamente pequena, onde o maior consumo é o de bovinos.

Vejamos o exemplo de R., Empresário de 59 anos. É dono da única empresa na Aldeia, é ativo nas atividades promovidas pela igreja e é um dos indivíduos com mais prestígio na aldeia:

“(...) De que é que vivemos... da agricultura, da batata, vinho, subsídios, de animais e pouco mais. Leite nem pensar, há pouca gente que trabalha nisso.” - (R., Empresário, 59 anos)

Além do que fora já referido, encontramos aqui o elemento dos subsídios provenientes dos fundos de apoio governamental e que têm um papel importante para os agricultores. Sem estes fundos, a aposta na agricultura seria cada vez mais fraca. Ao longo do ano, esta é a atividade que mais consome o tempo da população, seja uma agricultura de subsistência ou não. Praticam-se diversas atividades como: a desbrava ou limpeza de terrenos; a lavra que renova os terrenos; o gradeamento que alisa a terra depois da lavra; a aragem para manutenção do centeio e outros cereais; a descava e sulfatação das videiras; a adubagem; a plantação; a rega, a vindima; a apanha, entre outras. Tudo isto consome uma grande parte do ano, tornando assim a prática agrícola a maior atividade e muitas das vezes a única profissão dos habitantes. Como o confere B.

de 74 anos, Agricultora que pertence à família mais rica e com mais prestígio na aldeia:

“Toda a gente trabalha aqui na agricultura. Aquela que não tem uma hortinha, acaba por andar à procura no lixo. Mas é em todo o lado. Toda a gente precisa ter o que fazer, e na terra à sempre que fazer” - (B., Agricultora, 74 anos)

Através deste testemunho, podemos verificar que de fato o trabalho na terra é duro, mas apesar da vida difícil do campo, quem não o fizer, pode ver prejudicada a sua economia familiar.

Segundo os habitantes da Aldeia Lameiras, esta é “terra de artistas”⁶, pois a construção civil está enraizada da cultura, história e produtividade deste lugar, como relembra R.:

“Há 20 e 30 atrás, muita gente vivia da construção civil, havia cá em 1974, 30 ou 40 motorizadas, e porque quase toda a gente trabalhava na construção civil, e eram pagos de 15 em 15 dias e nas outras localidades não. Todos nós tínhamos dinheiro, e ainda tínhamos a agricultura!” - (R., Empresário, 59 anos)

Através desta citação, podemos reforçar ainda mais a ideia de que, a agricultura é um reforço à economia familiar. Por outras palavras um indivíduo que tenha uma atividade para além de exploração agrícola terá maiores rendimentos. Através do conhecimento do campo, foi possível constatar que a população tende a amealhar todos os rendimentos para poupança (pensando na velhice). Então, poderemos questionar o porquê de não haver um investimento na exploração agrícola (Por exemplo agricultura em grande escala, investimento em maquinaria). Em concomitância com o resto do país esta é uma atividade que está estagnada, o que aumentou a necessidade da população se dedicar mais à agricultura.

⁶ Expressão utilizada pelos habitantes

3.4 - Emprego

Na Freguesia de Lameiras existem 87 habitantes empregados, sendo 58 homens e 29 mulheres. A Câmara Municipal de Pinhel, algumas pedreiras e uma PME nas Lameiras (sede), são os principais empregadores. Para a população, a agricultura é vista como um emprego e mesmo que um indivíduo não esteja empregado por conta própria ou por outrem, o fato de ter um terreno já é tido como um emprego. Como explica J:

“ (...)Aqui não há desemprego porque não há empregos! (...)” - (J., Agricultor, 74 anos)

J. também nos dá uma outra perspectiva. Não há desemprego porque não existe empregos. O que este querera transmitir é que a população entende que sinónimo de emprego “é ter um patrão”, rendimento fixo.

Contudo, também quer dizer que não existe desemprego porque para eles a agricultura já é o próprio emprego. Velhos, novos, migrantes trabalham na terra e tiram rendimento.

3.5 - Os serviços Públicos e Sociais

Os TBD caracterizam-se pela sua pouca dinamização comparativamente aos centros urbanos, pela escassez de serviços, empresas e de capital humano, que provocou um parco investimento nos setores primário e secundário ou em serviços que apoiem as populações. Esta realidade pode verificar-se no testemunho de uma jovem, que nas suas palavras comprova a escassez de serviços na aldeia:

“ Aqui não há escolas; jardins-de-infância; hospitais; estruturas de apoio a idosos.” - (D2, Licenciada, 25 anos)

J., é um habitante muito ligado às suas raízes, já que, após ter deixado de poder exercer a sua profissão, regressou à aldeia para reclamar o seu património. Neste momento, é um dos agricultores mais respeitados e lamenta o

despovoamento da aldeia e a parca oferta de serviços, de indústrias ou espaços de lazer:

“O que há cá... as escolas fecharam, pronto. Não temos cá nada de desporto. Transportes só de garotos que vão para Pinhel (...) O que falta aqui é fábricas que nós não temos. Temos a agricultura que dá pouco ou nada e as pessoas” (J., Agricultor, 74 anos).

Na sua narrativa, volta a ser evidente a desigualdade dos territórios mais afastados dos grandes centros, por outras palavras, Pinhel, sendo a sede do concelho abarca serviços que outrora existiram na aldeia, como escolas, posto médico o que, reforça o ciclo do despovoamento.

Este residente reforça novamente o isolamento da Aldeia, contudo, refere um recurso importante: as pessoas. Por aquilo que nos podemos aperceber ao longo desta jornada, aquilo que mais faz falta a esta aldeia são pessoas. Nas épocas festivas (Festa de maio), o comentário que mais se ouve é “ hoje a Aldeia está farta”, e vê-se alegria nos rostos das pessoas.

Em relação às questões dos serviços públicos e sociais, a acentuada desigualdade territorial no acesso a bens de saúde verifica-se a nível nacional, pelo que são os grandes centros urbanos a deter a grande parte dos meios e do pessoal médico. O acesso à saúde está, por isso, não apenas dependente das condições socioeconómicas das diferentes classes ou grupos sociais mas, também, da desigual distribuição territorial de infraestruturas, equipamentos e pessoal de saúde o que penaliza, mais uma vez, as populações residentes em zonas mais e isoladas geográfica e socialmente.

Esta freguesia não tem qualquer infraestrutura ao nível da Saúde, tendo a sua população que recorrer ao Centro de Saúde de Pinhel, a cidade mais próxima.

No plano social existe uma resposta que dê apoio a esta mesma população, o Centro de Apoio Social de Lameiras cujas atividades são a gestão do Serviço de Apoio Domiciliário, ou seja, encaminha utentes para os serviços de apoio mais próximos, e o empenhamento na construção de um Centro de Dia.

Existe uma crescente preocupação por melhorar as respostas sociais nos serviços públicos e sociais. O Movimento e Bem-Estar na Terceira Idade é uma iniciativa levada a efeito junto dos utentes dos centros de dia e lares do Concelho de Pinhel no intuito de promover a prática regular de atividades físicas

direcionadas à terceira idade, contribuindo para um envelhecimento mais saudável e para o bem-estar físico e psíquico dos idosos (Rede Social, 2005).

Os indivíduos entrevistados apontaram alguns dos serviços que mais falta fazem na aldeia, como:

“Centro de dia, os idosos estão desapoitados e faria com que as pessoas não saíssem daqui” - (D1, Licenciada, 25 anos);

“Escolas; jardins-de-infância; Hospitais; estruturas de apoio a idosos.” - (D2, Licenciada, 25 anos);

“Estruturas de apoio: Gabinete local de apoio ao desemprego e reinserção social; um gabinete de esclarecimentos sociais, em que se exponham os direitos dos cidadãos; um centro de formação, para desenvolver capacidades adequadas às funções a desenvolver na localidade.” - (G. Licenciada 27 anos)

Segundo o Presidente de Junta, a longo prazo a Junta pretende construir um lar de idosos, e um centro de educação e formação profissional do cidadão. Estes serviços não são, para já, necessários, pois existem nas localidades limítrofes, como garante a Técnica de Serviço Social de Câmara Municipal de Pinhel:

“ (...) Tem tudo que é necessário nas terras vizinhas, tem proximamente. E tem de haver espírito de partilha! Temos as piscinas no Lamegal, porque havemos de construir piscinas nas Lameiras? Os jovens podem deslocar-se.... Não deve haver este espírito de disputa entre freguesias. As questões políticas não se deviam sobrepor às necessidades do povo! (...) mas se tivéssemos uma rede de transportes ninguém utilizava. Nós não podemos criar recursos que depois não se conseguem sustentar! (...) sim isso é verdade... mas no Inverno as coisas mudam de figura porque as pessoas com o frio não saem a rua. Se calhar não é preciso mesmo este tipo de serviços, temos as instituições próximas, porque abrir um lar nas Lameiras é o mesmo que dizer que daí a um ano está fechado porque não tem população suficiente par ocupar mais uma estrutura.” (Técnica de Serviço Social de Câmara Municipal de Pinhel)

Com este excerto, podemos tirar duas ilações: a primeira passa pelo adiamento da construção de equipamentos sociais por parte da autarquia, justificado pelo fato de existirem nas aldeias limítrofes. Segundo o (Anexo D) podemos verificar os equipamentos de apoio à 3ª idade que existem, e que podem apoiar a população de Lameiras, nomeadamente: Centro Social Paroquial de Freixedas; Centro Social, cultural e recreativo do Lamegal; Grupo de Amigos do Manigoto; Centro de apoio Social de Pala; Associação Recreativa, Desportiva, Cultural e Social da Malta; Santa Casa da Misericórdia de Pinhel; entre outros.

A segunda refere o receio da construção dos equipamentos dado a pouca adesão da população. Segundo o poder local, estes preferem beneficiar das redes de proximidade (familiares e de vizinhança).

Verificaram-se no Gabinete de Ação Social alguns problemas habitacionais no concelho de Pinhel, sendo que nas Lameiras só existe um caso que requereu de intervenção, deste modo a autarquia procedeu ao Programa Municipal de apoio à recuperação de habitações degradadas de pessoas carenciadas que, em estreita colaboração com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, tem feito um esforço no sentido de colmatar as carências habitacionais diagnosticadas⁷.

⁷ O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI), criado pelo Despacho nº 6716-A/2007 de 5 de Abril, visa a qualificação habitacional com o objetivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, por forma a prevenir e a evitar a institucionalização.

O PCHI é executado, em parceria, pelo Instituto de Segurança Social e pelos Municípios, mediante protocolos de colaboração em que o Instituto de Segurança Social assume os encargos com os materiais necessários à qualificação do edificado e ao nível do equipamento, até ao montante máximo de 3.500€ por habitação, assumindo o Município a responsabilidade da execução e do acompanhamento das obras de recuperação.

A reconstrução parcial de casas, a substituição de telhados, a reparação de tetos interiores, a construção de casas de banho e outros arranjos, são exemplos de obras realizadas no âmbito do PCHI no intuito de contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade dos idosos contemplados com este apoio (Instituto da Seguranças Social, I P. 2014, Guia Prático-Programa Conforto Habitacional para pessoas idosas. acedido em 3 de Agosto de 2014, disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/27202/programa_conforto_habitacional_pessoas_idosas_pchi).

3.6 - Dinâmicas Associativas

Quanto às dinâmicas associativas e culturais, nas Lameiras (sede) existe apenas uma associação, o Centro de Apoio Social das Lameiras, que detém o estatuto jurídico de IPSS, estando sediada na Junta de freguesia. É uma associação bastante recente cujo objetivo é: “Contribuir para a promoção integral de toda a população da Freguesia das Lameiras, ao nível social, cultural, desportivo e recreativo, num espírito de dinamização social da Aldeia. Sendo o seu âmbito de ação de nível nacional, mas a abrangência especial à freguesia de Lameiras, concelho de Pinhel.” (Estatutos do Centro de Ação Social, 20 de maio de 2006).

Atualmente a associação promove vários encontros e atividades (Magustos, encontros de motards, passeios pela barragem, caminhadas pela aldeia) para envolver a população e aldeias circundantes e acima de tudo, promover o nome e dinamização de Lameiras.

Dado que a associação é sediada na Junta de Freguesia e existe um grande envolvimento do próprio Presidente, as atividades realizadas pela associação e o trabalho realizado pela Junta, são confundidos. Como o testemunho a seguir exemplificado, em que a entrevistada julga que é a Junta que organiza os encontros na aldeia.

“O estado não faz nada! Aqui só há comezanas... alugaram uma casa e têm ali o pavilhão. Fazem corridas de motas, corridas e é assim que gastam o dinheiro todo” - (B., Agricultora, 74 anos).

Existe também na aldeia um pavilhão multiusos que é usado para a prática associativa e de convívio entre a população. É junto a este pavilhão que são feitos os convívios promovidos pela Associação, bem como a realização de alguns eventos organizadas pela Junta (festa de maio e queima da fogueira de Natal).

3.7 - Património Cultural

A história da aldeia está assente em lendas e em misticismo, como é o exemplo das várias alminhas, cruzeiros e fontes, capelas e pegadas espalhadas pela povoação. As práticas pagãs estão muito presentes naquilo a que podemos

chamar o património cultural das Lameiras. Neste sentido, e em alusão a este património simbólico, podemos dar o exemplo de uma lenda contada por vários habitantes da Aldeia. Há muitos séculos atrás, populares tentaram trazer para aldeia um pequeno crucifixo encontrado no Lugar dos Outeiros⁸. Contudo, sempre que o crucifixo era colocado na Igreja matriz, o mesmo desaparecia misteriosamente e voltava para o seu local de origem. Deste modo, foi construído no lugar dos Outeiros uma capela, onde até aos dias de hoje se fazem peregrinações.

Outra história que está muito presente na memória da comunidade aldeã é o episódio dos “três cruzeiros”. Corria o ano de 1940 quando à aldeia foram roubados três blocos de pedra (com imagens religiosas em relevo, espalhadas pela aldeia) a fim de serem exibidas em museu durante as comemorações da independência de Portugal. Não concordando com isto, alguns jovens da Aldeia reuniram e assaltaram o espaço. Recolocaram as pedras à sua origem, para que fizessem de base a três crucifixos (Ver imagem ilustrada 2- Calvário Húngaro).

Ilustração 2- Calvário Húngaro



Fonte: Calvário Húngaro [Fotografia] <http://www.cm-pinhel.pt/turismo/localidades/Paginas/Lameiras.aspx>, [5 de fevereiro de 2014]

Nesta aldeia a arquitetura tradicional das Beiras é bastante visível, onde as fachadas em granito e colunas são predominantes (ver imagem ilustrada 3).

⁸ Significa *monte*

Ilustração 3- Casa das colunatas e forno comunitário



Fonte: Casa das colunatas [Fotografia] <http://www.cm-pinhel.pt/turismo/localidades/Paginas/Lameiras.aspx>, [5 de fevereiro de 2014]

Uma outra parte importante do património cultural da aldeia, diz respeito ao artesanato onde temos ainda presente as colchas, mantas de farrapos, as rendas e bordados. Infelizmente este saber é relegado aos mais velhos, tornando a sua possibilidade de subsistir no tempo bastante mais ténue.

No que ao turismo diz respeito, existem alguns pontos de interesse, que passamos a enumerar: o Calvário Húngaro; Capela N. Sra. dos Milagres; Capela N. Sra. da Assomada; Forno Comunitário; diversas fontes e barroqueiros; barragem; Igreja Matriz; Pavilhão de Convívio, entre outros. Todos estes locais apresentam histórias e saberes guardados na memória da comunidade e passados de geração em geração através de narrativas populares. Para a população o seu património edificado é bastante querido, onde grande parte das suas recordações passam também pelos vários marcos da Aldeia, como o forno comunitário (ilustração 2) que passa a ser um elemento simbólico dos espaços de partilha coletiva, expresso nos seguintes comentários:

“O forno comunitário! A função do forno comunitário não era só de cozer o pão. Era onde se reuniam os rapazes todos.... Tínhamos visão para a igreja e quando as raparigas saíam do terço, escolhíamos a que queríamos. E ninguém lá falava dentro, era só “Rhummm”. Era tudo por toques e gestos. Não havia luz só nós víamos para fora.

Há a fogueira.... São os rapazes novos que organizam e é linda como sabes. Fazemos caminhadas para a barragem, éramos este ano umas cem pessoas.” - (R., Empresário, 59 anos) e,

“O forno comunitário, que é famoso porque a pedra de baixo é do tecimento da cruz, que diziam que era para o pão crescer e as almas também. Depois levaram-na para Pinhel, mas o povo não deixou.... E roubaram-na do museu, e agora está no calvário húngaro, lá em cima.” - (B., Agricultora, 74 anos)

Outro ponto alto dos encontros sociais desta localidade ocorre uma vez por ano, na chamada festa de maio e para os que lá vivem, os que saíram ou aqueles que de alguma forma lá tenham raízes, este é um marco importante. Todos os santos da igreja saem à rua em andores muito floridos e é feita uma bonita procissão até ao local dos três crucifixos.

Esta é também uma festa de reencontros, em que muitos voltam à aldeia para visitar familiares, amigos e as suas casas que durante o ano são deixadas ao abandono na sequência dos fluxos migratórios.

Isto só reforça a ideia que temos vindo a referir, da existência grave de um défice populacional, bem como a conseqüente falta de oferta de serviços e emprego e a estagnação de outros setores de atividade, como é o caso do turismo, que não sobrevive, apesar de património cultural e recursos endógenos diversos.

Conclusão

O contraste, entre as realidades demográficas do nosso país, é profundo. De um lado os espaços urbanos dominantes, no outro o interior do país, rural, desertificado, feito de pequenas povoações com dinâmicas mais rudimentares, gerando assim dicotomias no desenvolvimento do país (Baptista, 1993).

Embora a comunidade das lameiras não esteja caracterizada como um TBD, segundo o que foi explanado neste capítulo, leva-nos a concluir que ela possui características que a encaixa nos indicadores de TBD., elencando apenas algumas observações:

É uma região que sofre de escassez: de transportes, pois só existe o transporte escolar dos alunos que vão para Pinhel. Em relação aos recursos empresariais, apenas existe uma empresa de manutenção e compra de equipamentos eletrónicos.

Quanto ao indicador populacional, podemos dizer que a densidade demográfica é cerca de 13 pessoas por Km². Ao nível de jovens apenas residem na aldeia 18, sendo que 14 deles ainda se encontram a estudar. O resto da população apresenta taxas de analfabetismo elevadas, justificado em parte pela população envelhecida residente.

Lameiras tem poucas atividades económicas cujas principais são, a extração e exploração mineira e a agricultura, o que conduz à pouca oferta de emprego e de serviços. Esta escassez de serviços levou a um pouco investimento dos setores primário e secundário ou outros que apoiem a população. Em relação a este último indicador, a visão do Poder Local é díspar, na medida em que zonas limítrofes às lameiras possuem serviços de boa qualidade e dado ao baixo número de pessoas residentes, a construção de mais equipamentos só iria provocar outro tipo de problemas, nomeadamente a sustentabilidade económica da autarquia. Mas também vimos que, apesar de a população enumerar os serviços que fazem falta, ou que foram retirados da aldeia, a diretora técnica da área de intervenção social da autarquia vem dizer-nos que a população prefere usufruir da boa vontade das suas redes informais, do que, por exemplo ir para um lar.

Relativamente às práticas associativas, a aldeia pode contar com a Associação de Lameiras, cuja implementação ainda é recente, mas já é notória a sua intervenção, visível nas atividades que tem organizado, cujo objetivo é o fortalecimento das relações e redes de proximidade. Apesar de tudo, o trabalho da associação ainda está longe de ser terminado, antes de mais precisa de ganhar a confiança da população, que ainda a vê como dinamizadora de atividades para ‘entreter’ a população.

Quanto ao património cultural, podemos perceber que existe uma grande variedade, cuja base está assente em práticas religiosas, pagãs e tradicionais. Para a população estas práticas são como um elemento simbólico dos espaços de partilha coletiva.

Em contrapartida, a qualidade de vida nos TBD é superior no que diz respeito ao acesso a produtos biológicos, a ambientes livres de *stress* e poluição, bem como a paisagens diversificadas.

Um outro ponto relevante, prende-se com o fato de os mais jovens estarem a regressar à aldeia, vítimas de alterações sociais, nomeadamente, o desemprego ou outras situações mais particulares, como invalidez ou reforma. Segundo se observou no processo de pesquisa. Este aspeto veio permitir a que estes novos grupos voltassem às práticas agrícolas, como reforço à economia doméstica, apoiados já, em novas visões de exploração.

Deste modo, após a caracterização da Aldeia ao nível geográfico, populacional, económico, cultural, social e associativo, será pertinente identificar e caracterizar os vários tipos de economia.

CAPÍTULO IV - CARACTERIZAÇÃO DA PLURALIDADE DE FORMAS DE ECONOMIA NAS LAMEIRAS

Polanyi defende que existem outras formas de economia, para além daquela que é guiada pela lógica mercantil. Existem economias baseadas na reciprocidade, redistribuição e solidariedade.

No caso das Lameiras pretendemos demonstrar, através das suas práticas e dinâmicas económicas e interpessoais se, a troca, dádiva, práticas comunitárias de entre-ajuda estão presentes.

Segundo Estivill (2009), o espaço público precisa de produção, comércio, de desenvolvimento social e cultural, que advém do espaço privado com fins lucrativos, estando assim ambos em constantes negociações. Ou seja, o espaço público vê-se constantemente a ser inundado pelas privatizações e demandas dos mercados. Deste modo, podemos dizer que a ES afasta-se do terceiro setor, onde lhe é reconhecido um objetivo público; da economia social, abarcando as cooperativas, mutualidades, associações, entre outras, e do estado e mercado visto que a ES não assenta num mercado autorregulado e é alheio às demandas do Estado.

Polanyi refere que as sociedades tribais praticavam a reciprocidade e a redistribuição, enquanto as sociedades arcaicas eram predominantemente redistributivas, sendo que, a troca não era preponderante. No entanto, esta última, adquiriu grande importância nos estados industriais modernos com o papel do Estado Social (Estivill, 2009).

A terra e produtos agrícolas passaram a ser mobilizados através do mercado, por outras palavras o trabalho e a produção agrícola foram tornados em mercadoria. Face a estas lacunas, a sociedade civil viu-se forçada a reforçar o reconhecimento interpessoal na vida social (a dádiva e a reciprocidade).

Existem assim, segundo Polanyi quatro espaços: o doméstico, o mercado, o público e o solidário, os quais vamos explicar nos subcapítulos que se seguem.

4.1 - Articulações da economia doméstica

O Espaço doméstico, que diz respeito ao autoconsumo e à troca de serviços entre redes de proximidade. “ (...) consiste na produção para uso próprio.” (Polanyi, 2000: 73). Esta forma de economia é caracterizada pela autossuficiência, motivada pela necessidade de provisão e a produção pelos membros de um grupo ou família.

No caso Lameiras, esta forma de economia está muito presente. O consumo de produtos hortícolas e derivados (produtos artesanais) contribui para o reforço da economia familiar. Para a população desta aldeia, comprar produtos hortícolas nas grandes superfícies, está fora de questão, pois para além de ficar mais caro, a qualidade fica comprometida. Por exemplo, anualmente uma família desta comunidade gasta cerca de 20 sacos de batatas, se as mesmas forem compradas, a despesa ronda os cento e vinte euros. Se cultivarem este produto, rondará os sessenta euros, onde a semente, o adubo, tratamentos, lavragem estão incluídos. A mão-de-obra é orientada pelo sistema de trocas e/ou entre ajuda comunitária, logo não implica o uso de dinheiro (rompendo com a dependência deste para a obtenção de bens materiais). E este é apenas um exemplo, pois funciona assim com outros produtos necessários à alimentação da população. Esta realidade é evidente através dos testemunhos da população, nomeadamente:

“Toda a gente tem no quintal aquilo que precisa para comer, isto é que é de louvar! O que precisamos de comprar para nós? Só vamos comprar pão e pouco mais. Mas até o pão, dez por cento das pessoas cozem pão.” (R., Empresário, 59 anos)

Este excerto demonstra que nas habitações não faltam bens de primeira necessidade, como o pão. Ressalva-se ainda que, bens como o leite, carnes (bovina, aviários e outras), produtos hortícolas como salsa, alface estão à disposição a qualquer altura do dia. No caso específico do leite, é possível às sete da manhã comprá-lo diretamente ao produtor.

Ainda a salientar que, o autoconsumo também transcende o território das Lameiras. Por exemplo, mesmo que um membro da família saia da aldeia (para estudar ou trabalhar), o consumo de produtos produzidos dentro do sistema

familiar fará com que economia familiar continue salvaguardada. Refere uma jovem que foi estudar para fora e sempre que visita a família leva consigo para o local onde reside em tempo de aulas os produtos da economia doméstica e os redistribui pelos colegas:

“(...) vejo pelos meus colegas, eles vêm das cidades e eles têm que comprar tudo, eles não entendem e só quando eu lhes explico, o fato de eu ser da aldeia eu sou uma beneficiada. E até ficam todos contentes quando lhes dou coisas caseiras. Eles aí já percebem. Então eu tenho azeite batatas. Tu sabes. Até roupa para o inverno a minha mãe e tias fazem. Eu tenho muito mais a ganhar que eles.” - (M., Estudante, 24 anos)

Isto demonstra que a família mesmo sendo extensa continua a ser um refúgio (Santos, 1995). Polanyi ressalva que a economia doméstica é viável apenas sob uma forma “avançada de sociedade agrícola”, contudo, o tamanho ou a localização da unidade em questão não é o mais importante, mas antes a sua orientação para a atividade económica e organização interna do grupo (Santos, 1995) e este sentimento de organização interna está presente nas Lameiras, embora se reconheça que tem algumas particularidades.

Esta prática é mais visível nos países do Sul e é um dos recursos mais importantes da economia sul-americana popular (Quijano, 1998), que é suportada por redes familiares e locais que permitem que as atividades económicas colmatem certas necessidades, como a criação de empregos, troca de bens e serviços, o que alivia a economia familiar (Estivill, 2009). Sob a mesma ótica, Hespanha (2011) postula que, a criação de empregos está integrada na forma de pequenos negócios cujo principal intuito é a garantia das necessidades de um grupo ou, como o mesmo refere “povo”. Complementarmente, existe uma forte coesão de grupo, onde a otimização dos recursos endógenos e entreajuda do grupo vai permitir o aumento da qualidade de vida. Não obstante, Hespanha (2011) cit. Coraggio (1991) refere que o indivíduo pode desempenhar outras funções noutros subsistemas concomitantemente, sempre com o intuito de manter ou aumentar a economia doméstica ou popular.

Para Polanyi, com a economia de Mercado, também denominado por terceiro espaço “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da

subsistência.” (Polanyi, 2000: 60) Isto reflete de forma clara, o que significa o termo “sistema de mercado”. No entanto, “a necessidade de comércio ou de mercados não é maior do que no caso da reciprocidade ou da redistribuição.” (Polanyi, 2000:73) Segundo este autor, a domesticidade visa também o ganho assim como o princípio da produção, o que torna a separação de ambos, bastante limitada. Dando o exemplo desta comunidade, o cultivo para consumo próprio é fundamental, contudo a venda dos excedentes faz aumentar a economia familiar e também o estatuto dentro da aldeia.

Ou seja, para eles, tudo é feito em prol do bem-estar da economia familiar. Quer a dádiva, troca ou redistribuição tem pelo menos dois objetivos, o estatuto social e retorno económico, sigamos então o seguinte raciocínio:

“ A agricultura é importante mas mais para quem tenha muita área, mais por causa dos subsídios, pois só dão subsídio a quem tem muito. Agora repara, se comermos as batatas, bebermos o vinho, vem tudo derivado da agricultura, para mim é muito rentável, portanto embora nós aqui, cada um cuida do seu e come o que dá. Outros assim como eu, e o que sobra vendemos.” - (D., Reformado, 62 anos) e,

“Toda a gente trabalha aqui na agricultura. Aquela que não tem uma hortinha, acaba por andar à procura no lixo.”- (B., Agricultora, 74 anos)

Nesta duas passagens podemos perceber o sentimento da comunidade, em que se percebe o quão rentável a agricultura é. Rentabilidade que só é possível quando tirado o sentido monetário dos produtos consumidos. Outra questão será o sentimento de pertença, ou seja, o fato de se possuir um terreno de cultivo ajuda ao sentimento de pertença, pois como vimos no testemunho de B., quem não possui área de cultivo sofre de exclusão e pobreza.

4.2 - A redistribuição nas Lameiras

Neste subcapítulo iremos falar de como a distribuição é delegada ao Estado, fazendo deste o principal responsável pela existência ou não de serviços e /ou políticas, cujo objetivo é resguardar a população.

É possível afirmar que junto à economia familiar se encontra um segundo espaço, o de redistribuição (função do Estado), materializado nas pensões de reformas ou subsídios estatais dos indivíduos. Para além das receitas vindas do cultivo para consumo próprio, a população recebe subsídios para cultivo e/ou pensões ou reformas, que se articulam com a economia doméstica, o que invariavelmente vai gerar poucas despesas para a população. Como refere R., o que se recebe de reforma e o que se ganha com o cultivo da terra basta para se sobreviver.

“Nos não precisamos de nada.... É uma vergonha dizer isto mas os duzentos euros de reforma dos nossos idosos chegam e sobram. Sabes porquê? Não há onde o gastarem, para ir a Pinhel é boleias, aqui não entra um táxi! O pessoal das Lameiras é assim.... Tem muito dinheiro nos bancos. Só ligam ao trabalho... “ - (R., Empresário, 59 anos)

Por sua vez, B. afirma ainda que, com estas duas formas de rendimento faz com que sejam autossustentáveis:

“Nós somos sustentáveis, não precisávamos de nada cá, (...)a minha reforma e o que eu tiro da terra chega-me bem” - (B., Reformada, 74 anos)

No primeiro testemunho podemos retirar duas ilações: a primeira diz respeito à confirmação que, de fato, o interior está desprovido de atividades lúdicas ou comerciais onde a população possa investir ou gastar dinheiro. Por outro lado, apesar deste constrangimento a população encontra alternativas, nomeadamente troca de bens e serviços (onde o dinheiro já não necessita de circular). Esta estagnação de dinheiro, em termos de gastos e investimentos,

apesar de à partida sugerir alguma negatividade, traduz-se num investimento maior, a longo prazo, que é a poupança para salvaguarda da velhice.

B. salienta um ponto importante, a autossustentabilidade. Ao longo das entrevistas este conceito foi repetido algumas vezes. Isto porque para a população das Lameiras, a sua aldeia tem tudo o que é necessário à sobrevivência, as pensões, reformas, subsídios, produtos hortícolas e transformação dos mesmos, garantem o dia-a-dia na aldeia. Quando necessitam de se deslocar para fora também existe alternativas (trocas), ficando apenas dependentes dos serviços.

A Freguesia não possui qualquer infraestrutura ao nível da saúde e educação, situação que leva a população recorrer a Pinhel. Sendo um território com baixa densidade populacional, o poder local julga que deve existir troca de serviços entre as aldeias, otimizando os recursos e aumentando e fortalecendo a coesão social.

Em termos de oferta de serviços públicos de primeira necessidade, a Aldeia é abastecida pela barragem de recursos híbridos situada em Malta, que abastece toda a freguesia. A contrariar a precariedade de serviços, e tal como acima já tinha sido mencionado, a Junta de Freguesia instalou Internet de banda larga de acesso livre à população. Vejamos então:

“Nós temos já internet livre para o povo, aqui toda a gente na rua tem internet, somos pioneiros no concelho. Através de fibra ótica, convém é estar na rua. É recente, por isso ninguém sabe (...)” (Presidente da JF)

É interessante analisar este testemunho, na medida em que, aliado à efetiva falta de serviços, os poucos que existem não são divulgados. Outro exemplo será o da barragem. Atualmente a população abastece as suas casas com água da fonte pois desconfia a origem da água da “companhia”.⁹ Ou seja, existe uma necessidade premente de informação, o poder local deve esclarecer a população sobre iniciativas realizadas, não só para que esta usufrua das mesmas, mas se torne mais ativa em termos de participação.

De serviços públicos, a Aldeia está munida da Junta de Freguesia, que visa prestar apoio direto à população. Contribui para a organização e limpeza das ruas

⁹ Palavra utilizada para substituir: Água canalizada fornecida pela barragem.

da aldeia, ajuda a população, principalmente mais idosa no esclarecimento de dúvidas ou preenchimento de documentos. E também é o mediador entre o poder central e a população.

4.3 - Articulações de Mercado

Ao longo dos anos, não se perdeu a tradição do comércio ambulante e/ou feirante. Durante a semana na aldeia, existe uma panóplia de venda de produtos ambulantes (oriundos das aldeias limítrofes), nomeadamente de pão (quatro vezes por semana), fruta (maçã e laranja) e também por vezes passam comerciantes dispostos a comprarem produtos aos agricultores. Podemos dar o exemplo, de comerciantes que vão exclusivamente comprar amoras e mirtilos. Há uns longos anos atrás, podíamos vislumbrar crianças a irem vender latas pequenas com amoras, colhidas com a ajuda dos seus avós e/ou amigos.

Existe também na Aldeia um café, frequentado maioritariamente por homens, pois na aldeia a ida da mulher ao café ainda é mal interpretada.

Desta forma, o ponto de encontro das mulheres é uma pequena mercearia (comércio familiar) junto à igreja. É vendido um pouco de tudo (roupa, produtos de beleza, aparelhos eletrónicos, entre outros), por forma a suprir a necessidade de deslocação até à cidade. Podemos verificar aqui, lojas locais com sentido comunitário e que estão próximas dos habitantes e as relações de proximidade são visíveis.

Em suma, apesar da população realçar que não precisa de muito dinheiro para sobreviver e que se considera autossustentável, podemos verificar neste capítulo, que a circulação de dinheiro é obrigatória, contudo não é preponderante.

4.4 - Articulações da dádiva e da reciprocidade

Atualmente, associamos o dinheiro a algo indispensável, com conotação negativa, dado que pode ser visto como um constrangimento para a obtenção de diversos objetivos ou um entrave para o enaltecimento de lucros. Deste modo, os grupos sociais tiveram de encontrar novas formas não monetárias, para a obtenção

nomeadamente de bens alimentares, que transformaram a visão inicial do dinheiro. Esta transformação de visão, provocou mudanças na atitude e relacionamento entre os indivíduos (Marques, 2001).

Esta realidade é visível nas Lameiras, em que as redes de reciprocidade e a dádiva, fazem com que a utilização do dinheiro seja minimizada (*idem, ibidem*).

As relações de reciprocidade já existiam, nomeadamente nas comunidades locais e rurais como as Lameiras.

A dádiva, diz respeito a tudo o que circula na sociedade em prol de um vínculo social. Pode ser sob a forma de relacionamentos, bens materiais, entre outros e torna-se mais visível nas relações interpessoais, redes familiares ou de vizinhança. Contudo, este sistema social está também presente na política, na economia ou nas trocas comerciais, onde deve existir trocas que favoreçam a confiança e valor ou até mesmo um serviço. Já na esfera social a dádiva aparece sob a forma de solidariedade, que criam relações horizontais e dependentes.

Segundo Martins (2004) é uma forma de organização social, sendo vista como uma obrigação social (dar, receber e retribuir). Este sistema em última análise, influencia o funcionamento das relações sociais, já que é baseada na confiança, que por sua vez, faz funcionar todos ou outros sistemas (Mercado, Estado, terceiro setor, religião, entre outros).

No caso específico de Lameiras, a dádiva de produtos está presente no quotidiano mas não é tão preponderante, sendo que só se manifesta quando existem excedentes agrícolas. Por exemplo, pode ser realizada entre membros da família ou então para com aqueles que não têm terrenos agrícolas ou sofrem de algum problema de saúde (especificamente duas famílias¹⁰). Para esta comunidade, como todos têm um terreno de cultivo, os excedentes são para venda ou para dar a familiares que estão mais distantes.

“Produtos a trocar não, ou se vendem ou se oferecem. Serviços, sim, é sempre a trocar como já te expliquei e tu vês. Sabes, Aqui não é fácil chamar alguém para ganhar o dia. Seja para a vindima, para as batatas ou para a azeitona portanto, há sempre aquelas ajudas de troca. Na

¹⁰ Estas duas famílias são compostas por: mãe com défice cognitivo e filho com problemas de adição e a segunda é composta por um individuo com défice cognitivo. Ambas são acompanhadas pelos serviços de ação social da Câmara de Pinhel. Dado à confidencialidade dos processos, estes dados foram os únicos adiantados pela técnica de serviço social.

vindima, Neste caso é sempre uma troca, tu vais para mim e eu vou para ti. Eu vou lá ajudar né?... Na azeitona idem aspas. É sempre assim.” – (D. Reformado, 62 anos)

É a relação social entre as pessoas que induz a dádiva ou troca de trabalho e de bens. Segundo Marques (2001) não está em causa o que é trocado, os ganhos, ou a acumulação de lucro, está sim intrínseco o respeito, o poder, o prestígio quando se efetua uma dádiva ou troca, como se percebe na citação anterior. Desta forma, quem pratique esta dádiva, pode ver aumentada a sua autoestima e o sentimento de vínculo e pertença para com a comunidade. Para quem recebe, o valor social de quem dá é elevado. Pouco importa aqui que exista assimetria entre dador e recebedor, o que implica é a reciprocidade e não os produtos ou trocas efetuadas (Marques, 2001:38). Isto demonstra a solidariedade das pessoas e o sentimento de dar/oferecer como o refere D1:

“A construção da residência paroquial! Eu ajudei e é um bom exemplo a seguir, várias pessoas ajudaram, quer com dinheiro, várias construtoras ajudaram com o material.” – (D1, Licenciada, 25 anos)

É com grande sentimento de orgulho que este habitante e outros, afirmam que contribuíram de alguma forma para a construção da Igreja, oferece protagonismo à pessoa que ajudou e à sua família, que lhe transmitiu valores de entajuda e cooperação. “A reciprocidade é difusa e diferida no tempo.” (Portugal, 2007:39), esta frase, explica um pouco a citação da habitante.

Não obstante, nas Lameiras as trocas ou dádivas têm uma conotação diferente, e tal como Marques (2001), refere:

“(...) Muitos indivíduos estão programados para trocas sociais repetidas. Isto faz parte dos seus instintos naturais. Na repetição dos jogos a que chamamos "vida", ter uma reputação de fazer favores e de os devolver serve o interesse próprio de cada um (...).” (Marques (2001), *apud*.Vernon Smith, 1998: 11).

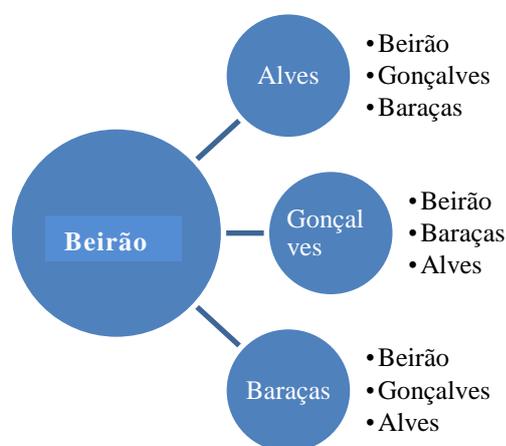
Para esta população o trabalho é preponderante e a troca ou dádiva que possa existir é para o bem de cada um e para o bem da sua família.

O conceito de reciprocidade consiste na ajuda mútua e cooperação, estando presente por exemplo, nas instituições não-estatais, nas redes de vizinhança e de parentesco, sob a forma de cumprimento de tarefas para a comunidade. Desta maneira, o trabalho é organizado mediante um padrão de ajuda mútua ou reciprocidade (Polanyi, 2000).

Esta ajuda consiste numa associação voluntária, cujos membros estão ligados por laços de consanguinidade ou relações definidas socialmente no espaço da Aldeia. Por exemplo, na época das colheitas, (vindima, azeitona, batata,) existem cerca de 15 agricultores que se juntam e, durante um período de tempo (e mediante o dia marcado pela cooperativa ou agricultor), todos os quinze trabalham entre si. Para além do trabalho partilham também a refeição e saberes.

Vejamos o seguinte esquema, que mostra graficamente a dinâmica de trocas entre as várias famílias representadas normalmente por um agricultor (chefe de família) que pode ou não residir na Aldeia:

Ilustração 4 - Esquema da época de vindimas



Fonte: Ilustração livre da autora

Como temos vindo a perceber, nesta população a troca de serviços é bastante praticada. O dinheiro mina o trabalho pois não vincula, por outras palavras, se um indivíduo ajudar o outro, para além de ficar mais barato, passa a existir uma dívida, e assim se cria o ciclo virtuoso que suporta a reciprocidade. A troca de serviços nas Lameiras ultrapassa o trabalho agrícola durante as colheitas,

podendo dizer respeito a diferentes serviços como o exemplo abaixo, referido por R, de trabalhos agrícolas por trabalhos domésticos.

“ A E. faz a vindima, a poda e a descava ou caldear as videiras e eu pago de outra forma, faço arranjos lá em casa. Isto assim é saudável, assim anda toda a gente contente... porque quem trabalha sabe que tem de trabalhar até chegar aquela hora, está contrariada, assim a ajudar anda toda a gente motivada.” (R., Empresário, 59 anos)

Existe, portanto, uma certa harmonia natural neste tipo de trocas. Daqui podemos retirar que, quem trabalha no mercado laboral, como por exemplo numa fábrica, vê o seu salário dependente do número de dias ou horas que trabalha, criando muitas vezes um sentimento de angústia ou descontentamento. No caso do trabalho assente nas trocas, o individuo quando vai trabalhar sabe que já foi ou irá ser recompensado.

Godbout (2000) refere que a reciprocidade está presente na dádiva. Não é relevante o que se troca ou a equivalência de valor do que é trocado ou dado. Importa sim é se quem recebe irá dar continuidade a este sistema. Se existe dádiva, espera-se retribuição: o equilíbrio deve ser mantido, sob pena de se quebrar o vínculo¹¹. Não importa o conteúdo, mas é necessário que o ciclo perdure.

Nas Lameiras, a dádiva é transposta na reciprocidade, uma condição necessária para evitar a dominação sobre o outro (Godbout, 2000:59). Nesta aldeia a dádiva ou reciprocidade realizada fora das redes familiares é muito importante. E aqui entra uma outra dinâmica económica como veremos de seguida.

O que não deixa de ser curioso e também preocupante é a ausência desta economia de dádivas entre os mais jovens. Godbout (2000) analisa a circulação da dádiva no interior da família (mais presente até do que a reciprocidade), fazendo surgir um outro conceito, o de dívida. É a palavra mais usada para se falar das dádivas entre a família nuclear. O autor dá o exemplo da dívida entre filhos e pais,

¹¹ Segundo Portugal (2007) a dádiva fora da família parece ser menos gratificante. Ter uma dívida com alguém exige a regulação ou término da mesma, subscrevendo o princípio de mercado. Já no seio familiar de alguma maneira, não existe este princípio, mas sim o do dever.

ou seja, “dar” netos aos pais é visto como uma recompensa aos sacrifícios tidos. Contudo, não existe uma expectativa por parte dos pais (dadores) relativamente a uma retribuição dos seus filhos (recetores). Não conta o que se troca, nem quando se troca. Nesta dádiva, a afetividade, a confiança, será também vista como uma forma de pagamento. Segundo Portugal (2007) na idade adulta os filhos passam a ser dadores e recetores e é na velhice dos pais que é a altura de dar e, é aqui que a dádiva é posta em prática.

Pelo trabalho em campo pode perceber-se que, os jovens da aldeia saem da mesma em busca de algo (melhor qualificação, trabalho), pois a sua terra tem pouco para lhes oferecer. Então o sentimento de dívida entre pais e filhos é configurado de diferentes maneiras. Como refere a citação seguinte, os jovens saem da aldeia e, ou não voltam, ou visitam poucas vezes ou pais, porque não entendem o que a Aldeia e família lhes podem oferecer.

“Agora... esta malta nova não se quer virar muito para a agricultura, porque estudam, tiram os cursos, aqui não há continuação e vão-se embora. Mesmo alguns que ca casam não se querem cá. E a agricultura é uma coisa muito trabalhosa e não dá resultados.” - (J., Agricultor, 74 anos)

Como podemos ver, para os jovens, o regressar à aldeia implica ter que trabalhar na agricultura, contudo o fato de terem apreendido outras formas de viver e de trabalhar, o sentimento de dívida à terra perde-se, logo não sentem a obrigação de continuar o trabalho dos seus pais.

O sentimento de dívida passa para os lugares que têm algo a lhes oferecer em troca (trabalho e outras dinâmicas).

4.5 – Articulação da dádiva e reciprocidade e Economia Social

Marcel Mauss defende que a vida social necessita e é constituída por mecanismos de troca. Para este, a troca ocorre nas sociedades ditas modernas, embora reconheça determinados traços "primitivos" nas atuais sociedades industriais. Godbout (1999), por sua vez postula que a troca é universal. Considera que está

enraizada na organização de todas as sociedades. A ideia de reciprocidade, sem sentido mercantil, envolve seres sociais, onde o material não pode ser quantificado e a partilha não tem preço. Fato presente na discussão e no relato das pessoas das Lameiras.

Segundo este autor, existe a dádiva primitiva e moderna. Na primeira, a sociedade vive em função de limites simbolicamente definidos. Na última, a sociedade está sob limites definidos pelo Estado e Mercado e possui características peculiares que escapam à obrigação moral coletiva. No caso das Lameiras, a troca de excedentes agrícolas e de serviços dentro da comunidade seria uma forma de dádiva primitiva (Godbout, 1999).

No âmbito da conceção moderna de mercado, Idem (ibidem) remete-nos para o fato de a relação social significar uma obrigação na vida dos indivíduos e que mina a liberdade individual, levando assim à negação do sistema social da dádiva. Contudo, para o autor, as sociedades não são somente regidas pelo Mercado ou Estado, pois há sempre um valor simbólico que caracteriza a vida social. Esse valor seria constituído pelo sistema de circulação da dádiva na Aldeia entre os habitantes. A quebra dos valores simbólicos (como por exemplo o compromisso, dívida) pode levar a um esvaziamento ou mutação de papéis, levando a que o estabelecimento de relações não passe de uma obrigação imposta pela norma e condutas sociais vigentes. Por outras palavras, o sentido de troca também acarreta um sentimento moral que mexe com os indivíduos como forma de manter essas relações.

A tese de Godbout (1999) sugere que a constituição do Mercado e do Estado (Liberdade de escolha) conduziu a que, os indivíduos delegassem as obrigações ligadas às relações sociais aos serviços que estes dois espaços oferecem. Este processo, veio transformar os sistemas de relações familiares e comunitárias, tornando os laços sociais mais tênues e frágeis. A possível liberdade proclamada, é meramente económica, que não deve ser confundida com a liberdade de vínculo social. Na Aldeia as trocas de produtos e serviços não podem ser vistas como uma obrigação mas sim entendidas, como um sentimento de reciprocidade. Pela observação em campo, pode-se perceber que a troca de produtos não é de todo entendida como uma obrigação, já a troca de serviços por vezes é tida como um dever pois para se receber tem de se retribuir.

O autor fala-nos ainda da junção da dádiva ao Mercado e Estado, como forma de os complementar. Assim, não se distribuiria somente bens e serviços, mas, sobretudo, confiança, lealdade e solidariedade.

Godbout defende que, os indivíduos, grupos ou segmentos sociais alvos das políticas sociais não deveriam ser julgados como "sujeitos passivos", que esperam por uma intervenção política ou económica. É preciso que estes sejam reconhecidos como "sujeitos ativos" da relação, que recebem mas que podem de alguma forma retribuir. De fato, as políticas públicas oferecem relações verticais que minimizam quem está na base impondo limites e dependência. Para a população das Lameiras, a economia de mercado veio minar a economia local, porque deixaram de poder vender livremente os excedentes agrícolas entre si ou para outras aldeias.

Temos como exemplo da economia social, a Cooperativa de Vinho de Pinhel, que surge com uma forma de organização diferente (horizontal), sob a ótica de regularizar os excedentes vinícolas e também para ajudar os pequenos agricultores nas despesas ao longo do ano e na perda do cultivo.

A cooperativa esta sediada na cidade de Pinhel e surge quando, em 1942 as colheitas eram abundantes e não havia escoamento para a produção. Foi então que, a Junta Nacional de Vinho (mais recentemente intitulada por Organismo de Coordenação Económica), instalou duas caldeiras para a destilação de vinho. Em colaboração com o Grémio de Lavoura de Pinhel, no ano de 1947, pensou-se na criação de uma adega cooperativa que inicialmente contou com 33 sócios a entregarem uvas. Não obstante, fora no ano 1988 que o registo em conservatória foi feito. Segundo os estatutos da Adega Cooperativa de Pinhel, o seu ramo de intervenção é o agrícola e tem como objeto principal

“ [...] Efetivar, quaisquer que sejam os meios e as técnicas por ela utilizadas, as operações respeitantes à natureza do produto proveniente das explorações dos cooperadores [...] A cooperativa poderá igualmente efetuar, a título complementar, a pedido dos cooperadores, o aprovisionamento e serviços relacionados com o objeto principal. [...] A cooperativa poderá também efetuar, a título subsidiário, atividades dos cooperadores, desde que aprovado em assembleia geral.” (Estatutos da adega Cooperativa de Pinhel, 1988:8-9).

Para a entrada de qualquer cooperador é necessário que possua terrenos de produção Vitícola no concelho de Pinhel e deve pagar ações tendo por base a quantidade de quilos de uvas entregue.

Atualmente o número de sócios ronda os 1580. O apoio aos sócios não se resume ao pagamento das uvas (por quilo), também organiza o processo do seguro de colheitas, bem como fornece as indicações necessárias para o bom funcionamento da exploração vitícola.

A Cooperativa também tem um papel fundamental para o sistema de trocas, por exemplo, é a cooperativa que estipula os dias das vindimas, gerindo assim as trocas de serviços que os agricultores terão que fazer.

Esta população tem uma cultura de trabalho baseado na troca de serviços, contudo não existe uma entidade que regularize este sistema. Deste modo, todos vindimariam no mesmo dia e não existiria mão-de-obra disponível. Por outras palavras, ela mantém a manutenção das relações.

Através da observação em campo, pode verificar-se que, para muitos agricultores, a manutenção das vinhas dá mais prejuízo que lucro. Como já foi referido anteriormente, o abandono das terras por parte dos habitantes ou herdeiros de terrenos é visto como uma traição ou desrespeito então, a cooperativa é também uma resposta que estes agricultores encontram, para depositar nela o produto e receber daí algum incentivo monetário, para que a perda não seja maior.

A cooperativa relaciona-se também com o próprio trabalho agrícola, já que define as castas a cultivar, bem como o preço da produção anual.

Conclusão

Neste capítulo de caracterização dos vários tipos de economia nas Lameiras podemos retirar algumas conclusões, as quais passamos a enumerar.

Na aldeia de Lameiras podemos vislumbrar a coexistência de quatro espaços: o familiar, o Estado, o Mercado e solidário. Sendo que todos eles se articulam e são indissociáveis uns dos outros no que respeita à manutenção e continuidade das relações sociais nas Lameiras.

O primeiro espaço económico diz respeito ao autoconsumo e redes de proximidade. É visível neste território, quando percecionamos a importância dada

pelos habitantes ao consumo de produtos biológicos dentro da família ou redes de proximidade. Por exemplo a manufatura de pão e outros produtos para consumo familiar. Assim, nesta esfera, a agricultura tem um papel fundamental pois é ela que reforça a manutenção deste tipo de economia e a mão-de-obra no trabalho agrícola advém da entajuda familiar e de vizinhança.

Quanto ao papel do Estado (segunda esfera económica- redistribuição) na dinâmica da Aldeia, podemos caracterizá-lo como sendo um reforço à dinâmica económica. Ou seja, para além dos benefícios da economia familiar, os subsídios, reformas e outras receitas tornam-se mais uma fonte de rendimento. Verificamos também que a articulação destas duas economias pode ser também um reforço a longo prazo para a população, nomeadamente sob a forma de poupança para a velhice.

Relativamente ao espaço do Mercado, na aldeia existe uma grande lacuna, nomeadamente no comércio. Contudo, esta falta não impede a população de adquirir ou vender bens. Existe um estabelecimento comercial onde os habitantes podem adquirir uma grande variedade de produtos, não sendo necessário deslocarem-se para a cidade. Podem também vender os seus excedentes agrícolas a comerciantes ambulantes que se dirigem à aldeia. Podemos assim dizer que, a aldeia consegue manter relações com o exterior e acima de tudo, é importante referir que na Aldeia, a economia de Mercado consegue articular com a economia doméstica e do Estado pois, com a venda e compra dos excedentes agrícolas, a população vê os seus recursos monetários a aumentar como também vê o seu trabalho agrícola valorizado (os terrenos agrícolas produtivos e lucrativos) dando azo à possibilidade de obter mais subsídios do Estado.

Por último, o espaço económico que diz respeito à Solidariedade. Neste espaço estão presentes conceitos como reciprocidade, dádiva, entajuda, entre outros. Estes conceitos são como um sentimento moral, que têm como objetivo o bem-estar da economia familiar e acima de tudo a manutenção das relações sociais na Aldeia. Um dado importante foi verificar que não existe dádiva ou troca entre os mais novos, justificado pela predominância da reciprocidade geracional e pela sua desvinculação com o território, não havendo por parte destes um sentimento de dívida para com a comunidade.

A adegua cooperativa tem aqui um papel preponderante, isto é, para além de contribuir para a resolução de um problema coletivo (escoamento dos produtos

vitícolas), é mediadora da troca de serviços, nomeadamente na época das vindimas, contribui para o fortalecimento economia familiar através dos subsídios e outras medidas pecuniárias e também tem uma componente social. Isto é, a cooperativa ajuda à manutenção das relações sociais entre os habitantes, na medida em que, o abandono da agricultura é comparado ao abandono das pessoas da aldeia. Assim, a cooperativa ajuda na acomodação dos produtos potenciando a manutenção dos terrenos e incentivo para a continuação da produção.

Em suma, estas formas de articulação económicas podem conduzir-nos ao desenvolvimento de práticas de economia solidária. Segundo Hespanha (2011), as formas de troca ou de consumo estão cada vez mais sensíveis às mudanças conjunturais, onde a dimensão económica depende de outros fatores como a cultura, o social e políticas. Ressalva também que existem algumas particularidades na economia solidária, nomeadamente transformações na economia popular. A escassez de serviços e lacunas na esfera de mercado, não devem depender meramente de medidas estatais, deve-se pensar em soluções adequadas a esta nova geração de redes alargadas e sistemas de reciprocidade e dádiva.

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES PARA A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NAS LAMEIRAS

Neste subcapítulo, tentaremos perceber o potencial para o desenvolvimento da inovação social e do empreendedorismo tendo em conta as práticas e expectativas presentes nas políticas públicas, no Poder Local, e na própria população.

O empreendedorismo é um fenómeno social que se exprime nas sociedades de diversas formas, por vezes não consensuais e, constrói em torno do que é valorizado numa sociedade. Como refere Schumpeter (1999), o empreendedorismo define-se como uma busca de uma oportunidade, que envolve a criação de valor através de práticas organizadas, o que, como o mesmo autor postula, leva a que a criação de valor, seja muitas vezes confundida com atividades lucrativas. Contudo, o que aqui se pretende abordar é o valor numa outra vertente: a vertente social, onde existe uma associação de um objetivo social das organizações e pessoas (Neto e Natário, 2009).

O Empreendedorismo Social, envolve a mudança social, tendo por base valores e novas combinações de elementos que impliquem novas formas de ação. Esses elementos podem ser a motivação, a inovação, a resistência à mudança, valor e destruição criativa (Shumpeter, 1999).

Podemos dizer que, empreendedorismo social tem como principal missão a resolução de problemas sociais e o principal objetivo é a promover e capacitar as pessoas para a criação de capital social, para a inclusão e emancipação (Neto e Natário, 2009).

Os empreendedores sociais são aqueles que procuram soluções inovadoras para os problemas sociais existentes. Através da sua atuação, é acelerado o processo de mudança e inspira outros atores a se empenharem em torno de uma causa comum (Ashoka,2005).

Relativamente ao conceito de Inovação podemos referir que, este permite através de um longo processo, criar, demonstrar, difundir e disponibilizar uma boa ideia. Contudo, este conceito é mais do que isso, a inovação pode surgir do que já existe (melhoria), ou pode romper com o que está definido e pode gerar novos pensamentos e métodos (como por exemplo, novas alternativas ao consumo de

energia não renovável). Não obstante, segundo André e Abreu (2006) a Inovação Social pressupõe a ação coletiva entre os demais agentes locais.

Moulaert (2008) dá-nos a conhecer uma outra esfera da inovação social, a do desenvolvimento territorial, onde as políticas de desenvolvimento têm como objetivo a satisfação de necessidades da comunidade. Segundo o autor, a inovação social tem um papel fundamental na procura de outras formas de satisfação das necessidades. Destaca também, que a inovação social pode ocorrer nas diferentes comunidades e em várias escalas espaciais, e para que tenha sucesso na sua intervenção, tem que ter em conta diversos indicadores, nomeadamente: o tipo de economia predominante; a cultura; educação e envolvimento do poder local. Não obstante, a comunidade também está sujeita a processos de ajuste, consciencialização e aprendizagem e organização de redes e atores sociais.

Estes dois conceitos pressupõem mudança e esta pode ser interpretada como um processo ou como um resultado, que no entanto só será viável se anteceder um evento empreendedor (Brazeal, 1999).

5.1- Políticas Públicas e Estratégias Locais

5.1.2 - Políticas Públicas

As políticas locais são construídas a partir de políticas públicas nacionais. Após a identificação de determinado problema (geral) e definidos os atores sociais (qual a sua relação com o poder e quais os seus interesses), passa-se à construção de objetivos e instrumentos que possam ser utilizados para a resolução dos problemas ao nível nacional e posteriormente aplicados localmente, mediante o território.

Segundo a Estratégia de Lisboa, no âmbito do Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005/2008, podemos vislumbrar três grandes áreas centrais (hierarquizadas) de intervenção do Governo, as quais passamos a descrever.

A primeira área diz respeito ao domínio macroeconómico, onde foram incluídas as políticas de Crescimento Económico e Sustentabilidade das Contas Públicas e da Administração Pública. Por outras palavras, face à necessidade de

consolidação orçamental e de estabilização da dívida pública são tomadas medidas com base nas dinâmicas das exportações (indutora da confiança e, assim, também do investimento privado), o que contribuirá para a redução do défice da balança de bens e serviços. Um exemplo de medidas será o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2005-2009, que apresenta uma estratégia de médio prazo de redução do défice orçamental.

A área microeconómica apresenta-se como um segundo domínio de intervenção, que aborda políticas de Competitividade e Empreendedorismo, Investigação, Desenvolvimento e Inovação, Coesão Territorial e Sustentabilidade Ambiental e Eficiência dos Mercados.

Como medidas apontadas ao nível da competitividade, nomeadamente nas Pequenas e Médias Empresas, temos o projeto Potencial Interesse Nacional (PIN) direcionado para o impacto positivo na produção de bens e serviços transacionáveis. Outra medida será a reestruturação do sistema de capital de risco e aposta no micro crédito.

Na área do empreendedorismo, as medidas são várias: a implementação de um sistema de informação às empresas, o Programa MIVE (Mercado de Iniciativas de Valor Empresarial); o microcrédito que visa apoiar ideias inovadoras, nomeadamente na construção de pequenos negócios, que trará dinamização económica.

Saltando para a área da inovação, a nível nacional criaram-se medidas como, a construção de uma “via verde” para produtos inovadores, por forma a potenciar o marketing e visibilidade no mercado, entre muitas outras medidas. Contudo, as medidas assisadas pelo governo baseiam-se na inovação tecnológica em detrimento da social.

Por último, a área da Qualificação, Emprego e Coesão Social. Nesta área é dada importância a medidas como, reforçar a educação dos portugueses, potenciar o emprego jovem, modernizar o sistema de proteção social, entre outras

A nível Nacional, também podemos encontrar as políticas públicas de ação social, nomeadamente a Rede Social (RS) que envolve não só as autarquias locais, mas também entidades não lucrativas de determinado Município com o objetivo de melhorar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais.

Na prática a RS é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros sociais, públicos e privados sem fins lucrativos, onde são aproveitadas sinergias, competências e recursos de modo a garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local e também nacional. Dentro da RS as autarquias locais encontram a sua expressão através dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), cujo objetivo é resolver os problemas sociais que afetam as populações locais. Destaca-se ainda a difusão dos diagnósticos sociais e dos planos de desenvolvimento social (PDS).

No caso das Lameiras, a Junta, bem como a Autarquia (Pinhel), onde existe a Rede Social, disponibilizam em anexo, todas as instituições pertencentes ao programa.

A Autarquia também se debruça nos Problemas Sociais Básicos, nomeadamente no apoio à melhoria das condições de habitabilidade dos edifícios, através de projetos de requalificação habitacional (Programa IRHU já mencionado) e cria medidas para inverter a tendência do despovoamento. Este território é abrangido por um Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS). Tem por finalidade, promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Prevê o financiamento de projetos selecionados centralmente, privilegiando territórios identificados como mais vulneráveis. Cada projeto deve incluir ações de intervenção que respondam às necessidades diagnosticadas.

Este programa, tem protocolo com o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Programa Operacional Potencial Humano, através do qual foi o Instituto constituído Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP), no âmbito da tipologia 6.13 – Contratos Locais de Desenvolvimento Social, permite o cofinanciamento da maioria das despesas de funcionamento dos projetos pelo Fundo Social Europeu e Estado Português.

A criação dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), que segundo a técnica da autarquia, será um estímulo à criação de empresas e projetos inovadores.

“Mas o CLDS esse projeto que já lhe falei tem mais uma vertente de Empreendedorismo, nos pedimos esse projeto precisamente por isso,

trabalhar o desemprego e Empreendedorismo, porque é esse o nosso principal problema o desemprego e o desemprego consegue-se combater através do Empreendedorismo, se as pessoas tiverem uma ideia mais inovadora, podem criar o seu próprio emprego e criar mais algum. Porque em termos de entidades empregadoras só temos a câmara e a santa casa, e eventualmente outras entidades empregadoras que são de cariz familiar, como no caso das Lameiras de R.” – (Técnica de Serviço Social da Câmara Municipal de Pinhel)

Existe aqui uma distância grande no que diz respeito ao discurso feito pelas entidades governamentais/públicas e com a perceção, por parte da população local sobre os mesmos organismos.

Muito embora já exista protocolo, ainda não foi feita nenhuma parceria com este projeto na aldeia em estudo. Foi presente à Câmara Municipal o Protocolo de Colaboração entre o Município de Pinhel e a Associação Cultural, Desportiva e Social do Valdeime como Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS + Pinhel), cujo objetivo é prestar o apoio para o desenvolvimento das ações constantes do Plano de Ação do Programa CLDS+Pinhel.

No caso da autarquia, a vontade de inovar é invocada:

“Quando vejo alguns projetos na televisão é obvio que tento adaptar para o meu concelho, mas... Por exemplo em Pinhel já existe uma loja social, não lhe chamam assim mas pertence a uma entidade religiosa, as vicentinas, distribuem alimentos do banco alimentar e roupa. As pessoas quando la vão buscar alimentos levam também roupa, isso já existe, é uma tradição antiga. Agora com o “CLDS”, que é um novo projeto, que são contratos locais de desenvolvimento social, este projeto quer criar uma loja social com um âmbito diferente, vai-se usar roupa por exemplo daquela contrafeita, lava-se e vende-se a um preço simbólico, esse tipo de projeto faz sentido, porque as pessoas tem menos poder de compra e assim ficam mais salvaguardadas.” (Técnica de Serviço Social da Câmara Municipal de Pinhel)

O que aqui podemos verificar é que, de fato existe o cuidado de não “copiar” uma ideia já testada noutra território. Pudemos concluir que, os projetos locais não aproveitam as dinâmicas de troca da comunidade e por outro lado, as políticas locais também não têm conseguido articular com estas dinâmicas, porque muitas destas políticas estão orientadas unicamente para o empreendedorismo e inovação social. Esta lacuna encontrada remete-nos para o subcapítulo seguinte, pois irá exemplificar, em que medida, o autoemprego e microempreendedorismo e outros conceitos se tornam alternativas viáveis para a dinamização da aldeia.

5.1.2 - O papel do Poder Local

No século XXI a ação dos Municípios, tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento local e, é cada vez mais exigido dos mesmos, qualidade na prestação dos seus serviços. É-lhes pedido que sejam capazes de ultrapassar a resolução dos problemas dos munícipes (por exemplo: melhoria nos serviços de saúde; combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar; implementação de políticas de ataque à pobreza, exclusão social e abandono dos territórios do interior) tendo em conta a conjuntura atual do país (Gouveia, 2009).

Cada território e população têm características próprias e as políticas devem ser adaptadas aos mesmos. O que por vezes acontece é que, criada uma medida para todo o território nacional, esquece-se que a mesma pode ser desadequada em vários locais (Gouveia, 2009).

Podemos perceber múltiplas categorias de intervenção do poder local, nomeadamente a construção ou melhoria de infraestruturas (Acessibilidades e Redes Viárias) e construção de Equipamentos e Serviços Coletivos/ Públicos. O papel do Poder Local visa também a manutenção do saneamento e abastecimento de água, tratamento de resíduos sólidos urbanos e a colocação de ecopontos nas freguesias. Contudo, o papel do Poder Local nos dias de hoje, ultrapassa os tradicionais modelos de intervenção pública, indo mais além da aposta em investimento nas infraestruturas e equipamentos básicos. É necessário intervir na diversificação das áreas de ação, com vista à resolução dos problemas locais (proteção social, saúde, cultura e lazer, desportiva, educativa, entre outros (*idem, ibidem*)).

O Presidente da Junta referiu ainda outras iniciativas que, por desconhecimento, ou por ainda não terem passado do papel, ninguém na aldeia referiu:

“(...) Estamos a pensar em vários projetos, ali para a escola vamos colocar lá o gabinete de enfermagem, expandir o centro de apoio social, fazer um centro de convívio (...). Agora... tenho um projeto que até é muito dispendioso, que envolve a barragem, fazer um arranjo lá, onde as pessoas possam ir para lá pescar, passear, fazer uma ciclovia, temos o futebol de praia. Depois o turismo rural viria por arrasto que era esse o objetivo principal...uma coisa traria a outra, as pessoas já queriam investir para passar os fins de semana. Mas isso requer projetos e vamos com calma.”
(Presidente da junta de Freguesia)

Como é possível verificar, existe a preocupação do Poder Local em contribuir para a satisfação dos problemas básicos da população, mas também pensa em medidas que visem dinamizar a aldeia num futuro próximo.

5.1.3 - Atores Privados, Inovação Social e Empreendedorismo

A atenção dada ao autoemprego e microempreendedorismo deve-se às profundas mudanças ocorridas nas políticas públicas dos países desenvolvidos, à desregulamentação e à privatização de vários setores, bem como alteração dos regimes de proteção social aos desempregados. Deste modo, as políticas públicas passaram a dar maior peso ao empreendedorismo e ao autoemprego, em que se passou a prestar apoio técnico, financeiro e informativo às Pequenas e Médias Empresas. O empreendedorismo já não se verifica só entre aqueles que possuem recursos e oportunidades. Assistimos hoje a indivíduos e/ou comunidades, sejam eles motivados pela necessidade ou pela oportunidade, que recorrem a formas de microempreendedorismo. Assim sendo, não só resolvem o seu problema, como contribuem para o desenvolvimento local e para o progresso económico geral.

Segundo Drucker (2002), para a continuidade ou renovação do negócio, as empresas ou organizações precisam inovar e, para isso, precisam de recorrer ao

poder de marketing, novas tecnologias, relações sociais fortes e atores sociais dinamizadores (Empreendedores) os quais nos TBD serão difíceis de obter.

Na Aldeia existe apenas uma empresa, a de R., que emprega atualmente 12 trabalhadores. É uma empresa familiar, constituída maioritariamente pela própria família e amigos R.. Segundo o mesmo, apesar da conjuntura e o local onde está sediado, tenta sempre inovar:

“Olha, Por exemplo na minha empresa....Tive de mudar, antes só estava direcionado para a eletricidade, mas vi que os meus funcionários tinham outras capacidades, então comecei a trabalhar nas canalizações, depois no aquecimento, fiz formações para instalações de gás. Nós somos doze agora... eu tive de me reinventar!” - (R., Empresário, 59 anos)

Perante esta citação podemos verificar que existem na aldeia atores sociais empreendedores que visam não só a produção de valor monetário, mas procuram também o valor social, promovida pela inserção de habitantes da aldeia no mercado de trabalho.

Através do trabalho de campo, presenciou-se a dinâmica da Empresa. E neste sentido, foi possível verificar a preocupação em divulgar a empresa , onde existe um grande cuidado na imagem e estética. Apesar do local estar inserido no interior do país (e todas as limitações já referidas) existe uma grande dinamização por parte dos funcionários, que são jovens e apostados na formação. Também pudemos verificar que os equipamentos aqui vendidos acompanham aqueles que são comercializados em grandes superfícies. Esta célula não é única, existe ainda uma outra em Pinhel, que presta serviços para o resto do país.

Podemos concluir através da citação anterior de R. que, ao contrário do que defende o empreendedorismo Shumpeteriano, em que o progresso gerado pelo empreendedor leva ao desemprego, por forma a renovar as competências dos trabalhadores, o caso da empresa de R. defende que são as competências dos trabalhadores que promovem o desenvolvimento e inovação da empresa. A inovação na empresa acontece quando se aposta nas competências dos trabalhadores e não na sua competitividade.

Articulando esta forma de inovação na empresa, com os tipos de relações e economias existentes na comunidade, permite-nos verificar que a aposta nas

redes de proximidade, de dádiva e solidariedade interna entre os trabalhadores vai implicar uma maior motivação dos mesmos (e conseqüentemente da comunidade) o que em último trará lucros e expansão econômica da empresa.

5. 2 - População: Resistência ao empreendedorismo e inovação social

Moulaert (2008) dá-nos a conhecer a inovação social que visa o desenvolvimento territorial, onde as políticas de desenvolvimento têm como objetivo a satisfação de necessidades da comunidade. Contudo, para que estas tenham sucesso na sua intervenção, tem que ter em conta diversos indicadores, nomeadamente: educação, a cultura; envolvimento do poder local e tipo de economia predominante.

Foi referido durante a entrevista com o Presidente da Junta que existe uma forte resistência à mudança, explicada talvez pela baixa escolaridade dos habitantes como refere D1:

“Não sei a estatística mas a escolaridade não é alta, daí prejudicar a inovação o... há e tal não é necessário inovar” (D1, Licenciada, 25 anos)

De fato, o conhecimento sobre os conceitos de inovação e de empreendedorismo na Aldeia é parco e tem opiniões díspares. Por exemplo, relativamente ao conceito de inovação, D1 (abaixo) entende o conceito e salienta a importância do mesmo. Referiu que, já que o Estado “delegou” a resolução dos problemas para a sociedade, esta tem de encontrar vias alternativas.

Lameiras é um território único, com potencialidades e necessidades singulares. Contudo, para a população, não existe a necessidade de serviços inovadores e os motivos são diferentes como o desconhecimento, resistência à mudança que não deixam penetrar novas ideias ou renovação de velhas.

“Cada localidade deve apostar no desenvolvimento da Inovação Social, por forma a melhorar a vida da sua comunidade, a ideia que tenho é que cada vez mais devemos apostar mais nessa área. O Estado foge às responsabilidades e a comunidade tem de se mobilizar.” - (D1, Licenciada, 25 anos).

Nos dias de hoje, é dominante a ideia de que, o empreendedorismo empresarial ou social é a peça chave do desenvolvimento de toda a sociedade. Não obstante, para esta população, não é só isso que importa. Deveriam existir outros serviços, um reaproveitamento dos recursos existentes, a criação de gabinetes de apoio que vão de encontro às suas necessidades, como o demonstram nas citações seguintes:

“Criar uma loja social no concelho; Criar uma rede de cuidados continuados, uma vez ser uma região em que a maior parte são idosos com mais de 70 anos; criar um gabinete de apoio ao empreendedor e apoiar mais a agricultura.” - (G. Licenciada, 27 anos);

“Uma zona industrial; fazer um centro comercial; fazer um supermercado grande.” - (G, Reformada, 60 anos);

“Não é inovador, mas abrissem a escola” - (B., Agricultora, 74 anos);

“Só se fosse incentivar o pessoal mais velho que queira aprender a utilizar computadores e aproveitar essas escolas que andam ai a cair e fazia-se aí.” (D., Estudante, 22 anos);

“Centro de dia, a tal cooperativa, porque aqui é tudo em torno da agricultura. Uma associação, alguém de fora e de confiança que viesse dar ideias.”- (M. Estudante, 24 anos)

Podemos dizer que para a população mais velha, a inovação está ligada ao reaver aquilo que lhes foi retirado, nomeadamente escolas, Centros de saúde, entre outros serviços, enquanto que os mais jovens, embora percebam a importância do conceito, delegam a sua execução para outros agentes (externos). O que eles ainda não perceberam é que, ao saírem da aldeia para estudar ou trabalhar, eles próprios se tornaram agentes de mudança, com potencial empreendedor.

M., sugere a ideia do empreendedor enquanto alguém de fora da comunidade, o perfil do empreendedor schumpeteriano.

Visão similar à expressada por G., que defende:

“A sociedade deve criar condições para que os desempregados, por exemplo, criem o seu próprio emprego e não tenham de abandonar o seu território, neste caso um território do interior.” - (G., Licenciada, 27 anos).

Através destes testemunhos podemos extrair que face à ausência dos serviços públicos e sociais, se torna interessante o fato de que, para estas duas jovens a mente aberta, a rebeldia dos jovens, a criação o próprio emprego podem surgir como uma alternativa a estas lacunas. Ou seja, sem se aperceberem, estão a apelar à prática do pensamento inovador, ao empreendedorismo e a formas de economia solidária, mas preferem delegar essa função a agentes externos.

Segundo Swedberg, (2000), o empreendedor deve ser dinâmico e fazer por quebrar o equilíbrio do contexto social. Neste sentido, efetua novas combinações para combater a resistência interna (comunidade) à mudança.

Aliado à conjuntura atual de crise do país, existe a expectativa de que os jovens e indivíduos desempregados encontrem no interior rural, um escape à sua situação. Este fenómeno também se verifica nas Lameiras, assim como acredita o Presidente da Junta de Lameiras:

“(…) a falta de trabalho vai fazer com que as pessoas regressem às suas origens e se dediquem à agricultura, não de subsistência mas de maior escala, com projetos.” - (Presidente da Junta de Lameiras)

Podemos então dizer que, uma potencialidade será o retorno da população migrante e desempregada para a aldeia. Isto parece ser também confirmado pela Técnica de Serviço Social da Câmara de Pinhel, que refere:

“(…)os jovens das Lameiras querem vir para Pinhel, mas não sei se há lugar para todos cá. Não há trabalho... e engraçado que nas Lameiras começa-se a assistir a uma dinâmica muito engraçada, a associação que lá está, começa a ter alguma dinâmica e a fazer coisas, essencialmente porque à lá alguns jovens e que querem ficar por aqui.” - (Técnica de Serviço Social da Câmara de Pinhel)

Através deste excerto podemos também retirar outras ilações. A primeira prende-se com a Associação acima mencionada, numa perspetiva de conseguir tomar medidas eficazes para “cativar” a população, bem como firmar sinergias, e geradas novas dinâmicas. A técnica ressalva também, que existem jovens a querer continuar no concelho. Neste sentido, há possibilidade de exploração desta camada, na medida em que se pode aproveitar as suas capacidades, vocação e formação para colmatar as lacunas que existem neste território.

Trazendo agora uma breve discussão sobre a articulação, da forma como os projetos locais articulam com as dinâmicas, nomeadamente de troca e dádiva entre a população, podemos perceber com tudo o que foi dito que, apesar de o Poder Local ter a preocupação de não copiar outros projetos de sucesso em outras autarquias, o mesmo não tem a consciência real do potencial deste território.

As políticas orientadas para a inovação social e empreendedorismo nomeadamente os CLDS+Pinhel não têm conseguido articular com as formas económicas desta localidade. Elas estão preocupadas em perceber quais os serviços que fazem falta à população, ou que projetos inovadores se podem criar, e não em perceber que meios, recursos e dinâmicas endógenas é que existem dentro do território.

Esta questão dos recursos e dinâmicas na inovação social defendida por André e Abreu, 2006) remete-nos para o conceito de capital relacional, que se baseia nas relações baseadas em laços de proximidade, sentimento de pertença, cooperativismo, entre outros. Este ponto fará assim a ponte para o último capítulo da dissertação.

Conclusão

Podemos concluir neste capítulo que, os Municípios têm um papel fundamental no desenvolvimento do território. A sua função passa por minimizar ou resolver os problemas da população, contudo, dada a conjuntura económica atual, a sua intervenção deve ser mais ampla e adequada à especificidade de cada território.

No caso das Lameiras, sendo um dos problemas principais, o fraco desenvolvimento Local, a intervenção do Poder Local visa implementar alguns

projetos com conotação inovadora e empreendedora. Exemplo disso, são os Projetos Locais de Desenvolvimento Social, e a tentativa de aproveitamento dos recursos endógenos existentes, para a de criação de serviços que mais fazem falta à população. O que se verifica, é que apesar da tentativa de dinamizar estes projetos, ainda não foi possível implementá-los na Aldeia.

Existe uma forte resistência à mudança, justificada em parte pela baixa escolaridade dos habitantes, a cultura enraizada de que Lameiras, apenas necessita de serviços que outrora lhe foram retirados, e propostas inovadoras e empreendedoras devem surgir do exterior.

Contudo, na aldeia existe uma empresa que olha a inovação de outra forma. Nesta empresa é dada importância ao aumento das competências dos trabalhadores como forma de gerar mais lucro e competitividade. Aliando este fato, à articulação com as outras formas de economia existentes na aldeia, irá gerar-se um maior envolvimento quer dos trabalhadores, quer da população na expansão da empresa.

CAPÍTULO VI – PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÀRIA NAS LAMEIRAS

Como tivemos oportunidade de vislumbrar nos capítulos anteriores, podemos dizer que nas Lameiras não se evidenciam práticas de ES, embora existam outras práticas e iniciativas como a dádiva, reciprocidade, etc., que desenvolvem alguns princípios da ES. Entre as várias expressões de outras formas económicas, podemos mencionar a Adega Cooperativa de Pinhel como expressão da economia social, contudo interessa discutir, de que maneira se pode potenciar essas iniciativas que tão bem caracterizam a aldeia e torná-las em práticas efetivas que dialogam com a ES.

Procuramos assim, explicar as potencialidades e os recursos endógenos das Lameiras.

❖ O papel do poder local

É o poder local que se encontra mais próxima das populações e que por isso desempenha um papel vital no seu desenvolvimento (Henriques 1988; Constituição da República Portuguesa).

O poder local, pode trazer para a comunidade novas ideias ou então, pode ajudar na criação de projetos inovadores e empreendedores através de fundos nacionais e/ou europeus, que visem o apoio a essas ideias e dinâmicas locais. Assim, parece ser legítimo considerar que o poder local pode ter um papel no desenvolvimento da Economia Solidária, a qual pode apresentar novos projetos de base local com vista a um desenvolvimento mais solidário, onde a iniciativa económica esteja virada ao bem-estar da comunidade mais do que para o bem-estar individual (Amaro 2009).

Um bom exemplo será o que tem vindo a ser praticado por parte dos municípios em Nord-Pas-de-Calais (aprofundado no I capítulo), onde a ES é uma área altamente desenvolvida. O dinamismo regional e atores sociais levaram à criação de uma organização centrada nas dificuldades da população, que participam ativamente na criação de soluções. Deste modo a sua intervenção passa a ser assente numa nova lógica económica e de democracia participativa e

representativa, considerando estas associações como uma alavanca a criação de emprego e coesão social.

Uma das principais características das organizações da ES é o voluntariado estando evidenciado neste território e a possibilidade de debates públicos e trabalho coletivo, por forma a facilitar a interação entre os vários serviços regionais, que promovem e reforçam a estratégia para melhorar a qualidade das parcerias, nomeadamente entre empresários e atores da Economia Social (Gardin, 2005:259-283).

❖ Recursos endógenos

O pensamento atual passa pela ideia de que o rural está na “moda”, evidente na aposta em projetos empreendedores, com o intuito da dinamização dos territórios (exemplo: fundos para novos agricultores). Isto conduz ao reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de alimentos ou um local onde nada existe a não ser idosos e nostalgia. Esta nova legitimidade, passa sobretudo pela perceção do campo como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde. Cada vez mais o campo é visto como um meio que oferece alternativas viáveis às pessoas que habitam os centros urbanos (Baptista, 2001).

Assim, os recursos endógenos das Lameiras mostram-se como potencial escape à vida stressante da cidade, como nos lembra R. que afirma:

“O ar é bom. Qualidade de vida, quando entras para as Lameiras só vez árvores!” – (R., Empresário, 59 anos)

Outrora esses recursos endógenos eram subvalorizados, hoje em dia podem ser vistos como alternativa à conjuntura atual – económica, social e política. Estamos a referir-nos a: produtos agrícolas; à fauna; rios; rochas e minerais; águas medicinais; parques e reservas naturais; ao património arqueológico e histórico incluindo a arquitetura popular; solares e casas rurais; miradouros; artesanato; gastronomia e tradições locais como festas e romarias.

Apesar de hoje em dia ser atribuído um valor aos recursos endógenos dos diversos territórios, em zonas como as Lameiras estes recursos não são

propriamente aproveitados. Isto tem configurado a realidade do mundo rural, o que pode ser evidente no facto que muitos agricultores – em regime de pluriatividade e excesso de trabalho. Os agricultores preferem comprar produtos já manufacturados e/ou produzidos fora, como é o caso do exemplo dado por T. 51 anos:

“As pessoas agora preferem comprar palha para as vacas, mas se ninguém produzir também não compram. É essa a mentalidade um bocado retrograda.” (T., Funcionária Pública, 51 anos)

Tal como refere T., tem sido reconfigurada outra mentalidade no interior das comunidades rurais, provocado em parte pelo medo enraizado de não arriscar no investimento de aquisição de maquinaria.

Aliando a facilidade que os agricultores têm em efetuar trocas de serviços e de bens; a proximidade que a autarquia e junta estão a tentar criar com a população e, o trabalho que a cooperativa tem vindo a exercer, poderia criar ideias inovadoras passando pelo empreendedorismo coletivo. Este tipo de empreendedorismo pode ser representado pelo associativismo, sob a forma de pequenas empresas ou cooperativas, onde o objetivo pode ser a geração de valor social. Por exemplo, turistas poderiam ter a experiência da prática da vindima, usufruindo de uma experiência e aproximação ao mundo rural. Este é só um dos projetos que podem ser implementados. Para além de suprirem o problema na comunidade (escassez de mão de obra), potenciam o bem-estar de quem experiencia a prática das vindimas (Martinez, 2004).

Um das experiências que pode ser visitada para aprofundar a potencialidade dos recursos endógenos é o projeto já referido, ASAS (Aldeias Sustentáveis Ativas), é promovido pela ANIMAR. O programa ASAS, é um projeto que coopera com várias instituições e organizações nacionais, sendo o seu objetivo primeiro, promover o Desenvolvimento Local dos territórios. Pretende apresentar propostas e instrumentos programáticos ao poder local e aos atores sociais, a fim de criarem apoios à revitalização das aldeias. Desta forma o Poder Local e agentes sociais, adquirem uma outra visão do seu desenvolvimento. Esta estratégia irá provocar diversificação da economia e do emprego local e valorização dos recursos endógenos, assentes na lógica de participação

comunitária e cooperação. Ora esta confluência de sinergias endógenas e exógenas vai despoletar uma prática de redes colaborativas, entre comunidade, atores sociais e poder local.

❖ Os Jovens como empreendedores

A população jovem pode ser vista como uma potencialidade existente neste território.

Schumpeter (2005) definiu o conceito de empreendedor como sendo uma pessoa que destrói a ordem económica existente graças à introdução no mercado de novos produtos/serviços, pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnologias.

Transpondo este conceito para a realidade das Lameiras, os jovens poderiam ser atores preponderantes no desenvolvimento da aldeia, visto que saíram para estudar no ensino superior, fazendo com que regressem às suas origens com novas ideias, projetos, etc., e possam assim romper com o *status quo*. Contudo, verifica-se que os jovens que saíram da aldeia, não se reveem como inovadores ou empreendedores fundamentais para o desenvolvimento do território. Delegando essa função, aos mais velhos e/ou para alguém que “venha de fora”. Assim é fundamental desenvolver intervenções que tenham como foco a sensibilização e capacitação dos jovens para o empreendedorismo social no seu território de origem.

❖ Sustentabilidade

A sustentabilidade”: refere-se à melhoria dos padrões de vida, garantindo a regeneração e durabilidade do ambiente natural. A manutenção dos padrões de vida materiais, de consumo, de produção, a utilização de recursos e serviços e poluição ambiental; obriga à apresentação de algumas soluções.

Segundo as dimensões da Inovação social de André e Abreu, (2006), o indicador *dinâmicas* vem dizer-nos de que forma, é que a inovação se pode esgotar ou fracassar, por exemplo através da resistência, ou desajuste da realidade ou problemática em causa.

Como já foi referido anteriormente, para existir desenvolvimento, a sustentabilidade do território é fulcral e como alguns habitantes da Aldeia consideram a sua terra autossustentável, justificado pelo sistema de dádiva, troca e forte componente de economia popular e economia subsidiária e mercantil, a mesma terá que encontrar formas alternativas que permitam a sua durabilidade no tempo.

“Nós somos sustentáveis, não precisávamos de nada cá,(...)a minha reforma e o que eu tiro da terra chega-me bem” - (B., Reformada, 74 anos)

Deste modo, a Economia Solidária pode apresentar alternativas para este desenvolvimento sustentável e, Domingues (s.d) apresenta algumas propostas, sendo elas: a constituição de um banco social, apoiado no microcrédito para apoiar atividades que promovam o emprego e economia local; promoção dos produtos agrícolas e artesanais (baseados numa lógica de comércio justo), o que iria dinamizar a economia familiar das famílias da aldeia. Poderia ser criada também uma cooperativa para o escoamento de produtos biológicos servindo de mote para abastecer as superfícies comerciais, com o objetivo de sustentabilidade agrícola. Tendo como retaguarda o microcrédito pois poderiam ser criadas algumas pequenas empresas de proximidade para estimular a economia local e criação de empregos.

Aliando a inovação e empreendedorismo ao conceito de sustentabilidade, podemos pensar no património de Lameiras. Por exemplo, se aliarmos o património edificado e simbólico de Lameiras e, se os juntarmos à grande falta de oferta hoteleira, poderemos estar a criar condições favoráveis ao desenvolvimento de novas formas de turismo: desde o turismo rural, ecológico e de repouso, a outras alternativas, dispondo de um diversificado património natural, ambiental, arqueológico e arquitetónico. Como referem alguns habitantes e Poder Local.

❖ Inovação e empreendedorismo

O empreendedorismo social que, de acordo com Dees (2001), tem como finalidade a promoção do desenvolvimento socioeconómico através de um

processo criativo e produtivo. Através da utilização de poucos recursos financeiros, com base na ação solidária de membros de uma comunidade, essas mudanças sociais podem ocorrer sob a forma de adaptação. Os empreendedores sociais desempenham o papel de agentes da mudança no sector social, vão diretamente às causas dos problemas, reduzindo as necessidades.

Segundo Alvord (s/d), existe o empreendedorismo social relacionado como catalisador de transformação, que visa introduzir pequenas mudanças que podem servir de alavanca para a mudança social.

Esta alavanca pode estar presente na articulação entre a economia solidária e outras formas económicas não mercantis, como é o caso da dádiva. Embora não seja possível correlacioná-las, é possível construir um fio condutor e perceber como é que a ES pode ser uma alavanca para a mudança social. Esta mudança, segundo Alvord é feita através de pequenas transformações. No caso de Lameiras, poderia surgir através do capital relacional existente.

Por outras palavras, segundo, Santos, (2001), podemos aliar os laços de reciprocidade existentes e o capital relacional, com a prática da dádiva. Se aliarmos estas realidades à debilidade do Mercado (a dificuldade que os agricultores têm em escoar os produtos agrícolas), podem surgir mercados solidários dentro da comunidade. Desta forma, a população não ficaria tão dependente do comércio ambulante, veria os seus produtos escoados e as relações sociais mais coesas.

Em suma, Lameiras, está ainda longe de se tornar um território mais desenvolvido apesar de possuir bastantes potenciais de desenvolvimento. Contudo, através de práticas inovadoras e alicerçado nas dinâmicas da Economia Solidária pode constituir-se um território autossustentado e quiçá tornar-se um exemplo a ser seguido ou disseminado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação caracterizámos a aldeia de Lameiras no concelho de Pinhel, pequena povoação do interior do país, predominantemente rural, desertificada com dinâmicas mais rudimentares. Apresenta deficits as níveis geográfico, populacional, económico, cultural associativo e social. Deste modo podemos concluir que Lameiras se encaixa nos demais indicadores que caracterizam os TBD.

É uma região que sofre de escassez de transportes, recursos empresariais, a densidade populacional é cerca de 13 pessoas por Km². Apresenta poucas atividades económicas cujas principais são, a exploração mineira e a agricultura, o que conduz à pouca oferta de emprego e de serviços. Relativamente às práticas associativas, a aldeia pode contar com a Associação de Apoio Social das Lameiras, cuja implementação ainda é recente, mas já é notória a sua intervenção. Quanto ao património cultural, podemos perceber que existe uma grande variedade e é entendido como sendo um elemento simbólico dos espaços de partilha coletiva.

Assiste-se a uma nova dinâmica nestes territórios, em que a qualidade de vida nos TBD é superior no que diz respeito ao acesso a produtos biológicos, a ambientes livres de stress e poluição, bem como a paisagens diversificadas, etc.

Um outro ponto relevante é o fato de os mais jovens estarem a regressar à aldeia, vítimas de desemprego, ou outras situações mais particulares como invalidez ou reforma. Este aspeto veio permitir a que estes novos grupos voltassem às práticas agrícolas, como reforço à economia doméstica, apoiados já em novas visões de exploração.

Deste modo, após a caracterização da Aldeia ao nível geográfico, populacional, económico, cultural, social e associativo, será pertinente identificar e caracterizar os vários tipos de economias aí existentes.

Tendo em consideração as quatro tipologias de economia postuladas por Polanyi, constatamos que esta aldeia incorpora as quatro formas, uma vez que: a economia doméstica é assegurada pela forte prática agrícola e de autoconsumo; em termos de Economia de redistribuição, a população é abrangida por medidas pecuniárias e outros rendimentos provenientes das práticas agrícolas;

relativamente à economia de mercado, esta encontra-se mais depauperada, mas é compensada pelas práticas de solidariedade baseada nas trocas, reciprocidade, dádiva e pela cooperativa sediada em Pinhel. As relações de reciprocidade, de dádiva e entreajuda são vistas como um sentimento moral, que tem como objetivo o bem-estar da economia familiar e acima de tudo a manutenção das relações sociais na Aldeia.

Em suma, estas quatro formas económicas complementam-se e, como alguns habitantes da aldeia mencionaram, tornam este território mais autossustentável. Neste capítulo de caracterização dos vários tipos de economia nas Lameiras podemos retirar algumas conclusões, as quais passamos a enumerar.

Na aldeia de Lameiras podemos vislumbrar a coexistência de quatro espaços: Familiar, Estado, Mercado e solidário. Sendo que todos eles se articulam e são indissociáveis uns dos outros no que respeita à manutenção e continuidade das relações sociais nas Lameiras.

Verificamos que a articulação das duas primeiras economias, pode ser vista como um reforço a longo prazo para a população, nomeadamente sob a forma de poupança para a velhice.

A economia de Mercado também consegue articular com a economia doméstica e do Estado pois, com a venda e compra dos excedentes agrícolas, a população vê os seus recursos monetários a aumentar, como também vê o seu trabalho agrícola valorizado e por último, dando azo à possibilidade de obter mais subsídios do Estado.

Não existe dádiva ou troca entre os mais novos, justificado pela sua desvinculação com o território, não existe por parte destes um sentimento de dívida para com a comunidade, já que esta não tem (segundo os jovens) nada para oferecer.

Quanto ao capítulo da inovação e empreendedorismo, concluímos que, apesar dos jovens, poder local e políticas públicas, terem aí um papel fundamental, os mesmos ainda têm de percorrer um longo caminho. Os primeiros, porque ainda não tomaram consciência de que podem ser o fio condutor da inovação e empreendedorismo na aldeia, apesar da bagagem de conhecimento científico e de outros territórios. Para estes jovens as ideias e projetos inovadores devem vir de atores externos à aldeia. O Poder Local, apesar de perceber a importância dos conceitos e até a tentativa de implementação de alguns projetos,

vê o seu trabalho minado, perante a resistência e credibilidade da população. Por fim, as políticas públicas, que por sua vez têm de se guiar por diretrizes nacionais e europeias, deixando de lado a individualidade de cada território.

Também pudemos concluir neste capítulo que, a única empresa existente na aldeia percebe a inovação sob a ótica da manutenção das relações e redes de proximidade. Por outras palavras, a inovação passa pela qualificação dos seus trabalhadores, para o aumento do lucro e não na melhoria de equipamentos ou expansão da empresa. Deste modo, e a fim de criar uma ponte entre a inovação e manutenção dos laços comunitários, seria importante por parte dos agentes locais, elucidar a população sobre conceitos como, trabalho comunitário, formas de cooperativismo e associativismo, empreendedorismo e economia solidária.

A importância que é dada ao trabalho agrícola é de tal ordem, que todas as atividades não relacionadas são vistas como um desperdício de tempo, o que não reitera a opinião, de que é necessário mostrar à população que existem outras práticas possíveis.

Concluimos que, embora o Poder Local perceba a inovação e empreendedorismo como uma alternativa fundamental ao desenvolvimento do território, a visão da população não é similar. Outra conclusão que podemos tirar é que os jovens não se identificam como sendo atores privilegiados no desenvolvimento da sua terra, não se revêm no papel de equacionar a falta de serviços ou dinâmicas que justifiquem a sua fixação no território.

Tomando por referência o capítulo precedente, é possível concluir que não existem práticas de Economia Solidária na aldeia mas é possível afirmar que é territorialmente aplicável a valorização dos seus recursos endógenos, manutenção da cultura de troca, dádiva e produção de produtos para consumo doméstico. Existe potencial para o seu desenvolvimento, através da organização entre indivíduos, grupos e outras entidades. Esta organização fará com que as necessidades dos indivíduos sejam supridas sem comprometer os vários ecossistemas.

Em suma, numa perspetiva propositiva, a aldeia de Lameiras está ainda longe de se tornar um território mais desenvolvido apesar de revelar forte potência de desenvolvimento, nomeadamente o tipo de economia, património cultural, Jovens que regressam à aldeia e foco nas práticas agrícolas. Através de práticas

inovadoras e alicerçadas nas dinâmicas da Economia Solidária, poder-se-á tornar num território autossustentado e quiçá um exemplo a ser seguido ou disseminado. Consideramos que o poder local e as associações locais têm aqui um papel preponderante, na medida em que podem motivar ou incrementar novas parcerias. Mais importante ainda será a consciencialização da comunidade local de que a reciprocidade deve basear-se na interação e na confiança, sendo este um elemento decisivo para gerar a participação cívica e de pertença ao território.

Concluimos que, apesar de os habitantes considerarem a agricultura fundamental para a sua sustentabilidade e garantia da satisfação de necessidades, ainda falta consciencializar para uma atitude empreendedora, privilegiando metodologias cooperativas e coletivas, e o reforçar de lógicas do consumo crítico e do consumo solidário. Urge a necessidade de se pensar que o desenvolvimento só será plenamente alcançado se for perspectivado de forma sistémica, ou seja, as políticas nacionais e regionais devem ser elaboradas partindo do pressuposto que cada território é único. Para isso, o Poder Local poderá ter em especial atenção a elaboração de diagnósticos sociais mais participados, criar redes de infraestruturas/ serviços de apoio, numa perspectiva de proximidade, promovendo assim a qualidade dos serviços e a equidade nas respostas. Isto trará mais confiança perante os cidadãos, empresas e organizações da economia solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, R. (2003). “Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*. 4, 36-68.

Amaro, R. (2009). “Desenvolvimento Local”. Hespanha, P. (ed.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Almedina: Coimbra.

André, I., Abreu, A. (2006). *Dimensões e espaços da Inovação Social*. Finisterra, XLI, 81, pp. 121-141. Acesso em 29 de dezembro de 2013, disponível em www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf.

Avillez, F. (1992). *Impacto dos fundos estruturais na agricultura portuguesa*. *Análise Social*, 118/119:691-702.

Azevedo, R. (2010). *O Papel das redes locais nas economias solidárias- o caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro*. Coimbra: FEUC.

Azevedo, N. (2011). *Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade. As dinâmicas em Trás os Montes e Alto Douro*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Baptista, O. (1993). *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Coimbra: Editora Forado Texto.

Baptista, O. (2001). *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta Editora.

Baptista, O. (2006). “O Rural depois da Agricultura, in Fonseca”, M. L. (coord.). *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*. CEG: Lisboa.

Bell, J. (2004). *Como realizar um Projecto de Investigação*. Gradiva: Lisboa.

Braga, A. et al. (s.d). Tendências demográficas da região centro de Portugal: caso de estudo dos municípios de baixa densidade. Acesso em 28 de abril de 2014, disponível em http://www.fcsh.unl.pt/egeo/sites/default/files/dl/artigos2013/017_tendenciasdemograficasPT_031.pdf.

Cardoso, G. (2010). *O Empreendedorismo em Cabo Verde: Ambiente, Oportunidades e Processos*. Fórum sobre Empreendedorismo Migrante, Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação. Acesso em 19 de agosto de 2014], disponível em http://www.campo.com.cv/admin/imgBD/estaticos/Painel%20_ADEI.pdf.

Cordivil et al. (2013) Versão preliminar do projeto ASAS: Aldeias sustentáveis e ativas. Documento preliminar. Acesso em 24 de março de 2014, disponível em <http://www.animar-dl.pt/index/documentacao/documentos/dl/progmini>.

Cristóvão, A. (1998), Para a Valorização dos Recursos Naturais do Vale Do Douro. Acesso em 28 de abril de 2014, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9467.pdf>.

Cristóvão, A.; Gonçalves, H.; Oliveira, C.. (2010). Estratégias colectivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social. ed. 1. Vila Real: REAPN-Núcleo Distrital de Vila Real.

Cruz, A. E Santos, A., (2011) *A economia solidária e as novas utopias: Permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico*. In Economia Solidária: Questões teóricas e epistemológicas, Edições Almedina: Coimbra.

Dees, G. (2001). *O Significado do “Empreendedorismo Social”*. Acesso em 11 de maio de 2012] disponível em <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/DirEscrita/Uploads/O%20Significado%20do%20Empreendedorismo%20Social.pdf>.

Domingues, M. (s.d). Economia Solidária - “A economia real do desenvolvimento sustentável. Acesso em 6 de maio de 2014, disponível em <http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!Artigo - Economia Solid%C3%A1ria.pdf>.

DPP (2008), PROVERE – *Programa de Valorização económica de recursos endógenos. Das ideias à acção: Visão e Parcerias*. Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais Ministério do Ambiente, do Ordenamento do território e do Desenvolvimento Regional: Lisboa.

Estivill, J. (2009). *Construyendo diálogos en torno a la economía solidária*, *Revista crítica de serviços sociais*. 84, 101-113. Coimbra

Gaiger, L. (2009). *Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária*. *Revista crítica de serviços sociais*, nº 84. Pp. 81-99

Gaiger L. & Hespanha, P. (2009). *Dicionário internacional da outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.

Godbout, J. (1999) *O espírito da dádiva*. FGV: Rio de Janeiro.

Gómez, C., et al (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições

Gonçalves, C. (2012). *Centro de Convergência – Sonhar uma Aldeia Sustentável (poster)*. Acesso em 1 de agosto de 2013, disponível em <http://centrodeconvergencia.wordpress.com/documentos/>.

Gouveia, P. (2009) *Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: caminho possível para um “outro” desenvolvimento*. Departamento de Economia do Instituto Universitário de Lisboa. Acesso em e de junho de 2014, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3718>.

Guerreiro, M., (2008). *Associações de desenvolvimento local: Que contributo para o Desenvolvimento local? O estudo de caso da ADPM*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto Superior de Ciências e do trabalho e da empresa. Acesso em 20 de Agosto de 2014, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1448>.

Henriques, J. (1988). *Municípios e Desenvolvimento: caminhos possíveis*. Escher, Lisboa.

Hespanha, P. (2009a). *Microempreendedorismo Popular e Associativo em Portugal. O sentido das mudanças*. Relatório do Projeto de Pesquisa. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Hespanha, P. (2009b). *A metamorfose das economias populares*. *Revista crítica de serviços sociais*.

Hespanha, P., Santos, A. (2011). *Economia Solidária: Questões retóricas e epistemológicas, (Orgs)*. Coimbra: Edições Almedina.

Hirsch, R. e Peters, P. (2004). *Empreendedorismo*, Porto Alegre, Bookman.

Hoven, R., Nunes, M. (1994). *Desenvolvimento e Ação Local*. Lisboa: Fim de Século edições.

Hubert, A (2011). *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*. BEPA, Bureau of European Policy Advisers, European Commission. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

Laville, J. (2005). *Action publique et économie solidaire, Une perspective internationale*. Edition-eres: Saint-Agne.

Laville, J. (2009). *A Economia Solidária: Um movimento Internacional*. *Revista crítica de serviços sociais*, nº 84, 7-47.

Lévesque, B. e Lajeunesse-Crevier, F., (2005). *Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social: approches théoriques et politiques publiques*. Cahier du CRISES.

Marques, R. (2001). *Economia Experimental e Reciprocidade: uma Meta-Análise*. Nº 2/ SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Acesso em 9 de setembro de 2013, disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp201.pdf>.

Martinelli (org.). (1999). *O uso da abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social , in Pesquisa qualitativa, um instigante desafio*. Vers Editora: São Paulo

Martins, G., Theóphilo, C. (2009). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2.ª Edição. São Paulo: Atlas.

Martins, P. (2004). *A dádiva e a sua importância teórica para se pensar as relações entre estado, mercado e comunidade*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. CES: Coimbra.

Martinez, C. (2004). *Una visión dinámica sobre el emprendedurismo colectivo*. Revista de Negócios, Blumenau, v. 9, n. 2, abr.-jun, 91-105.

Matias, J. (2010). *As Gentes e a terra de Lameiras*. CM- Pinhel

Mauss, M. (1974). *Ensaio Sobre a Dádiva*, in: *Sociologia e Antropologia*, EPU/EDUSP.

Monteiro, A., (2012). *Relocalização e Inovação Social: Um estudo Exploratório- O caso de Balle*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Economia a Universidade de Coimbra [10 de setembro de 2013].

Moreno, L., (1999). *Desenvolvimento rural, desafio e utopia. Desenvolvimento rural desafio e utopia centro de estudos geográficos*. Universidade de Lisboa, pp.37-53.

Moulaert, et al. (2005). “ Towards alternative model(s) of local local innovation”, *Urban Studies*, 42(11), 1969-1990.

Murray, R. et al. (2010) *The processo f Social Innovation, The open book of social innovation*. London: The yong Foundation/Nesta.

Namorado, R. (2009). *Para uma Economia Solidária- a partir do caso português*. *Revista crítica de ciências sociais*.nª 84, 65-80, Coimbra: Edições Almedina.

Neto, P e N. M. (2009). *O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os pólos de excelência rural*. Departamento de Economia da Universidade de Évora. Acedido em 6 de maio de 2014, disponível em http://www.cefage.uevora.pt/pt/producao_cientifica/working_papers_serie_cefage_ue/o_novo_paradigma_de_desenvolvimento_rural_os_polos_de_excelencia_rura
1

Nilsson, O. (2003). *Social Innovation. An exploration of the literature*. London: McGill University

Pedroso. P. (1998). *Formação e desenvolvimento rural*. Oeiras.

Polanyi, K., (1944). *A Grande Transformação*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2000.

Polanyi, K. (2000), *A Grande Transformação – As Origens da nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Portela, J. (Coord.). (2008). *MicroEmpreendedorismo em Portugal. Experiências e Perspectivas*. Lisboa: GRECA; Artes Gráficas, : 4-49.

Portugal, S. (2007). *O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços*. Revista crítica das ciências sociais, 79: 35-56.

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o emprego 2005/2008, (2005). Estratégia de Lisboa- Portugal de Novo. [5 de setembro de 2014]

Quijano, A. (1998). *La economia popular Y sus caminos en América Latina*. Lima: mosca azul editores.

Rede Social (2005) *Diagnóstico Social de Pinhel*. Pinhel: Rede Social.

Reis, M. (1995 [?]). “O Desenvolvimento Local; condições e possibilidades”. In Hoven, R., (1994). *Desenvolvimento e acção local*. Fim de século: Lisboa:35-45.

Santos, B. (1995). *Sociedade providência ou autoritarismo social?* Revista Crítica de Ciências Sociais 42.

Santos, M., (2012). *Empreendedorismo em territórios de baixa densidade populacional com problemas de desenvolvimento (contributos para o debate do tema)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Évora. Acesso em 26 de maio de 2014, disponível em <http://www.cisaas.uevora.pt/download/textos/EmpreendedorismoTerritoriosBxDensidade-Julho2012.pdf>.

Sara, A. *et al* (s.d). “Social Entrepreneurship and Social transformation. An Exploratory Study, Hauser Center for Nonprofit Organizations Working Paper” No. 15. Acesso em 23 de Agosto de 2014, disponível em http://www.socialinnovationexchange.org/files/event/attachments/workingpaper_15.pdf.

Schmidt, C.; Dreher, M. (2007). *Cultura empreendedora em empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor*. Artigo- economia das organizações da Revista de Gestão USP. Março, 2008 1-14. Acesso em 26 de maio de 2014, disponível em <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36626/39347>.

Venkataraman, S. (1997). *The distinctive domain of entrepreneurship research*. In J. Katz & R. Brockhaus. *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence and Growth*. vol. 3. Greenwich, CT: JAI Press pp. 119-138.

Yin, (2001). Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zaoual, H. (2008). *Développement durable des territoires – économie social, environnement et innovation*. Harmattan: Paris.

Páginas eletrônicas consultadas:

Associação Nacional Portuguesa para o Desenvolvimento Local, disponível em <http://www.animar-dl.pt>

Centro de Convergência. A Aldeia das Amoreiras é o alvo principal das atividades e intervenção do Centro de Convergência. Acedida em Abril de 2014, disponível em <http://centrodeconvergencia.wordpress.com/aldeia/>.

CIRIEC, Acedida em Agosto de 2014, disponível em <http://www.ciriec.es/>.

INE, Instituto Nacional de Estatística.

A capa da dissertação inclui fotografia tratada pela autora.

ANEXOS

ANEXO A - GUIÃO DA ENTREVISTA

Quem são os participantes:

- Autarquia de Pinhel;
- Junta de Freguesia de Lameiras;
- Habitantes da Freguesia de Lameiras
- Outras que possam surgir ao longo do estudo.

1º Momento: Apresentação do moderador e enquadramento

Sou Aluna do 2º ano de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Universidade de Coimbra e sou formada em serviço social. No âmbito da avaliação final de curso estou a elaborar uma tese que versará sobre territórios no interior do país, que tenham sofrido com o despovoamento e abandono. Esta tese, irá permitir, através do respetivo estudo, intentar sobre as alternativas ao desenvolvimento de um determinado território do interior do país, o qual denomino por Território de Baixa Densidade.

2º Momento: Apresentação dos participantes

Pretende-se que os participantes se apresentem e que falem abertamente, sem restrições e constrangimentos.

3º Momento: Pretende-se neste momento obter informação precisa através da formulação de perguntas direcionadas para o propósito do estudo. As mesmas poderão ser adaptadas, em momento próprio e de acordo com a informação obtida no 2º momento

1ª Questão: Ao longo dos anos tem-se verificado, sobretudo nas zonas mais rurais do país, várias alterações, sendo que as mesmas poderão ter potenciado, em certa medida, a desertificação e abandono do território que, até então, eram vistas como fundamentais para o equilíbrio social, familiar e até mesmo local, fomentando a economia e o desenvolvimento.

Na sua opinião quais as consequências negativas das atuais transformações sociais e laborais no interior do país?

2ª Questão: Quais as potencialidades e constrangimentos que, na sua opinião, considera ter este território ?

3ª Questão: Quais são os principais marcos históricos e património cultural que julga existirem neste território?

4ª Questão: em seu entender, quais os principais atores que considera existir ou que deveriam existir neste território que pudessem contribuir para o desenvolvimento da aldeia?

5ª Questão: O desenvolvimento de um território necessita de estruturas de apoio, enumere aqueles que considerar fundamentais, e refira se existem ou não aqui nas Lameiras.

6ª Questão: Que tipo de respostas deveriam ser criadas, implementadas ou dinamizadas localmente com carácter inovador que poderiam potenciar o desenvolvimento local?

7ª Questão: Quais os desvios e constrangimentos que, na sua opinião, considera impeditivos à inovação social?

8ª Questão: Na sua opinião considera a agricultura como potenciadora da economia e do desenvolvimento local? Como?

9ª Questão: Qual o seu entendimento de dinâmicas de troca entre a população?

10ª Questão: Efetua algum tipo de troca?

11ª Questão: Importa ou exporta algum tipo de produto?

12ª Questão: Qual a sua opinião sobre o papel do poder local no desenvolvimento dos territórios;

4º Momento: Algumas questões que possam surgir do entrevistado e sondagem de outros possíveis entrevistados

ANEXO B- CARACTERIZAÇÃO DOS/AS ENTREVISTADOS/AS

Nome do/a entrevistado/a	Caracterização do/a Entrevistado/a
D1 – Licenciada, 25 anos	Sexo feminino, 25 anos, Licenciada pela Universidade de Coimbra. Trabalha e reside numa freguesia limítrofe das Lameiras.
D2 – Licenciada, 25 anos	Sexo feminino, 25 anos, Licenciada pela Universidade de Coimbra e Trabalha nessa mesma cidade.
G. – Licenciada, 27 anos	Sexo feminino, 27 anos, Licenciada. Está desempregada e vive atualmente em Coimbra. Embora possua muitos terrenos agrícolas, o seu objetivo é trabalhar na área que estudou. Ainda assim, ajuda a sua família nos vários tipos de exploração agrícola.
G. – Reformada, 60 anos	Sexo Feminino, 60 anos, possui o 9º ano, reformada da função pública é mãe do entrevistado nº 3. Pertence a uma família de emigrantes, que deixaram um grande património quer em termos de imóveis quer terrenos agrícolas. Este entrevistado vive na aldeia.
B. – Agricultora, 74 anos	Sexo feminino, 73 anos, 4º ano, agricultora e pertence à família mais rica e com mais prestígio da Aldeia. A sua casa, sempre foi um local frequentado por párcos, bispos e outras entidades de renome, o que talvez justifica o fato de as duas famílias mais desfavorecidas da aldeia sejam presença assídua (tomam aí a sua refeição e levam produtos hortícolas).
D. – Reformado, 62 anos	Sexo masculino, 62 anos, 4º ano, reformado da construção civil, agricultor e é um ator ativo nas atividades religiosas na Aldeia. A sua mulher assistiu a toda a entrevista, comentando algumas questões contudo pediu para não ser identificada.
J. – Agricultor, 74	Sexo masculino, 74 anos, reformado por invalidez de uma empresa de camionagem. Após ser inibido de trabalhar na sua área, regressou à aldeia à cerca de 10 anos, para retomar o trabalho nos terrenos deixados pela sua família.
R. – Empresário, 59 anos	Sexo masculino, 59 anos, Empresário e agricultor. É um dos indivíduos com mais prestígio na Aldeia. É proprietário da única empresa existente. Participa em todas as atividades promovidas pela igreja e é casado com M. que pertence à

	família mais importante da aldeia.
D. – Estudante, 22 anos	Sexo Masculino, 22 anos, a frequentar Licenciatura, vive atualmente em Coimbra. Embora a entrevista tenha sido feita a ele, a sua namora esteve presente em toda a entrevista e por vezes comentava algumas questões, contudo, preferiu que os seus comentários não fossem divulgados
T. – Funcionária Pública, 51 anos M. – Estudante, 24 anos	Nesta entrevista participaram 2 intervenientes, mãe (T.) e filha (M.). A primeira é do sexo feminino, 51anos. T. estudou para o outrora designado magistério primário em Coimbra e atualmente exerce a profissão de professora primária. Casou com um agricultor das Lameiras e aqui constituíram família. São uma das famílias mais importantes da aldeia. Quando refiro que é uma das famílias mais preponderantes da aldeia baseio-me na observação enquanto “filha da terra”. Desde a minha infância me recordo que, quando alguém tinha um problema familiar recorriam a T. (por ser a “Sra. Professora”) e seu marido (Agricultor de muitos terrenos). Ambos descendem também de uma família conceituada na aldeia. A segunda entrevista foi feita a M. 24 anos, vive em Coimbra pois está a frequentar Mestrado.
Presidente da Junta de Freguesia de Lameiras.	Também nesta entrevista estiveram presentes 2 intervenientes, o presidente da Junta e secretária. O primeiro é licenciado em topografia, tem 38 anos. Nasceu nas Lameiras mas vive atualmente na Guarda. O segundo interveniente é do sexo feminino, 41 anos e é licenciada em Enfermagem. Nasceu e estudou na aldeia.
Assistente Social da Câmara Municipal de Pinhel.	Sexo feminino, 41 anos, Licenciada em serviço social, é a diretora técnica dos serviços de ação social da Câmara Municipal de Pinhel

			<p>Agricultor, 74 anos</p> <p>«A sociedade deve criar condições para que os desempregado, por exemplo, criem o seu próprio emprego e não tenham de abandonar o seu território, neste caso um território do interior.» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>«transformações laborais... é a tal coisa já não existe emprego para a vida... a sociedade tem de se mobilizar, tem de haver mais união. Não deve passar pelas greves porque à muitas por aí... mas vai muito mais para além disso, quer ao nível do apoio mútuo ou apoio de vizinhos. Mais entre ajuda acima de tudo (...) esta crise tem tornado as pessoas mais mesquinhas e egoístas» D1, Licenciada, 25 anos</p> <p>«(...)as causas são essencialmente económicas é basicamente isso, e cada vez se vê mais, os jovens das lameiras quererem vir para Pinhel, mas não sei se há lugar para todos cá. Não há trabalho... e engraçado que nas lameiras começa-se a assistir a uma dinâmica muito engraçada, a associação que lá está começa a ter alguma dinâmica e a fazer coisa engraçadas, essencialmente porque à lá alguns jovens e que querem ficar por aqui e alguns estão cá em estágio.» - Assistente social da Câmara Municipal</p>
		Abandono da agricultura	
		Desemprego	
		Acessibilidades	<p>«Havia uma camioneta pequena que ia para a guarda, começaram a dizer eu havia poucas pessoas, agora só vem buscar os estudantes. Agora fizeram de maneira a que se pagasse um tanto e agora vão com os estudantes» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>«O que há cá... as escolas fecharam, pronto. não temos ca nada de desporto. Transportes só de garotos que vão para Pinhel. Mas também transportes não funcionavam aqui porque toda a gente esta remediada de carros, ou se não tem para irem para Pinhel pedem ai a alguém. Os caminhos rurais é que precisam de compostos, isso era a toda a hora...» - J. Agricultor, 74 anos</p> <p>«(...)sim, eu agora vejo isso, tirei um curso, venho para cá ter continuidade? Não, não</p>
		Educação	

		Ofertas de serviços	tenho.» - M. Estudante, 24 anos «havia um jardim de infância e uma escola primária, já não há ca nada. V. Exas. Levaram os garotos para Pinhel e agora as escolas estão todas cheias» - B. Agricultora, 74 anos «(...)tínhamos padre também já não há cá nada, não há ca nada, só sabem o pão nosso venha a nós» - B. Agricultora, 74 anos
Eixo de análise	Indicadores	Categorias	Unidade de Contexto
Inovação social e empreendedorismo	<u>Natureza</u> <u>Estímulos</u> <u>Recursos e Dinâmicas</u> <u>Agentes e Meios</u>	Abertura da população Postura do poder local	«Sim considero, cada localidade deve apostar no desenvolvimento da inovação social, por forma a melhorar a vida da sua comunidade, a ideia que tenho é que cada vez mais devemos apostar mais nessa área. O Estado foge às responsabilidades e a comunidade tem de se mobilizar.» - D1, Licenciada, 25 anos «É uma população envelhecida e a população não iria aderir a isso. É a minha opinião. Apesar da entre-ajuda cada um está no seu canto.» - M. Estudante, 24 anos «Trazer esses projetos para aqui não tem vantagem.» - R. Empresário, 59 anos « só ouço isso na televisão esses projetos novos, mas isso está para os mais novos, nós já não fazemos nada» - B. Agricultora, 74 anos «Quando vejo alguns projetos na televisão é obvio que tento adaptar para o meu concelho, mas... Por exemplo em Pinhel já existe uma loja social, não lhe chamam assim mas pertence a uma entidade religiosa, as vicentinas, distribuem alimentos do banco alimentar e roupa, as pessoas quando la vão buscar alimentos levam também roupa, isso já existe, é uma tradição antiga. Agora com o “clds”, que é um novo projeto, que são contratos locais de desenvolvimento social, este projeto quer criar uma loja social com um âmbito diferente, vai-se usar roupa por exemplo daquela contrafeita,

		<p>Contributo para o desenvolvimento local</p>	<p>lava-se e vende-se a um preço simbólico, esse tipo de projeto faz sentido, porque as pessoas tem menos poder de compra e assim ficam mais salvasguardadas.» - Técnica de serviço social da Câmara Municipal de Pinhel</p> <p>«Mas o clds esse projeto que já lhe falei tem mais uma vertente de empreendedorismo, nos pedimos esse projeto precisamente por isso, trabalhar o desemprego e empreendedorismo, porque é esse o nosso principal problema o desemprego e o desemprego consegue-se combater através do empreendedorismo, se as pessoas tiverem uma ideia mais inovadora, podem criar o seu próprio emprego e criar mais algum. Porque em termos de entidades empregadoras só temos a câmara e a santa casa, e eventualmente outras entidades empregadoras que são de cariz familiar, como no caso das lameiras o r..» - Técnica de serviço social da Câmara Municipal de Pinhel</p> <p>«Olha, Por exemplo na minha empresa...Tive de mudar, antes só estava direcionado para a eletricidade, mas vi que os meus funcionários tinham outras capacidades, então comecei a trabalhar nas canalizações, depois no aquecimento, fiz formações para instalações de gás. Nós somos doze agora... eu tive de me reinventar!!!» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>«Lá em Coimbra já ouvi dizer que à terrenos onde se plantam cereais para biodisel, mas não há para alimentação. Aqui já há! Por exemplo, as pessoas agora preferem comprar palha para as vacas, mas se ninguém produzir também não compram. É essa a mentalidade um bocado retrograda. Mas o governo tem culpa, deviam dar subsídios, preferem ir buscar lá fora.» - T. funcionária Pública</p>
			<p>«Não sei a estatística mas a escolaridade não é alta, daí prejudicar a inovação... há e tal não é necessário inovar (...) o envelhecimento, temos de pensar que cada vez a segurança social está mais sobrecarregada e com os subsídios de desemprego também. Temos de pensar hoje o que fazer amanhã e há menos jovens e são eles que tem a mente mais aberta e não estão formatados e a rebeldia, que pode ser aproveitado.» - D1,</p>

	<p><u>Desvios e constrangimentos à inovação social</u></p>	<p>Resistência</p> <p>Desconhecimento</p> <p>Razões políticas</p>	<p>Licenciada, 25 anos</p> <p>«Dificuldade em promover a adesão da população, muitas vezes idosa ou com fracas qualificações e conseguir apoio de projetos de âmbito nacional ou internacional.» - D2, Licenciada, 25 anos</p> <p>«Ideologias políticas diferentes, a falta de verbas ou a sua limitação, falta de informação dos dirigentes do concelho ou da localidade.» « (...)a nível de dinheiro. As pessoas que querem apostar em coisas inovadoras ou projetos têm de arranjar formas de auto sustentabilidade» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>«Vida! Há mais vida nas cidades que aqui.» - D. Estudante, 22 anos</p> <p>«Às vezes vêm aí vendedores que burlam nos preços e assim ficam desconfiados e não aderem a nada. temos aqui a mercearia e o café e para os idosos chegam.» - M. Estudante, 24 anos</p>
	<p><u>Respostas deveriam ser criadas, implementadas ou dinamizadas localmente com carácter inovador</u></p>		<p>«Serviços de apoio a idosos, por exemplo, para a limpeza, medicação, produtos para eles.... Devia haver mais responsabilidade de uns com os outros» - D1, Licenciada, 25 anos</p> <p>«Lojas sociais; lojas de venda de produtos regionais.» - D2, Licenciada, 25 anos</p> <p>«Criar uma loja social no concelho; Criar uma rede de cuidados continuados, uma vez ser uma região em que a maior parte são idosos com mais de 70 anos; criar um gabinete de apoio ao empreendedor e apoiar mais a agricultura.» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>«Criar postos de trabalho, fazer uma zona industrial; fazer um centro comercial; fazer um supermercado grande.» - G. Reformada, 62 anos</p> <p>«Não é inovador, mas abrissem a escola» - B. Agricultora, 74 anos</p>

			<p>«Só se fosse incentivar o pessoal mais velho que queira aprender a utilizar computadores e aproveitar essas escolas que andam ai a cair e fazia-se aí.» D. Estudante, 22 anos</p> <p>«Centro de dia, incentivos de fora, a tal cooperativa, porque aqui é tudo em torno da agricultura. Uma associação, alguém de fora e de confiança que viesse dar ideias. - M. Estudante, 24 anos</p> <p>«Temos a escola, podiam aproveitar no verão e fazer atividades desportivas.... Aulas de dança, sei lá!» - D1, Licenciada, 25 anos</p>
Eixo de análise	Indicadores	Categorias	Unidade de análise
	<u>Caracterização da comunidade</u>	<p>Património natural</p> <p>Marcos históricos e património edificado</p> <p>Cultura</p>	<p>«O ar é bom. Qualidade de vida, quando entras para as lameiras só vez árvores!!!!» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>«Temos as pedreiras... mais as terras vizinhas vivem bem por isso. Os espanhóis deixaram-nos isso de bom, o granito. Seleccionaram as terras boas para eles, mas agora vêm buscar a pedra, agora tem azar, tem de pagar a pedra a preço de ouro.» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>«As nossas casas daqui são lindas... já estão é todas velhas» - D2, Licenciada, 25 anos</p> <p>«todas as ruas tem saída e vão dar ao mesmo sitio» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>«O forno comunitário! A função do forno comunitário não era só de cozer o pão. Era onde se reuniam os rapazes todos.... Tínhamos visão para a igreja e quando as raparigas saiam do terço escolhíamos a que queríamos. E ninguém lá falava dentro, era só “RHUMm”. Era tudo por toques e gestos. não havia luz só nos víamos para fora. Há a fogueira.... São os rapazes novos que organizam e é linda como sabes. Fazemos caminhadas para a barragem, eramos este ano umas cem pessoas.» - R. Empresário, 59</p>

<p>Desenvolvimento local</p>		<p>Educação</p> <p>Diversificação de atividade</p> <p>Sociais</p> <p>Empreendimentos turísticos</p>	<p>anos</p> <p>« O forno comunitário, que é famoso porque a pedra de baixo é do tecimento da cruz, que diziam que era para o pão crescer e as almas também. Depois levaram-na para Pinhel, mas o povo não deixou... E roubaram-na do museu, e agora está no calvário húngaro, lá em cima.» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>«temos as festas de maio... antigamente era festa rija, agora é linda mas já foi melhor. Saem todos os santos» - T. Funcionária pública, 51 anos</p> <p>«A nível cultural, não há aqui nada... só em Pinhel, pronto ai já tem biblioteca... mas de resto...» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>«Temos grandes quintas particulares e são sítios excelentes que podiam ser aproveitados, podiam ser feitos eventos... alguém investir mais não sei.» - D1, Licenciada, 25 anos</p> <p>«Os terrenos são produtivos e os produtos são bons. A nível de serviços temos à volta. Deviam aproveitar as casas para turismo rural, esta casa aqui dos claustros já viste como está linda. Ainda há tempos os senhores da Deco me ligaram para perguntar sobre isso do turismo rural, se já ouvi falar disso e eu, claro! Mas não há divulgação suficiente e foi falado assim muito de alto.» M. Estudante, 24 anos</p> <p>«(...)Aqui não há desemprego porque não há empregos! (...) É só agricultura. Quem é que está aqui empregado? Ninguém! os artistas da construção andam aí nos chatos nos biscates... porque dizer assim vamos construir uma casa de raiz não há... é só reconstruir.- J. Agricultor, 74 anos</p> <p>Também temos as pedreiras... temos muitas. Mas também não é por aí.» - J. Agricultor, 74 anos</p>
-------------------------------------	--	---	---

			<p>«emprego aqui é a minha. De que é que vivemos, da agricultura, da batata vinho, subsídios de animais e pouco mais. Leite nem pensar, há pouca gente que trabalha nisso.» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>« Existem algumas instituições que dão apoio, como o apoio domiciliário mas a cobertura não é suficiente» - D1, Licenciada, 25 anos</p> <p>«Pois mas as pessoas têm medo de arriscar, mas já se criaram aqui algumas casa de turismo rural e uma delas é de proprietários das lameiras, os cavaleiros, se for à internet veja, acho que é “casa das pias” ou qualquer coisa assim. Depois foi criado um empreendimento turístico na quinta nova há outro perto das lameiras, na vendada... E acho que é só.» - Técnica de serviço social da câmara municipal de Pinhel</p>
		<p>Isolamento</p> <p>População idosa</p>	<p>«A baixa natalidade e a pouca procura... os jovens felizmente tem saído para as universidades e não lhes passa pela cabeça trabalhar nos campos, as pessoas vão ficando cada vez mais idosas mais cansadas e fazem só uma agricultura de subsistência, coisas que vão mudar porque a falta de trabalho vai fazer com que as pessoas regressem às suas origens e se dediquem à agricultura, não de subsistência mas de maior escala, com projetos.» - Presidente da JF, 38 anos</p> <p>«Há vários fatores, vou começar á 20 e 30 a atras, muita gente vivia da construção civil, havia cá em 1974 30 ou 40 motorizadas, e porque quase toda a gente trabalhava na construção civil, e eram pagos de 15 em 15 dias e nas outras localidades não. Todos nós tínhamos dinheiro, e ainda tínhamos a agricultura!! Agora, a construção acabou, na agricultura só trabalham as pessoas idosas. A migração... não é de muita emigração... Mas gente à muito menos, cada casal só tem um ou dois filhos. Morre cada vez mais gente. Aqui não vejo melhoras. A única empresa que tem dado» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>«serviços! Escola, farmácia, serviços! Agora é assim, não à exclusão social, isso não.» -</p>

	<p><u>Caracterização da população</u></p>	<p>educação</p> <p>Existência de uma identidade própria</p> <p>Capacidade de mobilização na defesa dos seus interesses</p> <p>Atores sociais</p>	<p>T. Funcionária pública, 51 anos</p> <p>«sim, quando por exemplo, todas as semanas me enviam mails para a colocação do telealarme a minha informação é sempre a mesma porque para mim não faz sentido. As pessoas sabem as rotinas umas das outras, vão a casa umas das outras, se tiverem um problema de saúde comunicam. Esta rede de proximidade é muito importante. Se um tem batatas dão ou trocam e isso é importante para manterem um nível de vida bom.»</p> <p>Técnica de serviço social da câmara municipal de Pinhel</p> <p>«é uma aldeia muito pacífica, não há guerrilhas (...)» - M. Estudante, 24 anos</p> <p>« Pessoas que demonstram interesse em promover um projeto ou ideia, a favor da sociedade.» - D2, Licenciada, 25 anos</p> <p>«Deveriam existir mais jovens neste território.» - D2, Licenciada, 25 anos</p> <p>« A paroquia, o padre tem carisma, sabe motivar e consegue influenciar a população (...)sozinhos não conseguimos, mas se temos alguém...» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>« nenhum... aqui não há ninguém que queira saber» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>«Para mim só a junta de freguesia. Contribui, e desde que eu possa... Eu até pertença ai a uma irmandade que nós chamamos s. Marcos e faço isso » - D. Agricultor, 62 anos</p> <p>« Opa considerar-me... ajudo muito e ajudam -me muito a mim. Só se for a igreja, os mordomos. A junta também tem feito ai uma coisas, abriram aquilo da bola de praia na barragem, temos ai o pavilhão. Estamos mal servidos é de pároco.» - J. Agricultor, 74 anos</p> <p>«O meu pai sempre foi muito ativo. Já estive na junta e mesmo depois de sair as pessoas procuravam-no e tiravam dúvidas. Sabiam (...) hó! Pessoas que já estiveram fora e que vêm... e trazem novas ideias e só assim as pessoas ouvem a opinião de</p>
--	--	--	--

			alguém.» - M. Estudante, 24 anos Secretária: sim cada vez mais os jovens são mais ativos e ajudam como foi o caso do pavilhão ali.» - Presidente da JF, 38 anos
Eixo de análise	Indicadores	Categorias	Unidade de análise
	<u>Utilização de recursos endógenos</u>	Tipo de recursos Utilização	«Acho que potencialidades é o turismo, é uma região que tem grandes condições para desenvolver turismo rural. Porque é que ainda não foi aproveitado?! Começam-se agora a dar os primeiros passos mas ainda á muito por fazer.» - Técnica de serviço social da câmara municipal de Pinhel «População heterogénea; bons recursos naturais; industrias.» T. Funcionária pública, 51 anos « Opá o que falta aqui é fábricas que nós não temos. Temos a agricultura que dá pouco ou nada e as pessoas» - J. Agricultor, 74 anos
	<u>Práticas</u>		«Trabalho comunitário é o trabalho prestado a comunidade, sem qualquer interesse económico, com vista a ajudar os mais necessitados. Sim pratiquei, já fiz voluntariado em duas instituições e participo nas obras sociais e paroquiais da freguesia.» - G. Licenciada, 27 anos «a construção da residência paroquial, eu ajudei e é um bom exemplo a seguir, várias pessoas ajudaram, quer com dinheiro, várias construtoras ajudaram com o material.» - D1, Licenciada, 25 anos «se for uma causa que goste até ajudo, eu sou uma pessoa da igreja, ajudo sempre nas comissões de festas, na capela... mas de resto não faço nada, ou vou ajudar no campo... mais nada!» - G. Reformada, 62 anos «nos meios grandes já não há muito espirito de entre ajuda mas a crise também esta a

Economia solidária			<p>afetar os meios pequenos, já ninguém quer saber de ninguém» - D1, Licenciada, 25 anos</p> <p>«eu? Não faço nada cá, ajudo o tó, dou de comida a quem tem fome, já só dou trabalho aos filhos!» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>«O pavilhão foi feito assim. Ate porque o presidente novo agora.... tem lá o vídeo disso. Esse pavilhão a que me refiro foi feito em dois fins de semana por toda a rapaziada, até os meus dois filhos lá andaram lá. Juntaram-se todos e foi assim. Também não houve cá pagamentos. Quer dizer no levantamento não.» - D. Agricultor, 62 anos</p> <p>« Não, aqui cada um que se defenda. O povo é unido mas é para o trabalho. Não é um povo rico, mas não é pobre. Aqui à um caso ou dois de pobreza mas não tem é juízo.» - J. Agricultor, 74 anos</p> <p>«Se for necessário ajudamo-nos... na igreja foi assim, ate se costuma dizer aqui ninguém paga mas jorna. Jorna cá é trocas. É vencimento.... Antes era com alqueires de pão, azeite. Agora é favores, é uma ajuda.» - R. Empresário, 59 anos</p>
	<u>Sustentabilidade</u>	Existe ou não existe	<p>«a sustentabilidade é uma coisa que devemos ter que pensar, estamos sozinhos...temos que depender menos do estado» - D1, Licenciada, 25 anos</p> <p>«nós somos sustentáveis, não precisávamos de nada cá, mas tiraram-nos tudo(...)a minha reforma e o que eu tiro da terra chega-me bem» » - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>« Eu para mim acho e não considero ninguém ai que viva na pobreza. Portanto que ricos também não haverá mas remediados sim, precisamos de mais quê?» - D. Agricultor, 62 anos</p> <p>« Sim, porque precisa sempre de fora, de resto não há pobreza e toda a gente sobrevive com os meios que cá temos. Também vamos gasta-lo onde? não há ca nada que nos distraia. Porque vivemos uns com os outros. Tudo tem a sua casita e terreno. Vivemos</p>

		<p>Prestação de serviços</p> <p>papel da agricultura</p>	<p>bem.» - J. Agricultor, 74 anos</p> <p>«Toda a gente tem no quintal aquilo que precisa para comer, isto é que é de louvar! O que precisamos de comprar para nós? Só vamos comprar pão e pouco mais. Mas até o pão dez por cento das pessoas cozem pão. R. Empresário, 59 anos</p> <p>Nos não precisamos de nada... É uma vergonha dizer isto mas os duzentos euros de reforma dos nossos idosos chegam e sobram. Sabes porque? Não há onde o gastarem, para ir a Pinhel é boleias, aqui não entra um táxi! O pessoal das lameiras é assim... Tem muito dinheiro nos bancos. Só ligam ao trabalho, a única razão da igreja é para isso, para as pessoas pararem um pouco de trabalhar» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>« Não somo claro. Mas em termos de agricultura não nos faltava nada se tudo estivesse organizado. Estou a perceber o que me quer perguntar, mas é impossível, serviços! Farmácias... isso nunca haverá cá. Agora, da agricultura temos tudo o que precisamos para viver. Nas lameiras ninguém passa fome mas é para sobreviver. O que é preciso!? Nós, estamos cá para ajudar e serviços estamos a tratar disso. Com calma.» - Presidente da JF, 38 anos</p> <p>« Eu acho que não... nem tao pouco nem mais ou menos. Ao nível de agricultura sim mas respostas a idosos? Não!!!! Educação? Não!!!! Hospital? Não isso O não! Todos precisamos uns dos outros... as lameiras em termos de apoio a idosos tem uma lacuna, alias nem é bem uma lacuna porque existe apoio no Manigoto e não podemos estar a criar serviços em todas as freguesias. E portanto não é auto sustentável.» - Técnica de serviço social da câmara municipal de Pinhel</p>
		<p>Necessidades da população</p>	<p>«bons espaços públicos, para que as pessoas se possam encontrar, como as juntas e casas do povo, para fazerem atividades» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>«centro de dia, os idosos estão desapoitados e faria com que as pessoas não saíssem</p>

			<p>Não deve haver este espírito de disputa entre freguesias. As questões políticas não de deviam sobrepor as necessidades do povo! (...) mas se tivéssemos uma rede de transportes ninguém utilizava. nós não podemos criar recursos que depois não se conseguem sustentar! E vemos novamente a questão das partilhas, as pessoas sabem quem trabalha em Pinhel e vem com elas, temos aqui essa situação na câmara, temos uma colega lá das lameiras que todos os dias trás alguém. As pessoas já sabem e pedem...» Técnica de serviço social da câmara municipal de Pinhel</p>
<p><u>Agricultura como potenciadora da economia e desenvolvimento local</u></p>	<p>Importância para a população</p>		<p>«Sim, através da venda de produtos regionais, mesmo em pouca quantidade, recorrendo a uma boa divulgação, recorrendo por exemplo às novas tecnologias.» - Diana</p> <p>«Sim acredito que sim, pois no território em questão é a atividade mais desenvolvida, estando em desuso na maior parte do país.» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>«Sim acho que sim...vamos buscar coisas lá fora, quando temos aqui e melhores.» - G. Reformada, 62 anos</p>
	<p>Tipo de agricultura</p> <p>Quem pratica</p>		<p>«toda a gente trabalha aqui na agricultura. Aquela que não tem um hortinha, acaba por andar à procura no lixo. Mas é em todo o lado. Toda a gente precisa ter o que fazer, e na terra à sempre que fazer» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>« A agricultura é importante mas mais para quem tenha muita área, mais por causa dos subsídios, pois só dão subsidio a quem tem muito. Agora repara, se comermos as batatas, bebermos o vinho, vem tudo derivado da agricultura, para mim é muito rentável, portanto embora nós aqui, cada um cuida do seu e come o que dá. Outros assim como eu, e o que sobra vendemos.» - D. Agricultor, 62 anos</p> <p>« Não sei bem responder por isto. Eu nasci da agricultura, mas fui muitos anos industrial andei com os camiões, tiraram-me a carta e tive de voltar a agarrar-me a agricultura. Porque tenho os terrenos e não os quero ver abandonados. De resto não... cada um trabalha para si. Vivemos fartos. Luxos não temos, nessas cidades grandes há.»</p>

		<p>Incentivos</p> <p>Ajuda à economia familiar</p>	<p>- J. Agricultor, 74 anos</p> <p>« É a única sobrevivência. Nos colhemos pouco vinho... mas por exemplo alguém que cultive 15 mil quilos de uva, ganha 4 ou 5 mil euros, isso da 400 euros por mês, faz as contas.... Mais os 300 da reforma, onde gastam o dinheiro? Da perfeitamente.» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>«vejo pelos meus colegas, eles vêm das cidades e eles têm que comprar tudo tudo, eles não entendem e só quando eu lhes explico, o fato de eu ser da aldeia eu sou uma beneficiada. E até ficam todos contentes quando lhes dou coisas caseiras. Eles ai já percebem. Então eu tenho azeite batatas. Tu sabes. Até roupa para o inverno a minha mãe e tias fazem. Eu tenho muito mais a ganhar que eles.» - M. Estudante, 24 anos</p>
	<p><u>Relações e dinâmicas na população</u></p>	<p>Génese</p> <p>Tipologia</p>	<p>«sim sempre, é isso que vês mais. De resto o meu pai fazia trocas de tudo. Arados, tratores, até trabalho. E isso aqui é o que funciona melhor.» - T. Funcionária pública, 51 anos</p> <p>«Sim, aqui ainda se faz isso, damos uns aos outros aquilo que o outro não tem.» - G. Reformada, 62 anos</p> <p>«Produtos a trocar não, ou se vendem ou se oferece. Serviços sim é sempre a trocar como já te expliquei e tu vês. Sabes, Aqui não é fácil chamar alguém para ganhar o dia. Seja para a vindima, para as batatas ou para a azeitona portanto, á sempre aquelas ajudas de troca. Na vindima, Neste caso é sempre uma troca, tu vais para mim e eu vou para ti. Eu vou lá ajudar né?... Na azeitona idem aspás. É sempre assim. - D. Agricultor, 62 anos</p> <p>« Troca de serviços sim, é como vez. Ninguém paga a ninguém. O pessoal aqui, ainda assim ajuda-se entre si. As batatas lá se vendem aos comerciantes. Faz falta ai é uma cooperativa para as batatas e assim, só temos as do vinho. Já não digo que fosse aqui. Os cereais já ninguém os compra, assim tínhamos onde o pôr. Semeamos o cereal ainda</p>

		<p>Reforço de pertença à comunidade</p>	<p>assim para os animais. Para esterco para o estrume e poupa-se.» - J. Agricultor, 74 anos</p> <p>«Sim. Por exemplo, se uma jovem ficasse alojada gratuitamente em casa de uma idosa que produzia compotas, por exemplo, a jovem poderia usar as novas tecnologias, ajudando a vender as compotas.» G. Licenciada, 27 anos</p>
		<p>Dinâmica económica</p>	<p>«troca de serviços. De produtos não mas isso é que era... isso era o melhor para todos, trocávamos internamente aqui os produtos e assim já não havia o problema dos impostos. Era feito antes...» - Presidente da JF, 38 anos</p> <p>«Sim, penso que sim, a troca de géneros entre a população poderá ter benefícios, uma vez que se pode fazer "economia" interna sem utilizar dinheiro, sem restringir nenhuma pessoa, todas o podem fazer, desde que tenham algo que o outro não tem, beneficiando-se assim, uns aos outros.» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>« A Emília faz a vindima, a poda e a descava ou caldear as videiras e eu pago de outra forma, faço arranjos lá em casa. Isto assim é saudável, assim anda toda a gente contente... porque quem trabalha sabe que tem de trabalhar até chegar aquela hora, está contrariada, assim a ajudar anda toda a gente motivada.» - R. Empresário, 59 anos</p>
<p>O Papel do poder local</p>	<p>Contributo para o desenvolvimento do território</p>	<p>Representação</p>	<p>«Sim, concordo que a sociedade civil, tem uma grande importância nas mudanças sociais e laborais, uma vez que se, os agentes mais importantes, autarcas, presidentes de junta, etc... implementarem condições para que não se verifique a saída de pessoas das suas terras, que procuram trabalho ou melhores condições de trabalho e procurem tornar a sua vida mais fácil por terem acesso a outras oportunidades que não têm nas suas terras, não se verifique assim, a desertificação de tantos territórios.» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>« Se há um evento eu estou sempre lá. mais não seja para comer...» - D. Agricultor, 62 anos</p>

	<u>Projetos de referência</u>	<p>Espectativas da população</p> <p>Capacidade de inovação</p> <p>Mobilização de recursos</p> <p>Envolvimento com a população</p> <p>Projeção da imagem na comunidade</p> <p>Projetos de referência</p> <p>Quais são</p> <p>Contributo</p>	<p>«Tem um papel muito importante devido à proximidade dos agentes políticos com a população, em zonas do interior» - D2, Licenciada, 25 anos</p> <p>«Tenho sido... agora a junta esta bem três jovens dinâmicos. A igreja...carolina é só!» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>«O poder local tem sim um papel muito importante, pois pode criar e potenciar medidas essenciais a cada região, uma vez que é detentor do conhecimento global de cada uma. Pode desenvolver atividades, ações sociais, culturais e políticas de acordo com a capacidade literária e económica de cada pessoa e região.» - G. Licenciada, 27 anos</p> <p>«o estado não faz nada, aqui só há comezanas... alugaram uma casa e tem ali o pavilhão e fazem corridas de motas, corridas e é assim que gastam o dinheiro todo» - B. Agricultora, 74 anos</p> <p>« nós aqui ajudamo-nos, mas é como já te disse. Quanto aos da junta... Eles tem ai muitos programas, já ai fizeram o pavilhão, temos saneamento. A camara tem ajudado bastante, porque a camara é psd e a jf é psd e isso ajuda muito. Faz o que pode mas também é uma aldeia que não precisa de nada, esta tudo feito. Isto era uma aldeia isolada, quer dizer ainda é mas já não é tanto, tens os meios para as pessoas viverem cá. Vem gente ai ao fim de semana de lisboa e ficam ai nas casas...» - J. Agricultor, 74 anos</p> <p>« É o mais importante. Mas pronto... por exemplo, ajudas para as pme! Onde é que há? O governo deitou as pme abaixo, isso é que tem de ser debatido. Mas fica para depois!» - R. Empresário, 59 anos</p> <p>«Isso é sempre importante. Teres a junta por tras. Alguém que meta ordem. E o problema do pais é que não há dinheiro. E como há falta de verbas... não podem fazer muito.» - D. Estudante, 22 anos</p>
--	-------------------------------	--	--

		<p>Envolvimento da população</p> <p>constrangimentos</p>	<p>«há um problema na junta, pensam muito na população jovem e esquece-se do resto, eles estão a querer sair daqui e então querem prender aqui os jovens (...)olha essa associação que aí falam, eu sinceramente deveria estar interessada mas não estou. Eles não divulgam o que fazem. Só falam nas caminhadas, churrasco.... Quer dizer, isto não é nada.... Eles deveriam era ir a casa das pessoas e saber o que se passa. Agora acho que o que falta é mesmo a aposta no turismo rural. As pessoas estão erradas no seu pensamento, e não é uma pessoa que vai mudar isto e o resto também não se importa. Eu não me importo.» - M. Estudante, 24 anos</p> <p>«sim claro, ó se é isso que perguntas temos o sr. raúl, que é incansável. Em termos gerais as pessoas mobilizam-se. O problema aqui é que as pessoas é só à última da hora é que dizem se vão a um evento ou reunião.» - Presidente da JF, 38 anos</p> <p>«nós temos já internet livre para o povo, aqui toda a gente na rua tem internet, somos pioneiros no concelho. Através de fibra ótica, convém é estar na rua. É recente, por isso ninguém sabe. Estamos a pensar em vários projetos, ali para a escola vamos colocar lá o gabinete de enfermagem, expandir o centro de apoio social, fazer um centro de convívio, mas a dificuldade aqui é mobilizar os idosos, desde que vá 2 pessoas, depois é por arrasto. Agora... tenho um projeto que até é muito dispendioso, que envolve a barragem, fazer um arranjo lá, onde as pessoas possam ir para lá pescar, passear, fazer uma ciclovia, temos o futebol de praia. depois o turismo rural viria por arrasto que era esse o objetivo principal...uma coisa traria a outra, as pessoas já queriam investir para passar os fins de semana. Mas isso requer projetos e vamos com calma.» Presidente da JF, 38 anos</p> <p>«sozinhos não podemos fazer muito, temos que ser apoiados por parcerias, por apoios do exterior, e a população também tem de nos ajudar e ajuda. E o centro de apoio social também está a ser dinamizado e vai contribuir para o desenvolvimento das lameiras.» - Presidente da JF, 38 anos</p>
--	--	--	--

			<p>«a câmara, a junta e a associação de apoio social das lameiras, está a criar uma dinâmica engraçada... mesmo em termos de iniciativas culturais. Quando eu vim para aqui trabalhar não se falava nas lameiras, hoje começa-se a falar... e por isso lhe digo, esta ali a nascer um movimento associativo porque ali à jovens.» - Técnica de serviço social da câmara municipal de Pinhel</p> <p>«(...)o papel do poder local é dinamizar, sinalizar um problema que surja e tentar trazer algo de novo. Nomeadamente os “clds”, que esperamos que venha dinamizar o tecido empresarial de Pinhel e que venha criar postos de trabalho. O poder local está sempre atento a todos os programas que aparecem a nível nacional. Trazer investidores(...)Temos as pessoas somos cada vez mais unidos, temos feito coisas engraçadas, temos reunido os jovens que tem vindo cada vez mais participar nas nossas atividades.» Presidente da JF, 38 anos</p>
--	--	--	---

ANEXO D- INFRAINSTRUTURAS DE APOIO À TERCEIRA IDADE

Freguesia	Instituição	Respostas Sociais	Capacidade
Alverca da Beira	Santa Casa da Misericórdia de Alverca da Beira	Centro de Dia	20
		Serviço de Apoio Domiciliário	7
Azêvo	Associação de Melhoramentos, Cultural, Social e Desportiva do Azêvo	Centro de Dia	25
		Serviço de Apoio Domiciliário	20
		Mini-Lar	6
Bouça Cova	Associação Cultural e Recreativa de Bouça Cova	Centro de Dia	20
		Serviço de Apoio Domiciliário	10
Ervedosa	Centro Social de Apoio à Terceira Idade e Jovens da Freguesia de Ervedosa	Centro de Dia	20
		Serviço de Apoio Domiciliário	12
Freixedas	Centro Social Paroquial de Freixedas	Centro de Dia	30
		Serviço de Apoio Domiciliário	16
Lamegal	Centro Social, Cultural e Recreativo do Lamegal	Centro de Dia	25
		Serviço de Apoio Domiciliário	7
Lameiras	Centro de Apoio Social de Lameiras	-	-
Manigoto	Grupo de Amigos do Manigoto	Centro de Dia	20
		Serviço de Apoio Domiciliário	20
		Lar de Idosos	11
Pala	Centro de Apoio Social de Pala	Centro de Dia	20
		Serviço de Apoio Domiciliário	40
		Lar de Idosos	21
Pereiro	Centro Social e Cultural da Freguesia do Pereiro	Serviço de Apoio Domiciliário	5
Pinhel	Associação Recreativa, Desportiva, Cultural e Social da Malta	Centro de Dia	20

	Santa Casa da Misericórdia de Pinhel	Serviço de Apoio Domiciliário	28
		Apoio Domiciliário Integrado	15
Pínzio	Centro Social, Paroquial Mensagem de Fátima	Centro de Dia	15
		Lar de Idosos	38
	Associação de Apoio Social, Melhoramentos, Cultura e Desporto das Terras de Sta. Bárbara	Centro de Convívio	30
		Serviço de Apoio Domiciliário	7
Safurdão	Associação Social Cultural e Desportiva do Safurdão	Centro de Dia	28
		Serviço de Apoio Domiciliário	7
Santa Eufêmia	Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Santa Eufêmia	Serviço de Apoio Domiciliário	12
Sorval	Associação Cultural, Desportiva e Social do Valdeime	Centro de Dia	25
		Serviço de Apoio Domiciliário	25
Souropires	Centro Social, Recreativo e Cultural de Souropires	Serviço de Apoio Domiciliário	7

Fonte: Rede Social, Diagnóstico Social de Pinhel [8 de dezembro de 201e]